# UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES – UCAM PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DA CIDADE

CURSO DE DOUTORADO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DA CIDADE

Mario Mecenas Pagani

ANÁLISE E AVALIAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE ESPORTE NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES: "VIVA O ESPORTE"

# UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES – UCAM PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DA CIDADE

CURSO DE DOUTORADO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DA CIDADE

Mario Mecenas Pagani

# ANÁLISE E AVALIAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE ESPORTE NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES "VIVA O ESPORTE"

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Regional e Gestão da Cidade da Universidade Candido Mendes — Campos dos Goytacazes /RJ, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Planejamento Regional e Gestão da Cidade.

Orientadora: Dra. Ludmila Gonçalves da Matta

# Catalogação na fonte

# Preparada pela Biblioteca da UCAM - CAMPOS 024/2022

Pagani, Mario Mecenas.

Análise e avaliação da política pública de esporte no munícipio de Campos dos Goytacazes: "viva o esporte". / Mario Mecenas Pagani. – 2022. 143 f.

Orientador(a): Ludmila Gonçalves da Matta

Tese de Doutorado em Planejamento Regional e Gestão da Cidade – Universidade Candido Mendes – Campos. Campos dos Goytacazes, RJ, 2022. Referências: f. 122-139.

1. Política pública. 2. Esportes. 3. Campos dos Goytacazes. I. Matta, Ludmila Gonçalves da, orient. II. Universidade Candido Mendes – Campos. III. Título.

CDU - 32:796(815.3)

Bibliotecária Responsável: Flávia Mastrogirolamo CRB 7ª-6723

# Mario Mecenas Pagani

# ANÁLISE E AVALIAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE ESPORTE NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES "VIVA O ESPORTE"

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Regional e Gestão da Cidade da Universidade Candido Mendes — Campos dos Goytacazes /RJ, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Planejamento Regional e Gestão da Cidade.

Aprovado em: 02 de agosto de 2022.

# Prof. Dra. Ludmila Gonçalves da Matta, D. Sc. – Orientadora Universidade Candido Mendes Prof. Dr. Adelar Aparecido Sampaio, D. Sc. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul Prof. Dr. Eduardo Shimoda, D. Sc. Universidade Candido Mendes

Prof. Dr. Ricardo Aurino de Pinho Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Dedico este trabalho a minha mãe Olinda, ao meu Pai Armando, a minha esposa Nicaulis e as minhas filhas Olívia e Luana, meus amores.

# **AGRADECIMENTOS**

À professora Dra. Ludmila Gonçalves da Matta pelos ensinamentos adquiridos durante suas aulas e principalmente na sua orientação.

À minha querida mãe Olinda Fabro Pagani que no ano de 2019 cumpriu primorosamente sua missão na terra, sinônimo de força, confiança e amor. Obrigado por todos os ensinamentos.

À minha família, minhas filhas Olívia e Luana que me oportunizam constantemente muitas alegrias e amor incondicional durante todo o curso de doutorado.

À minha esposa Nicaulis Costa Conserva por compreender este momento, pelo seu apoio total para o desenvolvimento desta Tese.

Ao professor Dr. Eduardo Shimoda pelos ensinamentos, pelas conversas e polo auxílio constante no desenvolvimento desta Tese.

Ao Instituto Federal Fluminense por me dar condições para o desenvolvimento desta Tese a partir do programa de incentivo a capacitação profissional.

Ao corpo docente do Curso de Doutorado em Planejamento Regional e Gestão da Cidade, pela competência, comprometimento e dedicação durante o transcorrer do curso.

"Não é possível refazer este país, democratizálo, humanizá-lo, torná-lo sério, ofendendo a vida, destruindo sonho, inviabilizando o amor. Se a educação sozinha não transforma a sociedade sem ela tampouco a sociedade muda."

(Paulo Freire)

## **RESUMO**

# ANÁLISE E AVALIAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE ESPORTE NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES "VIVA O ESPORTE"

A avaliação da política pública é fator decisivo de integridade, destrói e reconstrói a política ou programa na sua intenção, consequências na alteração do bem-estar dos envolvidos na ação pública. Contexto, Insumo, Processo e Produto, conhecido como modelo CIPP, é um sistema onde a avaliação tem como foco principal o aprimoramento de um projeto ou programa, paralelamente evidenciando a responsabilidade. Trata-se de um modelo voltado para prestação de contas e tomada de decisão. O objetivo geral da Tese foi analisar e avaliar a política de esporte e esporte adaptado "Viva o Esporte" do município de Campos dos Goytacazes entre os anos de 2017 a 2020, com base no modelo CIPP. Para atender o objetivo foi conduzida uma pesquisa bibliográfica feita a partir do levantamento de artigos publicados na base Scopus, utilizando as palavras-chave: política pública, esporte, lazer e política pública de esporte, e documental: foram analisados documentos, relatórios, fichas de inscrições, matérias jornalísticas da Fundação Municipal de Esportes - FME, utilizando uma abordagem exploratória, descritiva e de cunho qualitativo. A partir da apresentação e análise dos dados, comparando o programa com o da gestão anterior, foi possível identificar que o programa reduziu o orçamento da FME em relação a gestão anterior, ampliou a oferta de atividades esportivas, o número de locais para as práticas e, o número de beneficiados aumentou em 19%, atendendo principalmente as pessoas com idade entre 6 a 17 anos (68,9%). Embora tenha ocorrido um aumento no número de atividades, as modalidades de atletismo, badminton, beach tennis, frescobol e tênis não foram ofertadas, sendo que todas são praticadas no município. O programa possibilitou a prática esportiva para as pessoas com deficiências, 1.009 pessoas foram beneficiadas pelo Paraesporte. Embora a maior parcela da população beneficiada pelo programa tenha sido de crianças e adolescentes 14,1% dos matriculados nas escolas públicas e privadas de Campos, esse valor está muito próximo da média nacional que é baixo. E extremamente necessário que este número de beneficiados seja aumentado. Para isso, é importante a oferta de mais modalidades esportivas e atividades para atrair mais participantes ao programa.

Palavras-chave: avaliação; política pública; esporte; CIPP.

## **ABSTRACT**

# ANALYSIS AND EVALUATION OF PUBLIC SPORT POLICY IN THE MUNICIPALITY OF CAMPOS DOS GOYTACAZES: "VIVA O ESPORTE"

The evaluation of public policy is a decisive factor in integrity. It destroys and rebuilds the policy or program in its intention, consequences in the alteration of the well-being of those involved in public action. Context, Input, Process and Product, known as the CIPP model, is a system where the evaluation has as its main focus the improvement of a project or program while showing responsibility. It is a model focused on accountability and decision-making. The general objective of the thesis was to analyze and evaluate the sports and sport policy: "Viva o Esporte" in the municipality of Campos dos Goytacazes between the years 2017 to 2020, based on the CIPP model. Bibliographic research will help achieve the objectives herein, and it was carried out based on the survey of articles published in the Scopus database, using the keywords: public policy, sport, leisure and public sport policy, and documentary: documents, reports, inscriptions, journalistic material from the Municipal Sports Foundation - FME, using an exploratory, descriptive and qualitative approach. From the presentation and analysis of the data, comparing the program with that of the previous administration, it was possible to identify that the program reduced the FME budget, expanded the offer of sports activities, the number of places for practices increased, and the number of benefited increased by 19%, mainly serving people aged between 6 and 17 years (68.9%). Despite the increase in the number of modalities and activities, athletics, badminton, beach tennis, racquetball and tennis were not offered, all of which exist in the municipality. The program allowed people with disabilities to practice sports, benefiting 1,009 people. Although the largest portion of the population who benefited from the program were children and adolescents, 14.1% of those enrolled in public and private schools in Campos, this value is very close to the national average, which is low. This number of beneficiaries must enlarge. For this, it is important to offer more sports and activities to attract more participants to the program.

**Keywords**: evaluation; public policy; sport; CIPP.

# LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Etapas precedentes a Avaliação propriamente dita	33
Figura 2 - Integrantes fundamentais da Avaliação	34
Figura 3 - Mapa de divisão regional do estado do Rio de Janeiro	63
Figura 4 - Atletas da seleção brasileira de futebol na Copa do Mundo de 1930 no Uru	ıguai 68
Figura 5 - Poster oficial da Copa do Mundo de Futebol de 1930 - Uruguai	69
Figura 6 - Amarildo	70
Figura 7 - Estádio Ary de Oliveira e Souza – Aryzão	70
Figura 8 - Didi	71
Figura 9 - Seleção Brasileira de Futebol de 1958 - Suécia	71
Figura 10 - Equipe do Campos Atlético Associação - 1919	72
Figura 11 - Regata com barcos 8 com no Rio Paraíba - 1912	73
Figura 12 - Fachada do CNRC – 1922	74
Figura 13 - Equipe de remo campeã em 1927	74
Figura 14 - Afonso Celso Ribeiro de Castro	75
Figura 15 - Pavilhão de Regatas – Rio Paraíba 1966	75
Figura 16 - Patesko – Força Expedicionária Brasileira – FEB	76
Figura 17 - Largada da prova de ciclismo – Prédio do Banco do Brasil	77
Figura 18 - Prova de ciclismo nas ruas de Campos	77
Figura 19 - Equipe de basquetebol CNRC - Bicampeão 1944 e 1945	78
Figura 20 - Ginásio Olavo Cardoso	78
Figura 21 - Piscina do Clube de Regatas Saldanha da Gama – 1922	80
Figura 22 - Prova de natação - InterCEDE, 2019	97
Figura 23 - Imagens da infraestrutura de um CEDE	103

# LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Autores com maiores quantidades de publicações sobre o tema "Política públi	ca de
esporte e lazer" na base Scopus	42
Gráfico 2 - Principais áreas de vinculação dos artigos publicados na base Scopus e relacion	ıados
ao tema Política pública de esporte e lazer	43
Gráfico 3 - Periódicos com mais publicações sobre o tema Política pública de esporte e la	azer
	44

# LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Elementos considerados na avaliação CIPP	34
Quadro 2 - Escudos dos principais clubes de futebol da cidade de Campos dos Goytacazes	73
Quadro 3 - Locais de prática esportiva e atividade física da FME – 2017 a 201910	01
Quadro 4 - Modalidades esportivas oferecidas pela FME no período de 2017 a 2019 10	04
Quadro 5 - Atividades físicas e exercícios físicos oferecidos pela FME no período de 2017	<sup>7</sup> a
201910	06
Quadro 6 - Modalidades paraesportivas e atividades adaptadas oferecidas pela FME no períod	do
de 2017 a 201910	06
Quadro 7 - Número de beneficiados nas Políticas Públicas voltadas ao Esporte nos períodos o	de
2013-2016 e 2017-2020	08
Quadro 8 - Checklist CIPP Contexto - Viva o Esporte	12
Quadro 9 - Checklist CIPP Insumos - Viva o Esporte	14
Quadro 10 - Checklist CIPP Processo - Viva o Esporte	16

# LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - caracterização do público participante das atividades esportivas e atividades físicas
da FME
Tabela 2 - Parcerias da FME para o desenvolvimento da política pública de esporte em 2017
92
Tabela 3 - Parcerias da FME para o desenvolvimento da política pública de esporte em 2018
93
Tabela 4 - Parcerias da FME para o desenvolvimento da política pública de esporte em 2019
94
Tabela 5 - Realização de eventos de natação pela FME nos anos de 2017 a 201996
Tabela 6 - Participação dos atletas de natação da FME em eventos promovidos por outras
entidades - 2017/ 2019
Tabela 7 - Participação de atletas da FME em eventos promovidos por outras entidades em 2017
99
Tabela 8 - Participação de atletas da FME em eventos promovidos por outras entidades em 2018
Tabela 9 - Participação de atletas da FME em eventos promovidos por outras entidades em 2019
101
Tabela 10 - Comparação dos recursos aplicados no esporte nas gestões 2013-2016 e 2017-2020
Tabela 11 - Porcentagem da população escolar atendida pelo programa Viva o Esporte em
relação ao total de matriculados na educação básica do município de Campos dos
Goytacazes

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADFL Associação Desportiva Fernandes Leandro

AFC Americano Futebol Clube

ANFLUDEF Associação Norte Fluminense dos Deficientes Físicos

ANP Agência Nacional do Petróleo

ANPOCS Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

BT Beach Tennis

CAA Campos Atlético Associação

CBD Confederação Brasileira de Desportos

CBR Confederação Brasileira de Remo

CDPD Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência

CEDE Centro Escola do Esporte

CEDES Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer

CENESP Centro de Excelência Esportiva

CERB Clube Esportivo Rio Branco

CIPP Contexto, Insumo, Processo e Produto

CF Constituição Federal

CND Conselho Nacional de Desportos

CNE Conferência Nacional do Esporte

CNRC Clube de Natação e Regatas Campista

CPIs Comissões Parlamentares de Inquéritos

CREF Conselho Federal de Educação Física

CRSG Clube de Regatas Saldanha da Gama

EPT Esportes Para Todos

FARJ Federação Aquática do Rio de Janeiro

FERJ Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro

FHC Fernando Henrique Cardoso

FME Fundação Municipal de Esportes

FMI Fundo Monetário Internacional

IAA Instituto do Açúcar e do Álcool

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDHM Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

INDESP Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto

INPC Índice Nacional de Preços ao Consumidor

LCD Liga Campista de Desporto

LIVERJ Liga de Voleibol do Estado do Rio de Janeiro

LNC Liga Náutica de Campos LOM Lei Orgânica Municipal

MDB Movimento Democrático Brasileiro

MEC Ministério da Educação

MP Medida Provisória

ONG Organização Não Governamental

ONU Organização das Nações Unidas

PAEG Plano de Ação Econômica do Governo

PELC Programa Esporte e Lazer da Cidade

PROÁLCOOL Programa Nacional do Álcool

PRO-EAR Programa de Esporte de Alto Rendimento

PRO-EPE Programa de Esporte Participativo e Educacional

PSL Partido Social Liberal

PST Programa Segundo Tempo

PT Partido dos Trabalhadores

RCBE Revista Brasileira de Ciências do Esporte

RPA Recibo Pagamento Autônomo

SCRB Sport Club Rio Branco

SEE Secretaria Especial do Esporte

SNEED Secretaria Nacional de Esporte Educacional

SNEELIS Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social

SNFDDT Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor

TCE-RJ Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro

UEM Universidade Estadual de Londrina

UFPR Universidade Federal do Paraná

UFRGS Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNESCO Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

3 E's Eficiência, Eficácia e Efetividade

# SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 JUSTIFICATIVA	19
1.2 OBJETIVOS	20
1.2.1 Objetivo Geral:	20
1.2.2 Objetivos específicos:	20
2 METODOLOGIA E ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO	21
2.1 METODOLOGIA	21
2.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	21
3 REFERENCIAL TEÓRICO	25
3.1 DEFINIÇÃO DE ESPORTE	25
3.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL	27
3.3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER PARA A PESSOA CO	OM DEFICIÊNCIA 28
3.4 AVALIAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA	30
3.4.1 A importância de avaliar as políticas públicas	30
3.5 MODELO DE AVALIAÇÃO CIPP	33
3.5.1 Avaliação do contexto	35
3.5.2 Avaliação dos insumos	35
3.5.3 Avaliação dos Processos	36
3.5.4 Avaliação dos Produtos	36
3.5.5 Checklist CIPP	
3.5.6 Trabalhos Correlatos	37
4 A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM POLÍTICA PÚBLICA DE E BRASIL E NO CONTEXTO MUNDIAL	
4.1 AS PESQUISAS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZ	ER NO BRASIL 40
4.2 PESQUISAS EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER NO	CONTEXTO
MUNDIAL X BRASIL UTILIZANDO DADOS BIBLIOMÉTRICOS NA BA	SE <i>SCOPUS</i> 41
5 ESPORTE E AS POLÍTICAS PÚBLICAS	46
5.1 POLÍTICA PÚBLICA DE ESPORTE NO BRASIL: DA DÉCADA DE 19	20 AO PERÍODO
DA CONSTITUINTE	46
5.2 POLÍTICA PÚBLICA DE ESPORTE NO BRASIL NO CONTEXTO DO	
NEOLIBERALISMO	51
5.3 A POLÍTICA PÚBLICA DE ESPORTE NO BRASIL A PARTIR DO GO	VERNO DO
PARTIDO DOS TRABALHADORES	54

5.4 OS GOVERNOS TEMER E BOLSONARO E SUAS POLÍTICAS DE ESPORTE	59
6 CAMPOS DOS GOYATACAZES E A POLÍTICA PÚBLICA DE ESPORTE	62
6.1 CARACTERIZANDO O MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES	62
6.2 ESPORTES, CLUBES, ASSOCIAÇÕES E PERSONALIDADES ESPORTIVAS DE	
CAMPOS DOS GOYTACAZES	65
6.2.1 Futebol	65
6.2.2 Remo	73
6.2.3 Ciclismo	76
6.2.4 Basquetebol	77
6.2.5 Natação	79
6.2.6 Voleibol, futsal, tênis, handebol e lutas	81
6.3 A POLÍTICA PÚBLICA DE ESPORTE NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTA	ACAZES
NO CONTEXTO HISTÓRICO	83
6.3.1 Legislações de esporte e lazer do município de Campos dos Goytacazes	83
6.3.2 O Conselho Municipal de Esportes	84
6.3.3 Programa Bolsa-atleta	86
6.3.4 A estrutura organizacional da Fundação Municipal de Esportes – FME	87
6.3.5 Programa Viva o Esporte	88
7 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	90
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
REFERÊNCIAS	122
APÊNDICE 1 - QUESTIONÁRIO PARA GESTOR DE ESPORTE	140
APÊNDICE 2 - QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES	142

# 1 INTRODUÇÃO

O esporte é um fenômeno repleto de simbolismos e valores característicos que, ao mesmo tempo que transformam, também sofrem influências da sociedade em que está inserido (MARQUES, 2007; ARAÚJO, 2011).

As manifestações da cultura corporal do movimento humano não podem estar isoladas da prática de esporte, tendo em vista que este é um fenômeno sociocultural com diferentes formas de expressões (STIGGER, 2005). O esporte tradicional e o esporte adaptado podem se apresentar como uma ferramenta que possibilita ascensão social, igualdade nas condições de sua prática, melhoria da condição física e de saúde (ARAÚJO, 2011).

A partir do ano de 1937, com o Estado Novo de Getúlio Vargas - um governante caracterizado como nacionalista e populista que busca conciliar os interesses de classes na busca do desenvolvimento nacional - a relação entre Estado e esporte no Brasil ganha atenção especial. Buscando desenvolver e fortalecer um ideário de nação, o setor esportivo foi estruturado institucionalmente a partir do Decreto nº 3.199 de 1941 que propõe a centralização e organização esportivas no país (LINHALES, 1996). Esta medida favoreceu o Esporte de Alto Rendimento, chamado de Pró-EAR (Esporte de Alto Rendimento). Além disso, as práticas no âmbito do esporte propostas no Governo de Getúlio refletiram também um desejo de implantar valores higienistas e eugenistas, conceitos estes, trazidos da Europa.

Assim como no modelo de Vargas, o regime militar, a partir de 1964, buscou resgatar os apelos nacionalistas, fazendo do esporte um componente importante para o governo. A Educação Física foi recuperada como instrumento, não mais para a eugenia da raça, mas como meio de selecionar os mais habilidosos, mais aptos; utilizando o rendimento como meta e o esporte de massa e escolar como meio (DARIDO, 2003).

O esporte passou a ser peça fundamental para afirmar o país entre as nações desenvolvidas com o projeto denominado "Brasil Potência Olímpica". O movimento de "esportivização" da escola ocorreu no final da década de 1960 com o Decreto-Lei nº 705/1969 que tornou obrigatória a prática da Educação Física em todos os níveis de escolarização, com predominância esportiva no ensino superior (BRASIL, 1969).

No mesmo período do início do militarismo no Brasil, surge na Europa um movimento de reavaliação ideológica do esporte, produzindo muitos documentos e ocasionando uma mudança do pensamento esportivo. O "Manifesto Mundial do Esporte", lançado nos Jogos Olímpicos de Tóquio em 1964, denunciou a crise no esporte, devido ao excesso de valorização de atividades de alto rendimento e defendeu a implantação de um modelo de prática esportiva que atendesse pessoas comuns e ao sistema escolar com o esporte de participação e lazer. (TUBINO, 2005). Essa coalizão contrária ao esporte de alto rendimento, conhecida como pró-EPE (Esporte Participativo e Educacional), tem a ver com o surgimento de vários movimentos internacionais em defesa do esporte. No, Brasil em 1973, este movimento foi denominado Esporte Para Todos, onde se buscava a conformidade do esporte e do lazer.

Outro movimento importante em defesa do esporte foi a Carta Internacional de Educação Física, da Atividade Física e do Esporte divulgada pela UNESCO em 1978, na qual seu Art. 1º menciona que todo ser humano tem o direito fundamental de acesso à Educação Física, à atividade física e ao esporte, sem qualquer tipo de discriminação. Seu ponto principal se envolve com a gestão do mesmo, recomendando que este deveria ser papel do Estado e que seu objetivo maior seria utilizar o esporte, a partir da sua prática, como forma de melhorar a saúde e o desenvolvimento social.

Este quadro começa a se consolidar no final da década de 1980 com a promulgação da Constituição Federativa do Brasil (CF) (BRASIL, 1988), que atribui ao Estado o dever de fomentar as práticas esportivas como "direito de cada um". Está instituída pela CF em 1988 faz com que o esporte passe a ter um caráter mais social e menos nacionalista, sendo o incentivo deste uma função do Estado e dos governos (LINHALES, 1996).

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, outros interesses se manifestaram. A Lei nº 7.752 (Lei Mendes Thame), que já estava em tramitação no Congresso, foi aprovada pelo Senado em 14/04/1989 objetivando prover meios de financiamento ao desporto amador. Esta Lei apresentou formas e limites de abatimentos de imposto de renda de maneira gradual e outros tributos ao contribuinte, pessoa física ou jurídica (com regras diferentes), que fizessem doações e/ou patrocínios a pessoa jurídica desportiva, desde que estas estivessem cadastradas no Ministério da Educação – MEC (BRASIL, 1989).

No ano de 2005, a obra: "Atlas do esporte no Brasil" apresentou resultados a respeito de estudos realizados sobre o esporte a partir de eventos datados e de sua localização geográfica, trazendo dados numéricos e descrições de fatos do esporte no Brasil (COSTA, 2005).

Outra contribuição relevante sobre pesquisas relacionadas às políticas públicas de esporte, identificaram que a maioria dos estudos que abordaram este tema, foi caracterizado como relatos de experiência (STAREPRAVO, 2007; STAREPRAVO; MEZZADRI, 2007).

Mesmo com a produção de pesquisas e organizações internacionais indicando a importância do esporte na vida do cidadão, seus benefícios e contribuições para o desenvolvimento humano, observa-se que no as políticas públicas ainda estão em vias de concretização. Muitos países ainda optam pelo investimento nos esportes de alto rendimento, visto que muitos deles partem do princípio de que uma nação forte deve ser representada por uma equipe esportiva de alto rendimento o que simboliza a ideia de nação desenvolvida, como no período da Guerra-Fria (MARQUES, 2009).

Campos dos Goytacazes viveu momentos de grandes repasses de recursos, de acordo com a Agência Nacional do Petróleo (ANP) no período de 2000 a 2010. O município recebeu, em royalties do petróleo, um valor de R\$ 4.553.990.056,97, mas isso não significou uma melhora na qualidade de vida da maioria dos munícipes, como também, não apresentou melhorias significativas nos indicadores sociais (BORBA, 2015). No período de 2011 a 2013, foram repassados mais R\$ 1.821.511.974,73 (ANP, 2014). O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica de 2011 ficou abaixo da meta traçada pelo Ministério da Educação para os anos de 2011 e 2013.

A partir da Constituição Federal de 1988, que instituiu o esporte e o lazer como direitos do cidadão, devendo estes serem contemplados na Lei Orgânica do Município (LOM) pois, em seu artigo 29, os municípios serão regidos por esta Lei. Com base nesta orientação, o município de Campos dos Goytacazes, tem sua LOM promulgada na data de 28 de março de 1990. Atualizada e publicada em 26 de agosto de 2014 e republicada em 29 de agosto de 2014, destaca uma seção específica ao desporto e ao lazer. De acordo com a seção IV, artigo 291, "é dever do município apoiar, incentivar com base nos fundamentos da educação física o esporte, a recreação e o lazer, a expressão corporal, como forma de educação e promoção social" (CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2014).

Borba (2015) em seu estudo sobre políticas públicas de esporte e lazer do município de Campos dos Goytacazes no período de 2013 a 2016, comenta que é possível afirmar que esta política apresentava características de incentivo ao esporte de rendimento e na promoção de

eventos esportivos, objetivando o entretenimento da população, e não estavam alinhadas com os princípios constitucionais.

Com a mudança da gestão municipal no ano de 2017, um novo formato de gestão pública foi apresentado. Foi implementado no município o programa "Viva o Esporte". Esse programa teve como objetivo oportunizar a prática esportiva para crianças e jovens em idade escolar além de outras faixas etárias, inclusive a terceira idade. O programa se destacou pela ampliação do número de modalidades esportivas oferecidas e pela inclusão do esporte adaptado, o paradesporto no município.

Buscando compreender a implementação desse programa no município e as mudanças ocorridas na gestão do esporte no período de 2017 a 2020. Levantamos os seguintes questionamentos nesta tese: esta política pública de esporte encontrava-se em conformidade com os pressupostos constitucionais? Ela cumpriu as diretrizes da Lei Orgânica Municipal? Ela visou atender a todos?

#### 1.1 JUSTIFICATIVA

Diante deste contexto, inquietações foram surgindo com o propósito de entender os mecanismos e as formas de gestão e planejamento da política pública de esporte do município de Campos dos Goytacazes-RJ. A partir de informações em *sites* oficiais da Fundação Municipal de Esporte (FME) deste município, verificou-se uma mudança, até o momento, significativa no formato de gestão da política pública de esporte. Alguns resultados apresentados pela gestão municipal apontam crescimento na oferta de modalidades esportivas, no número de participantes e com a novidade da oferta de prática esportiva para pessoas com deficiência, o conhecido esporte adaptado ou paradesporto.

Portanto, torna-se necessária uma avaliação detalhada da política pública de esporte para que, a partir dela, possamos conhecer os motivos de sua implementação; quais as etapas que foram realizadas para implementá-la? Ocorreram ajustes no transcorrer do seu desenvolvimento? A partir dos resultados encontrados, se necessário, sugerir meios de incrementar, desenvolver ou dar continuidade a esta política de esportes para as gestões seguintes.

## 1.2 OBJETIVOS

# 1.2.1 Objetivo Geral

Avaliar a política de esporte e esporte adaptado "Viva o Esporte" do município de Campos dos Goytacazes entre os anos de 2017 a 2020.

# 1.2.2 Objetivos específicos

- Identificar o público participante das atividades desenvolvidas pela FME de Campos dos Goytacazes;
- Verificar as parcerias realizadas junto à FME: clubes, associações ou Organizações Não
   Governamentais (ONGs) no desenvolvimento da Política Pública de esporte;
- Apresentar os eventos esportivos realizados pela FME objetivando a participação e inclusão social de seus usuários e como ocorre o custeio destas atividades;
- Apresentar os eventos promovidos por outras entidades onde atletas da FME participaram;
- Relacionar os espaços/locais utilizados para as práticas esportivas do programa Viva o
   Esporte e suas condições de uso: infraestrutura e segurança;
- Relacionar as modalidades esportivas e demais atividades oferecidas pela FME e
- Analisar e comparar o orçamento da FME da gestão anterior com a atual, os convênios, número de participantes, total de modalidades esportivas ofertadas, e número de profissionais envolvidos;
- Analisar o orçamento da Fundação Municipal de Esportes (FME), como ocorre sua captação e descrever como se processa a distribuição do recurso para o desenvolvimento da Política de esporte (*accoutability*) em Campos dos Goytacazes;
- Qual é o percentual da população escolar atendida, utilizando como indicador o número de matriculados na educação básica no ano de 2019 e qual é o percentual da população atendida, utilizando o indicador da estimativa da população de Campos dos Goytacazes no ano de 2019.

# 2 METODOLOGIA E ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO

## 2.1 METODOLOGIA

A metodologia pode ser compreendida por procedimentos com o propósito de execução do trabalho. Desta forma, é necessário todo empenho visando observar, contextualizar, interpretar e compreender o tema de estudo. De acordo com Gil (2008), metodologia significa o estudo dos caminhos, dos instrumentos utilizados para se desenvolver a pesquisa científica e como fazê-la de forma eficiente, buscando a partir dos passos trilhados, alcançar certo objetivo.

# 2.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo caracterizou-se como uma pesquisa bibliográfica e documental onde foi utilizada uma abordagem exploratória, descritiva e de cunho qualitativo, necessitando descrevêlo a partir da pesquisa de várias fontes e sua correta interpretação.

A primeira etapa desta pesquisa (bibliográfica), constituiu-se na coleta de dados do referencial teórico entre os anos de 1990 a 2018, composta por uma variedade de artigos oriundos de periódicos nacionais, do Portal de Periódicos da Capes e na base de dados da *Scopus*, que apresentaram os principais conceitos sobre esporte, esporte adaptado, políticas públicas de esporte, políticas públicas, esporte e lazer. Este levantamento ocorreu em 2018, nos meses de outubro a dezembro, em 2019, nos meses de março a julho e, posteriormente em 2021 nos meses de março a junho. Num segundo momento, utilizamos a consulta referente à legislação de políticas públicas de esporte e esporte adaptado no Brasil, financiamento ou investimento em políticas públicas de esporte, em documentos jurídicos oficiais dos governos federal, estadual e municipal. As buscas foram realizadas nos seguintes anos: 2019, de março a

junho, em 2020, de março a junho, em 2021, de agosto a dezembro. Ainda nesta etapa foi realizado um levantamento de informações de pesquisadores brasileiros nas bases de dados *Scopus* e no banco de Teses da CAPES, que buscaram identificar quais foram as produções científicas vinculadas com o tema esporte, lazer e política pública produzidas no Brasil a partir do ano de 1994. Até então, pouco foi produzido sobre este tema, possivelmente devido à falta ou a pouca relevância das políticas públicas desenvolvidas pelos governantes anteriores a este período. Na sequência, avançamos para estudos publicados a partir de 2003, onde percebe-se um ligeiro aumento no número de publicações em revistas científicas, teses e dissertações.

Utilizou-se nessas mesmas bases de informações indicadores bibliométricos relacionados ao tema políticas públicas em esporte e lazer. A partir destes indicadores encontrados, trabalharemos com alguns dos autores mais referenciados nessas bases, visando aprofundar as discussões sobre o tema pesquisado. Nesta base, utilizamos como referência o período entre 2008 até 2017.

A pesquisa documental foi realizada em 2019, nos meses de março e abril e nos meses de outubro e novembro junto a Fundação Municipal de Esportes – FME, buscando informações sobre os objetivos da FME, estrutura organizacional, estatuto ou regimento interno, leis de incentivo ao esporte, e demais documentos pertinente ao tema de estudo.

Na segunda etapa foi realizada uma minuciosa avaliação dos artigos e documentos oficiais, levando em consideração a relevância do material analisado, sua contribuição para o estudo, além da sua correlação entre a proposta de estudo, bem como sua aplicação na gestão da FME de Campos dos Goytacazes.

Na terceira etapa, no mês de abril, maio, novembro e dezembro de 2019, foram realizados levantamentos junto a FME sobre quais e quantas atividades foram oferecidas, qual o número de participantes, em que condições se encontravam os locais de prática esportiva e atividade física. A seleção dos locais de práticas foram realizadas de forma aleatória, separando os locais de práticas de acordo com as atividades oferecidas nestes espaços, divididos em categorias da seguinte forma: Centro Escola de Esportes - CEDE's, ginásios de esportes, piscinas, locais de práticas de ginásticas e danças, locais de lutas, praças públicas. Foram selecionados aleatoriamente um local de cada categoria. Foram feitos também levantamentos de dados qualitativos e quantitativos e entrevistas com o gestor e mais três professores participantes do programa. A seleção dos professores ocorreu aleatoriamente, levando em consideração as seguintes características: um profissional que trabalhava com esporte coletivo, um que trabalhava com lutas ou ginásticas e outro que trabalhava com o esporte adaptado. As entrevistas ocorreram no mês de março de 2020.

Na quarta etapa, ocorreu os apontamentos e considerações sobre o material analisado, como também, sugestões que possam contribuir para o melhor andamento e prestação de serviço na área do esporte para a comunidade de Campos dos Goytacazes.

A avaliação da política de esportes do município de Campos dos Goytacazes foi realizada a partir do modelo CIPP (Contexto, Insumo, Processo e Produto) desenvolvido por Stufflebeam (1968, 1987, 2003). O autor contempla que a avaliação é um "processo político de delinear, obter informações confiáveis para que os administradores possam tomar decisões". Desta forma, as quatro variáveis listadas acima, transformam-se em construtos ideais para os gerentes estruturarem informações que contribuam para a tomada de decisão adequada.

A avaliação do contexto – planejar é necessário ao subsidiar informações para decisões de construção do projeto, por meio da identificação das necessidades para se atingir o objetivo e as metas propostas, utilizando-se de vários indicadores para análise, definição do contexto institucional, identificação dos interessados direitos e suas respectivas necessidades, bem como diagnóstico de problemas subjacentes a essas necessidades. São indicadores de análise o sistema de avaliação, exame de documentos, interrogatório, entrevistas e testes de diagnóstico.

A avaliação de insumo – para o autor, a necessidade de recursos busca subsidiar informações para as decisões de estruturação do projeto e, com isso, dar forma às propostas. Por meio da identificação da capacidade do sistema, estratégias de projetos alternativos e criação de procedimentos, a avaliação de insumos inventaria e analisa os recursos necessários à consecução dos objetivos pretendidos. Além disso, busca identificar a relevância, a viabilidade e a economia do projeto. Para isso, duas etapas são importantes: planejamento (detalhamento dos valores, foco nas necessidades prioritárias, análise de ativos e de políticas, definição do grupo alvo e de metas, entre outras) e preparação (definição de políticas, comprometimento dos recursos, orçamento, arranjos políticos, colaboração e publicidade).

A avaliação do processo – busca subsidiar informações acerca das decisões de implementação, por meio da identificação, por exemplo, das revisões necessárias e procedimentos de redefinição da intervenção. Desta forma, objetiva prever e identificar os problemas do processo, da criação dos procedimentos, do orçamento e do cronograma de realização. Podem ser divididos em: supervisão, gestão de recursos, controle da qualidade e relações externas (STUFFLEBEAM, 1968, 1987, 2003).

A avaliação do produto – busca subsidiar informações para tomada de decisões somativas. Desta maneira, é necessário coletar descrições e julgamentos de resultados e relacioná-los com informações geradas nos processos de contexto, insumo e processo, bem como os objetivos estabelecidos. O julgamento é realizado por meio de análises quantitativas e

qualitativas e tem foco no impacto da avaliação (beneficiários, percentual de atendimentos, efeitos na comunidade, abandono, entre outros), na eficácia da avaliação (amplitude dos resultados e dos efeitos, qualidade e significância dos efeitos, resultados a curto e longo prazo e involuntários diagnósticos de falhas e prêmios, entre outros), na viabilidade e sustentabilidade da avaliação (institucionalização, planos e ações, viabilidade financeira e de pessoal, ameaças) e, finalmente, a transportabilidade (potencialidades e realidades adotadas, inquéritos e vistorias (STUFFLEBEAM, 1968, 1987, 2003).

# 3 REFERENCIAL TEÓRICO

# 3.1 DEFINIÇÃO DE ESPORTE

Ao tentar conceituar o esporte e sua transformação histórica, não se pode deixar de mencionar a Inglaterra do século XVIII, responsável pela sistematização e regulamentação de várias modalidades esportivas, entre as quais podemos citar o Futebol, o Tênis e o Badminton. A partir da Revolução Industrial e da modernização da sociedade inglesa, o esporte também passou por importantes fases de transformação, surgindo neste período órgãos reguladores como associações esportivas ou federações, objetivando padronizar as regras de seus esportes e estabelecendo, desta forma, a diferença entre o esporte e as manifestações da cultura corporal, anteriores à sua gênese. Isso quer dizer que o esporte ou atividade praticada anteriormente à Era Moderna não apresentava a mesma universalização, organização e sistematização que o esporte moderno apresenta hoje (MARQUES, 2009).

Em decorrência do pós-guerra e da progressiva mercantilização da cultura, o esporte moderno sofreu mudanças qualitativas em sua estruturação e divulgação, relacionadas à transformação das estruturas sociais e econômicas. Estas mudanças, segundo Marques (2009, p. 367), ocorreram devido a sua manipulação como ferramenta política, a sua popularização, espetacularização e mundialização, alcançando o ápice na Guerra-Fria, onde o esporte era utilizado como disputa político-ideológica (nacionalista). Um país, para mostrar poder e força, utilizava-se do esporte, da espionagem de treinamentos, de planos e até boicotes nas Olimpíadas de Moscou e de Los Angeles; isso acabou fortalecendo o esporte em países como Rússia e Cuba. O esporte era usado como instrumento ideológico e de propaganda; cada vitória era utilizada para fortalecer a política e soberania de cada regime.

Em outra oportunidade (1995), Nelson Mandela usou o esporte para unir negros e brancos; o preconceito entre as etnias era muito grande na África do Sul e o medo de uma guerra racial era constante. Mandela viu no *Rugby* uma saída para unir os povos (SANTIAGO, 2018).

A principal característica que marcou a transição do esporte moderno para o contemporâneo foi a mercantilização, assim como as suas mais variadas formas de práticas, não só de alto rendimento, como também alternativas: promoção da saúde, dos valores educacionais, da inclusão social e da diversão ou lazer ativo (SANTIAGO, 2018).

A conceituação do esporte sofreu forte influência dos aspectos históricos, sendo reformulada constantemente à medida que o esporte se modifica enquanto fenômeno social. Esporte moderno e contemporâneo não são a mesma coisa e certamente serão diferentes de esporte do futuro; o enriquecimento do conceito de esporte ocorre com sua própria história: é transitório e representa a atualidade (SANTIAGO, 2018).

O esporte contemporâneo pode ser definido como um composto de atividades físicascognitivas que envolvem, em diferentes graus, tendo em vista sua formalidade ou
informalidade, esforço físico, habilidades motoras, regulamentação, institucionalização,
competitividade e organização, com os mais diferenciados objetivos como o lazer, a prática de
atividade física, a competição regular (campeonatos, torneios), a socialização, o entretenimento
e a formação educacional. É um conceito polissêmico, havendo a necessidade de deixar bem
claro qual é o ponto de vista que se tem do mesmo neste momento (BETTI, 1991).

Buscando complementar este conceito, Marchi Júnior (2002, p. 63) coloca que o esporte é "um fenômeno histórico da humanidade construído e determinado a partir de contextos socioculturais, em constante desenvolvimento, e em franco processo de mercantilização, profissionalização e espetacularização".

Contudo, na perspectiva da regulamentação da profissão de Educação Física no Brasil, o Conselho Federal de Educação Física, "Aspectos Jurídicos da Intervenção Profissional de Educação Física", delineia o que ou como pode ser definido o esporte diante dos seus aspectos legais:

Esporte ou Desporto é uma atividade competitiva, institucionalizada, realizada conforme técnicas, habilidades e objetivos definidos pelas modalidades esportivas, determinada por regras preestabelecidas que lhe dá forma, significado e identidade, podendo também, ser praticado com liberdade e finalidade lúdica estabelecida por seus praticantes, realizado em ambiente diferenciado, inclusive na natureza (jogos: da natureza, radicais, orientação, aventura e outros), cuja aplicabilidade pode ser para a promoção da saúde e em âmbito educacional de acordo com diagnóstico e/ou conhecimento especializado, em complementação a interesses voluntários e/ou organização comunitária de indivíduos e grupos não especializados. (VARGAS, 2014, p. 19).

# 3.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

Em meados do século XX, a Administração Pública começa a ser modelada com o Estado Moderno, defrontando grandes mudanças ao longo dos anos, relacionada diretamente ao modo de atuação do próprio Estado. A contar dos anos de 1970/1980, em meio à crise do *Welfare State*, a Administração Pública cada vez mais é confrontada com a premência de aumentar sua eficiência, amenizar seus custos, reduzir sua estrutura, melhorar sua agilidade e transformar-se transparente e democrática. (FARIA, 2009).

Compreendendo que o resultado oriundo das políticas públicas, sendo ele sucesso ou fracasso, é crucial para o desempenho satisfatório da Administração Pública, inicialmente Faria (2003) relata que as políticas públicas eram vistas como *outputs* do sistema político e, para os *inputs*, as demandas e conexões de interesse. Desta maneira, antes de considerar a análise de políticas públicas como uma subárea da ciência política, incidiam os estudos nas etapas de formação destas políticas. No Brasil, esses estudos variados acerca do domínio de políticas públicas são recentes e a ênfase resume-se à análise das estruturas e instituições ou à descrição das fases de negociação das políticas setoriais próprias.

Conforme Melo (1998), uma gama superior de estudos sobre políticas públicas nos anos 80/90 se deu pelo assunto sobre reforma do Estado, vindo da divulgação internacional. Neste período, questões sobre arranjo institucional tiveram notoriedade. "Assim, tendo como foco de estudo a maneira e a qualidade da interferência pública na economia e na sociedade, cria-se um programa de pesquisa experimental a respeito das questões relacionadas à eficiência de políticas e programas" (MELO, 1999, p. 81).

Para Faria (2003), inúmeros tratamentos, teorizações iniciais e tendências analíticas procuram dar significância aos processos de formação e gestão das políticas públicas, considerando um domínio cada vez mais composto pela correlação assimétrica, duvidosa e de confusas questões.

Segundo Arretche (2003), a área de estudos de políticas públicas no Brasil ganhou feições particulares com a transição do autoritarismo para a democracia, nós anos 70/80, com a relevância da criação de um autêntico sistema de pós-graduação e a fundação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) em 77, gerando densidade acadêmica com os debates criados pelos grupos de trabalho da área. Antes a isso, as políticas de governo já aguçavam a atenção dos analistas, porém, os estudos na época foram essenciais para a conclusão da forma de pensar a decisão e a ação governamentais.

Hochman, Arretche e Marques (2007) promovem uma mostra representativa oferecendo um panorama da produção em políticas públicas no Brasil: a) Anos 70/80: Análises que investigaram a natureza da ação social do Estado no Brasil e a concepção de cidadania a ela associada, as bases societais de seu padrão de intervenção, o corporativismo, a formação e o papel das burocracias, os movimentos sociais, os grupos de interesses e as características institucionais das políticas; b) Anos 90: Forte análise das relações de políticas públicas com as instituições políticas; c) Anos atuais: Divergência de enfoques, onde é realizada análise sobre sistema de proteção social no Brasil e na América Latina, condicionantes institucionais do desenho de políticas públicas setoriais, gastos públicos (determinantes políticas do gasto ou o impacto de estratégias de gasto sobre o desempenho das políticas públicas) e implementação e avaliação como fases independentes do ciclo de uma política.

Na compreensão de Carvalho (2003), o sistema das políticas públicas é tido como um processo em fluxo, por relação, uma determinada política pública não se baseia em etapas lineares contínuas.

Souza (2003) encerra seu olhar acerca da disciplina de políticas públicas no Brasil relatando a existência de uma porção considerável de estudos para o tema políticas públicas nacionais e políticas locais, porém, é de escasso conhecimento sobre questões importantes na esfera estadual.

# 3.3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Percebe-se que há uma carência de estudos no subcampo das políticas públicas de esporte e lazer, relacionadas às pessoas com deficiência (STAREPRAVO; MEZZADRI, 2007).

Quando um determinado tema entra na agenda política devido ao enfrentamento de um problema público, sendo este compreendido como coletivamente relevante (SECCHI, 2013), as políticas públicas que tratam de conteúdos concretos e simbólicos e de decisões políticas, também podem ser entendidas como a diretriz para a resolução deste problema.

Historicamente, as políticas públicas para pessoas com deficiência foram criadas, na sua maioria, com características de assistencialismo, de caridade e de protecionismo. Uma mudança começa a acontecer a partir de 1970, quando a mobilização de pessoas com deficiência na busca de seus direitos toma corpo e a Organização das Nações Unidades (ONU) declara o ano internacional da pessoa com deficiência em 1981, sendo estas políticas debatidas sob a ótica

dos direitos humanos, da necessidade do acesso à educação, trabalho, saúde, acessibilidade, cultura, esporte, lazer e demais âmbitos da vida social.

Deve-se ter atenção ao propor políticas públicas para este grupo de pessoas, buscandose sempre o equilíbrio nos pontos que estabelecem tensões, pois estas políticas precisam ter abrangência para atender à diversidade social e capacidade de se adaptar às especificidades e diferenças da população (PINHEIRO, 2003).

O termo esporte adaptado é utilizado somente no Brasil, consistindo em uma possibilidade de prática esportiva para pessoas com deficiência. Desta forma, metodologias, fundamentos e estruturas são adaptadas, permitindo a participação da pessoa com deficiência (ARAÚJO, 2011). Em outros países, o termo mais utilizado é esporte para pessoa com deficiência, em inglês: "Sport for Personswith a Disability" (MAUERBERG, 2005). Ao se falar em esporte paralímpico, são designadas as modalidades esportivas adaptadas que fazem parte do programa dos Jogos Paralímpicos. E este crescimento no esporte paralímpico se deve a três fatores: efetividade do esporte como processo de reabilitação, direito à prática esportiva da pessoa com deficiência e caráter da modalidade enquanto entretenimento (TWEED; HOWE, 2011).

A Organização das Nações Unidas (ONU) propôs e aprovou durante a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), dispositivos que objetivam promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais para todas as pessoas com deficiência, sendo ratificada pelo Brasil no ano de 2007, representando um marco para os direitos das pessoas com deficiência (BRASIL, 2007). A CDPD foi aprovada via Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008 e promulgada pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.

Estudos realizados sobre a política pública para a pessoa com deficiência de um município do estado de São Paulo (CARAVAGE; OLIVER, 2018) analisaram o processo de sua implementação relacionada à dinâmica política (*politics*). Observaram que nos programas esportivos que atendem a população em geral, quase não há participação de pessoas com deficiência, e quando estes participam, sendo esta uma atividade inclusiva, os mesmos esbarram em barreiras arquitetônicas, ou seja, espaços públicos de esporte e lazer sem acessibilidade. Outro ponto importante, é o despreparo dos profissionais para atuarem com esta população. Neste estudo, não foi observada uma política intersetorial articulada e as relações entre os atores foram, predominantemente, de maneira informal.

# 3.4 AVALIAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA

Muito se fala, discute e debate sobre políticas públicas, porém toda essa discussão não se transforma em pesquisas aprofundadas sobre avaliação de políticas sociais (ASSUMPÇÃO; CAMPOS, 2009). Quando realizadas, limitam-se a fazer um levantamento do investimento financeiro utilizado a fim de controlá-lo, servindo apenas como um relatório das atividades desenvolvidas, o que não reflete, em efetividade, atribuição de valor ou mérito da política pública. Avaliações desempenham diversos papéis, mas têm apenas uma meta: determinar o valor ou mérito do objeto avaliado. Para Scriven (1974) a avaliação apresenta dois papéis distintos. Um de caráter formativo e realizado frequentemente para fornecer informações à equipe que coordena o projeto, objetivando melhorar a qualidade da intervenção e outro de caráter somativo que é realizado e torna pública, de forma não frequente, objetivando dar aos "tomadores de decisão e interessados informações de julgamento de valor e de mérito acerca da intervenção realizada".

A avaliação surgiu com o próprio homem, tendo em vista que "o homem observa, o homem julga, isso quer dizer avalia" e vem se modificando pelo seu caráter dinâmico (VIANNA, 2000).

[...] avaliação nunca é um todo acabado, autossuficiente, mas uma das múltiplas possibilidades para explicar um fenômeno, analisar suas causas, estabelecer prováveis consequências e sugerir elementos para uma discussão posterior, acompanhada de tomada de decisões, que consideram as condições que geraram os fenômenos analisados criticamente. (VIANNA, 2000, p. 18).

# 3.4.1 A importância de avaliar as políticas públicas

O termo avaliar, no sentido etimológico da palavra, resulta em atribuir valor, apreciar efeitos reais, decidir o que é bom ou ruim. Para Garcia (2001) tem significância de caracterizar a valia de algo, destacar um valor. Corroborando a significância do termo como atribuição de valor, tem-se os autores Mokate (2002). Todavia, Ala-Harja e Helgason (2000) previnem informando não unanimidade para o termo quando empregado para o domínio de políticas públicas, pela existência de variados conceitos, alguns até mesmo contraditórios. Isto porque trata-se de uma área transcorrida por diversas disciplinas, instituições, pessoas, envolvendo múltiplas questões e carências.

Para o pensamento de Souza (2009), avaliação e análise de políticas públicas são fenômenos distintos. As análises são estudos das causas e resultados das atividades do governo e avaliações estão relacionadas ao impacto ou ao processo.

Boschetti (2013) acredita que o ato de avaliar está firmado entre um programa e o seu resultado, porém, para isto ocorrer é necessário um envolvimento causal entre a realidade da política no qual está sendo avaliada, os seus pontos positivos ou negativos, mostrando como ponto de referência a relação entre propósito, vontade e desempenho. Deste modo, a avaliação de uma política não está voltada apenas à análise da natureza, mas sim ao entendimento das variáveis que levaram os governantes a escolherem determinada política em meio a tantas outras.

Conforme Silva e Silva (2012, p. 10), avaliar é encarado como um conceito valorativo; não é apenas uma postura imparcial nem exterior ao envolvimento de poder, mas uma postura política que abrange o quadro de um programa público, obrigando a esforços de finalização, de independência e atitudes interdisciplinares.

O reconhecimento atual da importância na realização da avaliação de políticas e programas sociais não impede o encontro com algumas armadilhas. A preocupação primordial, segundo Barreira e Carvalho (2001), está relacionada ao pensamento da avaliação sob os efeitos da sedução tecnológica, isto porque a sua eficácia e eficiência instantâneas não condizem necessariamente com um empenho concreto, com a verdadeira melhoria do bem-estar dos cidadãos beneficiários de programas e serviços públicos. É necessário primeiramente debater alguns quesitos:

- A avaliação não é valorada em si mesma, não é substitutiva à política ou ao programa nos processos e resultados que influencia e persegue;
- A avaliação é atuante como ponto de ponderação crítica da atividade e alternativa de disputa e aquisição dos resultados idealizados;
- A avaliação é fator decisivo de integridade, destrói e reconstrói a política ou programa na sua intenção, consequências na alteração do bem-estar dos envolvidos na ação pública. (BARREIRA; CARVALHO, 2001).

Shadish *et al.* (1991) relatam que no cenário da avaliação, um conceito ideal seria aquele que reportaria e fundamentaria o motivo claro de determinadas práticas avaliativas e conduziriam a categorias particulares de conclusões por meio de situações com as quais os avaliadores são relacionados.

Assim, nesse pensamento, a avaliação teria a responsabilidade de esclarecer as atividades, os processos e a sua finalidade, justificar os envolvimentos entre as atividades avaliativas, os processos e as finalidades que essas atividades permitem e por fim, testar experimentalmente os argumentos elaborados com o objetivo de saber sobre quais conflitam com a pesquisa avaliativa e com o saber já firmado sobre a avaliação.

Segundo Nogueira (2002), atualmente a avaliação é burocrática, geradora de custos e de condição administrativa e financeira - mencionada pela autora como "prestação de contas" - com dificuldades encontradas por parte dos profissionais, como técnicos e administradores, para implementação, mudança e/ou crescimento dos projetos já em atividades. Deste modo, sem a avalição, fica sem condições o procedimento de prestação de contas das ações do governo à sociedade.

É compreendido que no cenário avaliativo de políticas ou programas sociais, não é possível a avaliação ser apenas técnica, imparcial ou instrumental, pois "qualquer linha de abordagem das políticas públicas supõe, de parte do analista, um conjunto de princípios cuja demonstração é, no limite, impossível, dado que corresponde a opções valorativas pessoais" (ARRETCHE, 2009, p. 29).

Para Stufflebeam (2003), criador do modelo CIPP (*Context, Input, Process, Product*/ Trad. Contexto, Insumo, Processo e Produto) de avaliação, avaliar é um movimento de planejamento, alcance, oferecimento e aplicação de informação retratada e crítica a respeito do mérito e valor dos objetivos, efetivação e resultados, de maneira a orientar nas tomadas de decisões, oferecendo narrativas e contribuindo para um melhor entendimento dos fenômenos envolvidos. O autor ainda afirma que sua visão sobre avaliação foi construída com base em sua experiência tácita. Desta maneira é exigido um empenho continuado para localizar e corrigir os erros ocorridos na prática avaliativa.

Por meio da avaliação é conhecido quando uma determinada Política Pública está sendo implementada com os 3 E's conforme Souza (2008): Eficiência (realizar mais com menos recursos - custo), Eficácia (resulta do envolvimento entre metas alcançadas versus metas pretendidas - resultado) e Efetividade (percebida por meio da avaliação das transformações ocorridas a partir da ação - impacto), sendo assim imprescindível sua prática.

A avaliação possibilita a existência de um pensamento firmado acerca das tomadas de decisão realizadas durante o desenvolvimento do projeto, a fim de aprimoramento do mesmo (CARDOSO; MOREIRA, 2017; STUFFLEBEAM; SHINKFIELD, 1987; STUFFLEBEAM, 2003). Desta maneira, compreende-se melhor sobre o que foi desenvolvido, averiguando o resultado e as necessidades de remodelagem do projeto. (STUFFLEBEAM; SHINKFIELD, 1987; STUFFLEBEAM; SHINKFIELD, 2007).

# 3.5 MODELO DE AVALIAÇÃO CIPP

O Modelo CIPP (Contexto, Insumo, Processo, Produto) foi criado nos Estados Unidos, por Daniel L. Stufflebeam entre os anos de 1968 e 1971, o qual tem sido aplicado nas empresas e instituições, em áreas de serviços, incluindo educação, saúde, segurança e transporte, com a finalidade de realizar avaliação voltada à tomada de decisões. Sua evolução iniciou precisamente no ano de 1965 com o intuito de suprir a necessidade oriunda de escolas públicas dos EUA, cuja avaliação dos próprios projetos não acontecia de forma satisfatória. Tais projetos eram patrocinados pelo governo federal e seguiam conforme padrão vigente na época (STUFFLEBEAM, 2003). O objetivo do modelo, inicialmente, foi melhorar o bem-estar e prestação de contas de projetos escolares norte-americanos, principalmente os considerados estratégicos para colaborar com o ensino e aprendizagem em distritos escolares. E com o decorrer do tempo, foi evoluindo, adaptado e aplicado não somente nos Estados Unidos, mas sim, em diversos países, como na Austrália e no Brasil, em avaliações de curto e longo prazos, tanto de pequeno quanto de grande porte (STUFFLEBEAM, 2003; ANDRIOLA, 2010).

De acordo com Andriola (2010) o Modelo CIPP propõe o pensamento da avaliação nas organizações para formalizar as decisões gerenciais baseadas em investigações sistemáticas, traçadas na exação de dados importantes (fatos) e na análise destes. Conforme Vianna (1999), é necessário conhecer o contexto em que o Modelo surgiu para então aplicá-lo.

Segundo Herreras (2003), O modelo CIPP trata-se de um sistema onde a avaliação tem como foco principal o aprimoramento de um projeto ou programa, paralelamente evidenciando a responsabilidade. Para Fernandes (2010), trata-se de um modelo voltado para prestação de contas e tomada de decisão.

O modelo CIPP é composto por quatro etapas, ver Figura 1, precedentes à avaliação propriamente dita:

Planejamento
O que se deseja fazer?

Estruturação
Como se deseja fazer?

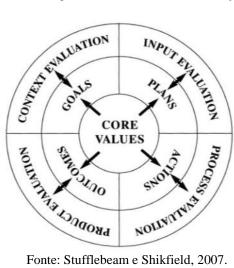
Implementação
Como foi planejado?

Revisão
Funciona adequadamente? Se não, por quê?

Figura 1 - Etapas precedentes a Avaliação propriamente dita

Fonte: O autor.

Figura 2 - Integrantes fundamentais da Avaliação



Fonte: Stufflebeam e Shikfield, 2007.

Na Figura 2, é possível constatar os quatro diferentes tipos de avaliação propostos para cada etapa evidenciada anteriormente na Figura 01. São estas: Contexto, Insumos, Processos e Produtos. Observar-se também, que as iniciais para cada tipo de avaliação formam o anagrama CIPP, o qual ficou mundialmente conhecido (FITZPATRICK; SANDERS; WORTHEN, 2004; LIMA; CAVALCANTE; ANDRIOLA, 2008).

Em cada uma dessas etapas é necessário avaliar e tomar decisões a respeito da fase seguinte. Deste modo, a avaliação procederia em um processo contínuo, sistemático, cujas propriedades necessárias seriam a geração de informações valiosas ao entendimento das variáveis de decisão. (DANTAS; ANDRIOLA, 2018).

Conforme o Quadro 1, é possível conhecer os elementos a serem considerados na avaliação do CIPP, segundo Stufflebeam (2000).

Quadro 1 - Elementos considerados na avaliação CIPP

Elementos	Principais Características
Contexto	Avaliar as necessidades, problemas e oportunidades como base para a definição de metas e prioridades e julgar o significado dos resultados
Insumos	Avaliar abordagens alternativas visando atender às necessidades e funcionando como meio para o planejamento dos programas e alocação de recursos
Processo	Avaliar a implementação dos planos que orientam as atividades e posteriormente ajudam a explicar os resultados
Produto	Identificar resultados pretendidos e os não intencionais sendo que ambos ajudam a manter o processo no caminho desejado e a determinar a eficácia

Fonte: Stufflebeam, 2000.

#### 3.5.1 Avaliação do contexto

Para Gomes (2015), a avaliação de contexto aponta possíveis ameaças como também ocasiões favoráveis, possibilitando atingir de forma negativa ou potencializar os resultados. Nesta etapa, é possível reconhecer em quais condições, sejam elas estruturais, financeiras, materiais ou humanas, estava o ambiente no qual o objeto avaliado foi colocado.

Segundo o pensamento de Vianna (1999), a avaliação de contexto tem como objetivo central descrever as necessidades, especificando a população/amostra de indivíduos. Está ligada à preparação das decisões. Esta etapa é identificada como a avaliação das necessidades, cujo objetivo central consiste em descrever o contexto para o serviço, identificando as partes que serão beneficiadas, bem como suas carências. Também percebe os problemas, levando em consideração as demandas envolvidas, identificando áreas de ativos e chances de financiamento, a fim de serem aplicados para tratamento das necessidades, além de avaliar a transparência e adequação do programa, projeto ou qualquer serviço.

Stufflebeam (2003) revela que as avaliações de contexto focam as necessidades, ativos, problemas e oportunidades a fim de auxiliar os responsáveis pelas tomadas de decisões a criarem metas e prioridades.

#### 3.5.2 Avaliação dos insumos

Conforme Andriola (2010) a avaliação dos insumos retrata as características essenciais dos recursos disponíveis de maneira a alcançar os objetivos e as metas combinadas inicialmente.

A avaliação de insumos segundo Stufflebeam (2000), analisa a proposta do projeto ou programa e como sequência, estabelece um plano de trabalho que abrange o orçamento para a sua concretização, fazendo consideração dos recursos colocados à disposição do objeto avaliado. Deste modo, os insumos são materiais necessários para evolução do projeto ou programa de natureza variada, porém a sua maioria está conjunta nas classes de recursos materiais, financeiros e humanos.

Vianna (1999) acredita que a avaliação de insumos estabelece como utilizar os recursos para conseguir os objetivos estabelecidos pelo projeto ou programa. Tem como resultado o planejamento de técnicas ou estratégias, tendo em vista os custos-benefícios. O saber sobre os insumos colabora na identificação da abordagem correta da avaliação. Assim como, conhecer o ambiente do projeto ou programa a ser avaliado, demonstra os empecilhos políticos, financeiros e jurídicos, assim como os recursos disponíveis (STUFFLEBEAM, 2003). Esta

etapa auxilia os responsáveis nas tomadas de decisões sobre planos concorrentes, financiamento, destinação de recursos etc.

### 3.5.3 Avaliação dos Processos

Gomes (2015) afirma que a avaliação de processo está relacionada à supervisão, acompanhamento e registro das atividades do projeto ou programa, e assim podendo verificar se as mesmas estão sendo cumpridas conforme o planejamento inicial. Permite apreciar o desenvolvimento do programa e a compreensão dos resultados.

Pela ótica de Andriola (2010) esta etapa gera frequentes dados sobre as atitudes tomadas pelos cumpridores das ações componentes do objeto examinado. Seu objetivo principal é se atentar para as insuficiências de planejamento, realizar reparações de direção do projeto, alimentando constantemente o registro das etapas, tornando-o relevante e sendo encarado como uma técnica eficaz de feedback para os procedimentos em atividade. O mesmo autor, considera que a avaliação de processo tem como foco a detecção de entraves no planejamento ou prática do projeto além de realizar a monitoração de diversos pontos do projeto e corrigir, uma vez identificadas, as falhas.

Para Stufflebeam (2003), análoga à visão da avaliação formativa, esta etapa realiza constantemente a pesquisa de informações e entrega de relatórios aos encarregados pelo projeto com o intuito da continuação das atividades. Desta forma, o cronograma é observado além de verificar se o staff necessita de um novo treinamento antes da finalização da etapa de vigor do projeto. Verifica também o uso adequado das instalações e dos materiais e quais as necessidades a serem atendidas no decorrer da execução do programa.

Contudo, Stufflebeam; Shinkfield (2007) chamam atenção para o fato de que na maioria das vezes, um projeto em fase inicial não contém todos os fatores dos planos ou cronograma de implantação de um programa, assim, esta fase se faz importante relatando todas as carências encontradas caso as atitudes iniciais se mostrarem ineficientes ou inviáveis.

### 3.5.4 Avaliação dos Produtos

Esta etapa encontra-se caracterizada especificamente para decisões de reciclagem. Nela, é possível averiguar quais resultados foram alcançados, além de classificar o quanto as carências foram supridas; também é realizada a análise futura, ou seja, o que necessitará ser feito quando o programa ou projeto estiver concluído.

Para Stufflebeam (2003) esta avaliação revela e analisa os resultados esperados ou não, aspectos positivos e negativos no tempo de curto e longo prazo, de maneira a cooperar com o foco dos executores para alcançar os resultados, bem como analisar a eficácia do empenho na reparação das carências já identificadas do projeto ou programa.

Pela perspectiva de Andriola (2010) a avaliação de produto identifica as discordâncias com o que foi planejado e o que foi com efeito atingido, colocando em prática dados qualitativos garantindo ao avaliador capacidade de ponderar em função da qualidade das prováveis diferenças entre o antes e depois da execução da atividade.

Segundo Vianna (1999) esta fase tem função de aferir e elucidar os resultados recebidos nas etapas determinadas do programa ou projeto e na sua conclusão. Também nesta etapa é possível reciclar o projeto ou programa para a realização dos objetivos que não foram conseguidos e dar informações ao tomador de decisão em relação ao futuro do projeto ou programa.

#### 3.5.5 Checklist CIPP

Um Checklist voltado à avaliação, revisa e elucida pontos relevantes da experiência, teoria e princípios, como suporte aos avaliadores em seu trabalho. O Modelo de Avaliação CIPP é uma estrutura completa para direcionar as avaliações de projetos, programas, pessoal, instituições, produtos e sistemas. O checklist está destinado às avaliações de projetos ou programas com realização de melhorias sustentáveis a longo prazo (STUFFLEBEAM, 2003).

Atualmente, o checklist de Stufflebeam está solidificado com um conjunto de avaliações de programas realizados pela Western Michigan University Evaluation Center<sup>1</sup>. O centro de estudos da Instituição atua em diversos domínios como: educação, saúde, fundações comunitárias e tecnologia.

#### 3.5.6 Trabalhos Correlatos

Uma das principais vantagens encontrada no modelo CIPP refere-se à alta adaptação do modelo em diversos tipos de avaliação. Outra vantagem está em oferecer informação auxiliando momentos decisórios dos objetivos e processos em períodos de implementação ou presumir situações e valores posteriores ao término da avaliação (Stufflebeam, 2003).

-

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> https://wmich.edu/evaluation/checklists

Andriola (2010) realizou um estudo cujo objetivo central foi ilustrar o emprego do Modelo CIPP para efetivar diagnóstico das atividades educacionais de alunos reclusos de Unidades Prisionais brasileiras. Tais atividades compunham o 2º Ciclo do Projeto Educando para a Liberdade da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) do Ministério da Educação (MEC), que foi desenvolvido nos Estados do Acre, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pará e Pernambuco (BRASIL, 2006). O autor destaca que nesse momento, que a referida atividade avaliativa abordou a mensuração de percepções, de opiniões, de conhecimentos e de comportamentos comuns e específicos com respeito aos vários aspectos e fenômenos educacionais ocorridos no âmbito do sistema prisional, em cinco diferentes populações-alvo, quais sejam: os técnicos estaduais das secretarias de Educação e de Justiça (ou órgãos similares), os gestores das unidades prisionais, os agentes prisionais, os professores das escolas existentes nas unidades prisionais e os alunos reclusos.

A pesquisa realizada por Bueta e David (2018) avaliou programas de aptidão física existentes de escolas marítimas nas Filipinas. O uso do Modelo CIPP foi empregado e contribuiu na revelação de que as escolas marítimas avaliadas não têm um programa de condicionamento físico organizado e sustentado, resultando em desconhecimento de sua visão e missão. Além disso, o emprego do modelo destacou os recursos necessários para a implementação dos programas.

No trabalho de Gomes (2015), o Modelo CIPP atua em um programa envolvendo educação e tecnologia conhecido como Um Computador Por Aluno (PROUCA). O modelo foi utilizado conforme a necessidade de investigação dos efeitos provocados pelo programa em escolas. A avaliação mostrou que as escolas envolvidas experimentaram diversos momentos que atrapalharam o desenvolvimento do PROUCA.

O trabalho de Ouda *et al.* (2019) focou na avaliação de implementação de um projeto de refeições em uma escola primária no Quênia. Os resultados do trabalho indicaram que o projeto foi implementado com êxito, contribuindo para a minimização da pobreza na comunidade por meio do projeto e abordagens sustentáveis para a sua implementação.

O impacto da Covid 19 sobre os programas educacionais na área de saúde foi enorme. Sendo o distanciamento social uma das poucas formas de mitigar o avanço da pandemia, o ensino remoto emergencial (ERE) passou a ser uma imposição. Neste contexto ganha grande relevância avaliar estas iniciativas a fim de promover rapidamente as mudanças necessárias para que se consiga, minimamente, cumprir os objetivos dos programas educacionais. Reis e Navarro (2021) discutiram sobre a aplicação de alguns modelos de avaliação, dentre eles: modelos experimentais, Kirkpatrick, modelo lógico e CIPP (Contexto, Insumo, Processo e

Produto). Os autores destacam que o modelo CIPP de avaliação apresenta aplicabilidade estratégica para avanços substanciais em programas no seu conceito mais amplo (Ex. curso de graduação, programa de pós-graduação). Pela sua característica, sua aplicação bem sucedida requer engajamento da instituição e tende a ser inviável em iniciativas individuais.

# 4 A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM POLÍTICA PÚBLICA DE ESPORTE NO BRASIL E NO CONTEXTO MUNDIAL

### 4.1 AS PESQUISAS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER NO BRASIL

Um discreto aumento da produção do conhecimento a partir da criação em 2001 da Rede Cedes (Centro de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer), conhecimento este voltado para os gestores do esporte e lazer, possibilitou promover a aproximação do subcampo científico/acadêmico ao subcampo político/burocrático (STAREPRAVO, 2018), juntamente com da criação da Rede Cenesp (Centro de Excelência Esportiva) em 2003, onde grupos de pesquisa e pesquisadores do esporte e lazer destes centros contribuíram com a produção científica na área. Uma delas foi a pesquisa realizada com gestores esportivos. Destaca-se aqui o desconhecimento de muitos gestores das produções científicas sobre políticas públicas de esporte e lazer, ficando claro o interesse dos mesmos sobre temas de carácter político (STAREPRAVO et al., 2014).

Tendo em vista essa necessidade dos gestores, percebeu-se um aumento na produção de estudos sobre o esporte enquanto fenômeno social. Essa expansão, de acordo com Bento (2013), deve-se a uma ressignificação do esporte enquanto um fenômeno polissêmico e polimórfico, possibilitando diferentes aplicações de acordo com as necessidades dos grupos que a utilizam, como também sua aplicação em disciplinas acadêmicas variadas.

Outros estudos buscaram identificar algumas políticas públicas de esportes do governo federal. Dentre os temas pesquisados, o Programa Segundo Tempo (PST), se propõe a democratizar o esporte e atender prioritariamente populações vulneráveis, em que Santos; Starepravo; Souza Neto (2015) analisaram a participação dos municípios da região Nordeste ao longo de dez anos. Mesmo com dificuldades de acesso à informação, apresentaram considerações e sugestões sobre como o programa pode ser mais efetivo.

Ao olhar o esporte com seus diferentes significados e objetivos, utilizando-o como ferramenta que possa desenvolver o indivíduo e a comunidade, conclui-se que ele vai muito além de uma simples prática física. O esporte pode possibilitar a melhoria da qualidade de vida, do bem-estar geral, contribuir para a socialização diminuindo alguns riscos sociais como a pobreza, violência, desemprego e melhorar a educação (REVERDITO *et al.*, 2016; MORAES *et al.*, 2017).

Buscando identificar quais eram as publicações sobre projetos esportivos no Brasil, Caron, Marchi Jr.; Silva (2018), realizaram um estudo de mapeamento destas produções científicas objetivando auxiliar na discussão sobre a utilização do esporte em projetos sociais. As buscas foram realizadas no Portal de Periódicos da Capes e no Portal Regional da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) no *Scielo*. O resultado foi o seguinte: 29 artigos, 9 dissertações de mestrado e 2 teses de doutorado, datadas entre os anos de 2003 a 2016.

Estes autores identificaram que os projetos esportivos não ficam restritos à Educação Física, sendo a maioria dos projetos vinculada a esta área, mas também há projetos nas áreas de Educação, Medicina e Psicologia.

Na sequência, verificamos outra forma de busca de informações muito utilizada atualmente pelos pesquisadores: a Bibliometria.

# 4.2 PESQUISAS EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER NO CONTEXTO MUNDIAL X BRASIL UTILIZANDO DADOS BIBLIOMÉTRICOS NA BASE *SCOPUS*

Uma ferramenta muito utilizada para medir a produção científica é a denominada Bibliometria (SILVA; SANTOS; RODRIGUES, 2011).

Pagani, Shimoda e Da Matta (2021) realizaram um estudo bibliométrico sobre a produção científica no Brasil e no mundo sobre o tema política pública de esporte, utilizando a base Scopus e o Portal de Periódicos da CAPES.

A partir do levantamento dos dados, os Estados Unidos é o país que mais publica na base *Scopus*, tanto em termos gerais como no tema estudado "política pública de esporte e lazer". O Brasil nesta categoria é o 15º colocado. Quando se analisa o tema estudado, há uma mudança significativa na posição, onde o Brasil é o 2ª colocado com 12,6% da produção. Desta forma, é possível verificar a representatividade que o Brasil ocupa quando se trata do tema "Política pública de esporte e lazer", cujo estudo no mundo, apresentou, em média, 14% de crescimento neste período. A grande diferença foi quando se analisou o tema "Política pública

de esporte e lazer" no Brasil, que apresentou um crescimento exponencial, atingindo 33,6% para o mesmo período.

Este crescimento no percentual de publicações também gerou uma melhor classificação do Brasil no ranking das instituições que mais publicam sobre o tema estudado no mundo. Dentre elas destacamos a UEM (Universidade Estadual de Maringá), que ocupa o primeiro lugar e a UFPR (Universidade Federal do Paraná), que ocupa a segunda posição, empatada com uma Universidade do Reino Unido e outra dos Estados Unidos.

No Gráfico 1, são apresentados os autores no mundo e no Brasil com maiores quantidades de publicações sobre o tema "Política pública de esporte e lazer".

Gráfico 1: Autores com maiores quantidades de publicações sobre o tema "Política pública de esporte e lazer" na base Scopus.

		Nº de publicações							
	(	)	2	4	6	8	10	12	14
Mundo	Starepravo, F.A.				<u> </u>			12	
	Berg, B.K.			4					
	Burger, J.			4					
	Downward, P.			4					
	Schut, P.O.			4					
	*			3					
Brasil	Starepravo, F.A.							12	
	Amaral, S.C.F.			3					
	Canan, F.			3					
	De Oliveira, A.A.B.			3					
	De Souza, J.			3					
	Kravchychyn, C.			3					
	Mascarenhas, F.			3					
	Schwartz, G.M.			3					
	dos Santos, E.S.			3					
	**		2						

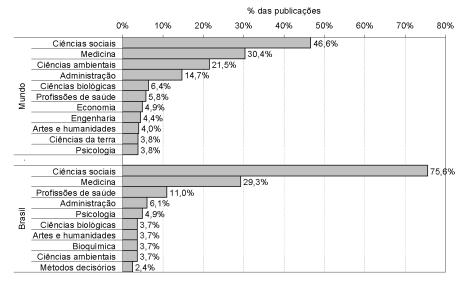
Fonte – Pagani; Shimoda; Da Matta, 2021.

O levantamento de informações sobre a produção científica em políticas públicas de esporte e lazer no Brasil, tem sido o foco de vários pesquisadores no país, na qual autores brasileiros se destacam internacionalmente.

Ao analisarmos o Gráfico 1, vimos que o Brasil se destaca, pois é possível identificar que o autor que mais publica na base *Scopus* no mundo sobre o tema "Política pública de esporte e lazer" é brasileiro: Starepravo, F. A., com um total de 12 publicações. Seguido de Berg, B.K.; Burger, J.; Downward, P. e Schut, P.O., todos em segundo lugar com 4 publicações. No Brasil, este mesmo autor também lidera o ranking com 12 publicações, seguido por Amaral, S.C.F.; Canan, F.; Charrier, D.; De Oliveira, A.A.B.; De Souza, J.; Kellison, T.B.; Kravchychyn, C.; Mascarenhas, F.; Piggin, J.; Rasciute, S.; Ratten, V.; Schwartz, G.M.; Stenling, C.; dos Santos, E.S., todos com 3 publicações.

É possível observar no Gráfico 2, as principais áreas em que os artigos relacionados ao tema "Política pública de esporte e lazer" estão vinculados.

Gráfico 2: Principais áreas de vinculação dos artigos publicados na base Scopus e relacionados ao tema Política pública de esporte e lazer



Fonte: Pagani; Shimoda; Da Matta, 2021.

Quando identificamos as áreas de conhecimento sobre o tema "Política pública de esporte e lazer", observamos que se destacam as Ciências Sociais, Medicina e Ciências Ambientais; essa análise foi feita incluindo publicações em todo o mundo. No Brasil, segue a mesma ordem para o 1° e 2°. lugares, ficando em 3° a área de profissões da saúde. O que chama a atenção nesta na Figura 6 é que, ao compararmos as publicações da área de Ciências Sociais no mundo (46,6%) e no Brasil (75,6%), a representatividade da área no país é muito mais expressiva. Os valores encontrados na área de Medicina no mundo (30,4%) e no Brasil (29,3%) estão muito próximos.

No Gráfico 3, são apresentados os periódicos com maiores quantidades de publicações relacionados ao tema "Política pública de esporte e lazer".

Nº de publicações 10 15 20 25 30 35 29 Movimento International Journal Of Sport Policy Environmental Management Annual Review Of Population Law Preventive Medicine Landscape And Urban Planning Int. rev. sociol. sport Loisir Et Societe Motriz Revista De Educação Fisica Rev. Bras. Ciênc. Esporte Movimento Motriz Revista De Educacao Fisica Ciencia E Saude Coletiva Rev. Bras. Cineantropom. Desempenho Hum. Revista Da Educação Fisica Journal Of Physical Education Maringa Revista De Saude Publica Substance Use And Misuse World Leisure Journal

Gráfico 3: Periódicos com mais publicações sobre o tema Política pública de esporte e lazer

Fonte: Pagani; Shimoda; Da Matta, 2021.

**Abreviaturas**: Int. rev. sociol. sport (International Review For The Sociology Of Sport); Rev. Bras. Ciênc. Esporte (Revista Brasileira De Ciencias Do Esporte); RBCE (Revista Brasileira De Ciencias Do Esporte); Rev. Bras. Cineantropom. Desempenho Hum. (Revista Brasileira De Cineantropometria E Desempenho Humano); J. Phys. Educ. (Journal Of Physical Education Maringa).

Ao analisarmos o Gráfico 3, constatamos que, a nível mundial, o periódico que aparece em primeiro lugar é brasileiro: (Movimento) Revista de Educação Física da UFRGS com 29 publicações, seguida pelo International Journal of Sport Policy com 17 publicações e Environmental Management com 13 publicações. Em relação às publicações no Brasil, o periódico Movimento também ficou em primeiro lugar com 25 publicações, seguido pela Motriz – Revista de Educação Física e RBCE, ambas em segundo lugar com 7 publicações cada. O fato de haver uma diferença dos quantitativos de publicações no periódico Movimento em relação à publicação mundial com (29) e nacional (25) deve-se à ocorrência de 4 publicações de autores estrangeiros neste periódico.

De acordo com os levantamentos efetuados foi possível verificar que, no período de 2008 a 2017, os Estados Unidos é o país que mais publica no mundo e o Brasil ocupa a 15ª posição. Ao avaliar o tema estudado - políticas públicas de esporte e lazer - o Brasil apresentase na 2ª colocação. O número de publicações sobre este tema cresceu 14% ao ano no mundo, enquanto no Brasil o aumento foi mais expressivo, totalizando 33,6%.

Avaliando o número de publicações no mundo por instituições às quais os autores estão vinculados, nota-se que a instituição que mais publicou foi a Universidade Estadual de Londrina – UEM.

Dentre os autores que mais publicam no mundo sobre o tema estudado aparece em primeiro lugar o brasileiro (Starepravo) com 12 publicações, 3 vezes mais que o segundo colocado com 4 publicações.

Os dados coletados apresentaram uma tendência interdisciplinar nas áreas de conhecimento onde o tema estudado está vinculado. No mundo a área de Ciências Sociais concentra 46,6% dos estudos, seguido da Medicina (30,4%) e Ciências Ambientais (21,5%). No Brasil, estes resultados apresentaram-se de maneira similar com as Ciências Sociais concentrando 75,6% dos estudos, seguido da Medicina (29,3%) e profissões da Saúde (11%).

A título de análise, outro destaque encontrado foi que o periódico onde mais se publica artigos sobre o tema "Política pública de esporte e lazer" no Brasil, (Movimento: Revista de Educação Física da UFRGS), também é o primeiro em publicações no mundo, mostrando assim, a relevância deste periódico para o Brasil e para o mundo.

### 5 ESPORTE E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

O presente capítulo traz um breve histórico sobre as políticas públicas de esporte ou com alguma conotação esportiva no Brasil desde a década de 1920, passando pelo Estado Novo, Ditadura Militar e período da constituinte, chegando ao governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e finalizando pela gestão federal do Partido dos Trabalhadores (PT). Objetiva-se desta forma uma compreensão de sua evolução, da atuação estatal e das influências políticas de cada período, bem como as leis que direcionaram as políticas públicas de esporte no Brasil.

## 5.1 POLÍTICA PÚBLICA DE ESPORTE NO BRASIL: DA DÉCADA DE 1920 AO PERÍODO DA CONSTITUINTE

Resultantes da atividade política, as políticas públicas requerem incontáveis ações estratégicas destinadas a implementar os objetivos almejados, por isso, envolvem não só uma, mas várias decisões políticas (RODRIGUES, 2010).

Não há um consenso sobre uma única definição de política pública. Castro (2008) apresenta duas diferentes concepções; são elas: "O Estado em ação" – onde toda ação direcionada ao bem comum da sociedade provém do Estado – e a política social, colocando como política pública toda iniciativa destinada a beneficiar a coletividade, não especificando a necessidade de participação do Estado.

Não podemos deixar de relatar um dado muito importante no Brasil que tem ligação direta com os esportes ou a prática esportiva. Na década de 1920 a Educação Física já estava presente no território brasileiro, seus primeiros professores foram militares formados por militares franceses. Em 1929, é publicado um anteprojeto de lei elaborado por uma Comissão de Educação Física, que tornava a disciplina obrigatória em todos os estabelecimentos de

ensino, federais, municipais e particulares, a partir da idade de seis anos, para ambos os sexos. Este anteprojeto foi assinado pelo ministro da Guerra, General Nestor Sezefredo Passos (CASTRO, 1997).

Durante muito tempo o esporte no Brasil apresentava-se inserido em departamentos e secretarias dos ministérios existentes. Contudo, a partir da década de 30 o esporte no Brasil inicia uma nova fase a seguir destacada:

Em 1937, o tema começou a ganhar relevância no âmbito federal com a criação da Divisão de Educação Física, vinculada ao Ministério da Educação e Saúde, posteriormente reorganizado como Ministério de Educação e Cultura. A divisão era administrada por cinco militares e um civil. Não havia qualquer referência à regulação do esporte de alto rendimento. De 1939 a 1941, estudos foram realizados para fundamentar a criação de um marco legal para o esporte. O Presidente Getúlio Vargas criou a Escola de Educação Física da Universidade do Brasil (atual UFRJ), o Conselho Nacional de Desportos (CND), órgão normatizador do esporte brasileiro que, até 1986, garantiu a total subserviência das entidades esportivas nacionais ao Governo Central, e um amplo manancial legal para o setor. É importante observar que essa legislação era uma adaptação bastante próxima da legislação fascista italiana para o esporte. (ALVES; PIERANTI, 2007, p. 12).

O Conselho Nacional de Desportos (CND) foi instituído no Ministério da Educação e da Saúde durante o governo do Presidente Getúlio Vargas, pelo Decreto-Lei nº 3.199 de 14 de abril de 1941. Esta legislação estabelecia as bases de organização dos desportos no país com a finalidade de incentivar a prática de desportos, orientar e fiscalizar. Destacam-se o incentivo ao desenvolvimento do amadorismo como prática de desporto, o princípio da moralidade a ser adotado sobre o profissionalismo, e, ainda, o estudo e fiscalização sobre subvenções a serem concedidas pelo Governo Federal às entidades. À CND também competia decidir e fiscalizar sobre a participação de delegações em jogos internacionais, assim como "tornar os desportos, cada vez mais, um eficiente processo de educação física e espiritual da juventude e uma alta expressão da cultura e da energia nacionais" (BRASIL, 1941). A mesma legislação destacou o futebol como "desporto básico e essencial da Confederação Brasileira de Desportos", além de regulamentar a atuação das associações desportivas no âmbito nacional e das ligas desportivas no âmbito municipal. Estabelece também regras de competição, medidas de proteção, plano de uniformização e nacionalização das expressões e símbolos.

A terceira e última fase da Era Vargas, denominada de Estado Novo (1937-1945), foi um período muito profícuo quanto à atuação do poder público na área dos esportes, porém, com ações peculiares ao governo populista expressando a instrumentalização do esporte para uso político (ALMEIDA, 2013).

O mesmo autor comenta que a Constituição de 1937 denota a intencionalidade do Estado ao determinar a obrigatoriedade da Educação Física nas escolas associadas à educação cívica e aos trabalhos manuais, visto estar anunciado a formatação do ensino sob a perspectiva do regime vigente.

Assim, em evidente contraste, apresentava-se o desenvolvimento do esporte aliado ao controle social, fato este que pode ser notado com o Decreto-Lei nº 383/1938 que proibia estrangeiros de integrarem clubes, associações e organizações, uma forma de imposição da nacionalização.

Outro decreto que demonstra o intuito de conformação social com o regime ditatorial foi o Decreto-lei nº 2072/1940 que Almeida (2013, p. 218), ao analisar, considera que:

A compreensão de que associar o sentimento patriótico aos esportes favorece a transmissão de princípio ideológico do regime imposto pela ditadura e de que, a domesticação pretendida deveria se iniciar nas faixas etárias iniciais justificaria a adoção desse expediente ambíguo que, apesar de doutrinador, foi recebido com entusiasmo pelos jovens brasileiros. Em seu primeiro artigo o Decreto previa a articulação deliberada entre educação cívica, moral e educação física, e em última análise, os esportes.

O esporte tornou-se determinante para a apropriação estatal como instrumento político devido a seu potencial associativo, organizacional e agregador de camadas diferentes da sociedade.

Nascimento (2018), ao descrever sobre o governo de João Goulart (Jango), que assumiu a presidência após a renúncia de Jânio Quadros, mostra que, neste governo, é possível destacar a Lei nº 4024 de 20 de dezembro de 1961, dirigida a crianças e adolescentes, consolidando a Educação Física com uma disciplina escolar, com finalidade de preparação para um futuro serviço militar. Seu governo estendeu-se de setembro de 1961 a abril de 1964.

A partir de janeiro de 1963, com a volta do regime presidencialista, João Goulart iniciou sua agenda reformista. Este projeto ficou conhecido como Reforma de Base, que visava reformas essenciais no Brasil, dentre elas destacam-se as áreas de habitação, bancária, agrária e educacional.

Entre 31 de março e 9 de abril de 1964 ocorreu o Golpe Civil-Militar, nome dado a esta articulação golpista, realizando a tomada do poder, subvertendo a ordem existente no país e dando início a Ditadura Militar que se estendeu de 1964 a 1985. Durante o golpe de 1964, o presidente empossado João Goulart foi destituído do seu cargo (SILVA, 2017).

Eleito indiretamente em 11 de abril de 1964, assumiu o governo do país o marechal Humberto Castello Branco, permanecendo até 1967, sendo ele o responsável pela implementação do aparato repressor que ficou conhecido como "anos de chumbo". Napolitano

(2016) destaca que o governo do Marechal Castello Branco foi caracterizado pela política econômica de austeridade, objetivando controlar a inflação e combater o endividamento público. Criou-se então, o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG).

No governo do General Arthur da Costa e Silva (1967-1969), teve início uma política econômica desenvolvimentista, objetivando um rápido crescimento econômico. Esta política visava estimular o consumo e o investimento público, dando início ao "Milagre Econômico". Em seu governo foi criada, ainda, a loteria esportiva, que destinou parte dos recursos para o desenvolvimento dos esportes.

No governo do General Emílio Garrastazu Médici, o país viveu o chamado "Milagre Brasileiro", ocorrendo um crescimento de 55,84% do PIB, mas triplicando a dívida externa com aumento na concentração de renda (O Globo, 2014). Neste governo, também se destaca o Decreto 69.450/71 que inseriu a Educação Física também no ensino superior e apresentou uma grade pedagógica para cada nível de ensino.

Durante o governo do General Ernesto Geisel, a Lei nº 6.251/75 dispõe sobre a promoção e incentivo das diversas modalidades de prática esportiva, intensificação dos esportes de massa e difusão dos esportes no tempo de lazer. Ressalta-se o reconhecimento da organização dos desportos da seguinte forma: comunitária, estudantil, militar e classista.

Ao analisar a referida lei, LINHALES (1996, p. 151), comenta que:

De fato, a Lei propõe apenas algumas modificações da estrutura do Sistema Esportivo Nacional, na medida em que passa a reconhecer quatro diferentes formas de organização do esporte: comunitária, estudantil, militar e classista. Tal ordenamento, referenciado em diferentes segmentos sociais que, potencialmente, dariam origem às entidades esportivas, não pode ser considerado como modificação substantiva, visto que, no conjunto, a Lei não rediscute os fins, princípios e objetivos do sistema esportivo, além de não alterar também a função do Estado no setor. Na verdade, a nova estrutura acaba por se estabelecer como um mascaramento da continuidade.

Outro marco foi o lançamento do Esporte Para Todos (EPT), campanha que teve uma enorme adesão popular, primando por diminuir o tempo ocioso das classes menos favorecidas e com custo reduzido, através de eventos esportivos realizados por voluntários com uma proposta inclusiva e objetivando minimizar os problemas sociais desta época. Em 1973, em Buenos Aires, o EPT foi uma sessão das "Jornadas Internacionais de Estudio sobre el Deporte". Esta jornada praticamente consolidou o compromisso da América Latina com o Movimento Esporte para Todos e contou com a adesão de 19 países, tendo no Brasil o seu principal difusor, Lamartine Pereira da Costa (TUBINO, 2003).

O surgimento da Nova República a partir de 1985 - fase marcada pela transição democrática, que teve por ápice a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil no ano de 1988, chamado período constituinte - foi marcado pela avanço legislativo na área de direitos sociais, mas com pouca efetividade de atuação ou aumento das políticas públicas de esportes.

No período pré-constituinte, segundo Bueno (2008), havia uma fomentação do EAR (Esporte de Alto Rendimento) impactando, principalmente, a prática de esportes no ambiente escolar, que passou a priorizar seu espaço, seus equipamentos e seus professores para o treinamento de competições, fomentando a exclusão e desmotivação dos alunos sem habilidades para a prática de alto rendimento, que, muitas vezes, compareciam às aulas de Educação Física somente para não prejudicarem sua vida escolar. Contudo, conforme destaca Camargos (2017), o fato de o esporte estar previsto na nova Carta Magna sinaliza a ruptura com o sistema autoritário anterior e apresenta uma nova visão ao inserir as práticas desportivas no capítulo dos direitos e garantias fundamentais.

A Constituição Federal também preceituava a autonomia às associações e clubes, contudo, ainda estava atrelado ao Estado. Camargos (2017, p. 118), assim analisa:

Percebe-se que mesmo com a ruptura com o passado autoritário e instituição de um regime democrático no esporte promovido pela Constituição Federal de 1988 e seu art. 217, o regime de "assistência tutelar" sobre o esporte não deixa de existir completamente. As leis gerais do esporte posteriores à instauração do novo regime constitucional mantêm fundamentos de tutela do Estado sobre o esporte e novas normas editadas já após a Lei Pelé (Lei n<sup>0</sup> 9.615/98) — como o Estatuto do Torcedor (Lei n<sup>0</sup> 10.671/2003 e a Lei do Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro - PROFUT (Lei n<sup>0</sup> 13.155/2015 - são ainda mais diretas.

A atuação do Estado ampliou a atribuição de Fiscalização, na década de 90, com as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) no âmbito dos esportes através das investigações parlamentares da iniciativa privada e da Administração Pública como elucidam (ALVES; PIERANTI, 2007).

Na fase pós-constituinte buscou-se através da Lei nº 8672/93, "Lei Zico", dar apoio financeiro ao esporte através da angariação de recursos, como sorteios de bingo. A referida lei amparou as práticas formais e não formais, assim como criou o Fundo Nacional de Desenvolvimento Esportivo (FUNDESP) e reverenciou a autonomia para autogestão e associação com a iniciativa privada; além de inserir o desporto como direito social, tendo o Estado como fomentador, fazendo alusão à democratização de acesso.

Em resumo, observamos que a partir do ano de 1937, com o Estado Novo, a relação entre Estado e esporte no Brasil ganhou atenção especial, buscando desenvolver e fortalecer um ideário de nação. O governo começa a centralizar a organização esportiva no país (LINHALES, 1996), porém, no transcorrer de mais de 50 anos, este quadro quase nada mudou; esta situação somente começou a se modificar com a promulgação da Constituição Federativa do Brasil (CF) (BRASIL, 1988), na qual foi atribuído ao Estado o dever de fomentar as práticas esportivas como um "direito de cada um".

## 5.2 POLÍTICA PÚBLICA DE ESPORTE NO BRASIL NO CONTEXTO DO NEOLIBERALISMO

Apesar de alguns ensaios no sentido de implantar a política econômica neoliberal no Brasil terem ocorrido anteriormente ao governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), foi com a sua posse, no ano de 1995 que o chamado neoliberalismo se consolidou e tornou-se um marco de transformação das relações entre a política e a economia brasileiras.

O neoliberalismo surgiu como uma reação ao sistema político-econômico que, no posicionamento teórico, inviabilizava a manutenção da democracia pela enorme demanda de pautas sociais e econômicas atribuídas ao Estado, desencadeando a "ingovernabilidade" por excesso de "politização" que gerava um entrave ao mercado e o objetivo de acúmulo de capital (NEGRÃO, 1996).

Considerando a substituição do modelo de bem-estar social, que na visão teórica de política econômica tornou-se essencial para manutenção do Estado, Oléias (1999, p. 69) explica que:

Dentro de uma análise da realidade política, constata-se que estamos vivenciando o fim do Estado de bem-estar social, enquanto definidor de políticas públicas. Em outras palavras, o termo "políticas públicas" faz parte do passado. Em seu lugar, o poder do capital apresenta o modelo de Estado neoliberal, onde o marco central é tornar privado e submeter ao interesse do mercado qualquer atividade da vida social.

Apresentando fórmulas de produtividade da iniciativa privada e de controle econômico estatal, o neoliberalismo apresentava-se como um novo sistema para política econômica com escopo de expansão do mercado, em evidente contrassenso com sua cartilha de maior liberdade do fluxo produtivo, havia necessidade de rigor governamental em suas ações econômicas internas, com redução de despesas, como condição *sine quo non* para seu desenvolvimento (PAULINI, 2006).

Oléias (1999) traça uma linha de visão que associa o neoliberalismo no Brasil como consequência do crescente descaso com as políticas públicas de esportes e lazer, com o

afastamento estatal das questões de ordem social e o fomento do papel de destaque do mercado. A questões de ordem social passaram a ter que seguir regras em congruência com o mercado, que também passou a nortear a vida em sociedade, desvirtuando também a definição de esporte, sua importância e para quê. O Estado, no objetivo de descentralizar suas atribuições, ingressar na nova ordem mundial "enxugando" suas despesas estatais e seguindo pautas econômicas internacionais, favoreceu a expansão da "marginalização" utilizando um modelo de afastamento de comprometimento governamental.

No entanto, as profundas transformações estruturais e sociais promovidas pelo neoliberalismo, tanto no Brasil quanto no contexto da política internacional, acentuaram esta "marginalização". Para minimizar estes efeitos se fez necessário, segundo Souza (2011, p.103) incutir ideais doutrinários de cidadania, individualismo e participação social, conforme disserta:

(a) diluir as formas de identificação do trabalhador com a sua classe através do estímulo ao chamado individualismo como valor moral radical, fortalecendo a ideia de cidadania ativa circunscrita à noção de voluntariado, através de incentivos à criação de demandas cada vez mais específicas e desconectadas do mundo do trabalho; (b) reordenar o papel das organizações da sociedade civil pré-existente para torna-las instrumentos de difusão da nova sociabilidade, fortalecendo a noção de sociedade civil ativa; (c) incentivar o surgimento de organizações de novo tipo em condições de atuar na execução das políticas sociais, fortalecendo o capital social das comunidades e os modelos de descentralização participativa rumo à formação da chamada sociedade do bem-estar.

Estimulando o individualismo e atribuindo o sucesso a uma conduta individual, dissociando o fracasso pessoal de fatores externos, os Estados implementam políticas públicas direcionadas a grupos sociais marginalizados para facilitar o progresso das reformas intencionadas, receber o apoio desta camada da sociedade e amenizar seus efeitos, política também adotada pelo governo do presidente FHC (SOUZA, 2011). Com a promulgação da Constituição Federal em 1988, o esporte está presente de forma mais intensa na aparelhagem estatal, juntamente com outras políticas, tornando mais estratégico no desenvolvimento e na manutenção da sociedade burguesa.

O governo FHC fortalece e aprofunda as estruturas do Estado, reformulando as instâncias da aparelhagem estatal e criando o Ministério Extraordinário de Esporte em 1995. Não raro a indicar figuras públicas simbólicas do esporte para exercerem cargos no poder executivo ligados ao esporte e lazer, no governo do presidente FHC, o ex-jogador de futebol, Pelé, assumiu a pasta do Ministério Extraordinário do Esporte (STAREPRAVO, 2011).

No ano de 1995, também foi criado o Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto (Indesp) pelo Decreto nº 1.437/95, que aprovava a estrutura regimental do INDESP,

cujo regimento interno seria aprovado pelo Ministro de Estado da Fundação e do Desporto. O Anexo em seu Art. 1º esclarece que o Instituto se tratava de uma Autarquia Federal, portanto, possuía autonomia, porém, vinculado ao Ministério da Educação e do Desporto. Em seus incisos, determina que, além de fomentar a política pública de esportes, visava a captação de recursos para financiar as suas pautas.

Ainda em 1995, o Plano Direto de Reforma do Aparelho do Estado, que foi elaborado pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, trazia a definição de Estado e de "aparelho do Estado", apresentado suas diferenças, destacando o de "aparelho do Estado" "com a função de definir as leis e as políticas públicas e cobrar seu cumprimento" (ROMÃO NETTO, 2010, p. 83).

No ano de 1998, pela medida provisória nº 1.794-8, o Ministério do Esporte englobou o tema de turismo e passou a ser chamado Ministério do Esporte e Turismo. O INDESP continuou vinculado ao ministério.

Sobre as mudanças promovidas no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, Guimarães (2017, p. 39) descreve que:

No setor esportivo, aconteceram embates políticos relativos ao processo de liberalização, profissionalização e mercantilização das entidades gestoras do esporte e dos atletas, principalmente com foco no futebol. As leis vigentes foram reformuladas promovendo uma reorganização institucional do setor. O ato inicial de FHC no setor esportivo foi criar o Ministério Extraordinário do Esporte vinculado ao Ministério da Educação e Desporto. A Secretaria de Desporto do Ministério da Educação e Desporto, depois de três meses, conforme preconizado na Medida Provisória de criação do Ministério Extraordinário do Esporte, foi extinta e, em seu lugar, foi criado o Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto (INDESP), com competências próprias de uma autarquia. No organograma do Ministério Extraordinário, além do INDESP, responsável pelas práticas formais, consta o Conselho de Desenvolvimento do Desporto Brasileiro, responsável pelas práticas não formais. Observando as três manifestações do esporte, participação, educação e alto rendimento, os principais programas de FHC, no seu primeiro mandato, foram: · Esporte Participação: "Estudo e Fomento às Atividades Desportivas com Identidade Cultural"; "Fomento e Desenvolvimento do Desporto para Pessoas Portadoras de Deficiência". · Esporte Educação: "Desporto nas Escolas e nas Comunidades".

Em seu primeiro mandato FHC não priorizou os direitos sociais, promovendo somente projetos de subsídios descontinuados, fato que se repetiu na área dos esportes, apontando um afastamento estatal, apesar da profícua hermenêutica direcionada nesta área, sem efetividade de ação. As alterações ocorridas se direcionaram à modernização e à profissionalização do esporte seguindo a cartilha para investimentos da iniciativa privada (ATHAYDE, 2014).

Ressalta-se, neste período político, a aprovação da Lei 9.615/98, que recebeu o nome de Lei Pelé, que veio em substituição à Lei 8.672/93, a Lei Zico, e, segundo Bueno (2008), não

trouxe muitas inovações na área de esportes. Esta Lei tinha como foco as relações na área do futebol, abordando superficialmente as demais modalidades, além de deixar de delinear políticas públicas de expansão da participação da sociedade e demais setores, como na educação. Destaca-se, porém, a regulação do "passe livre" do jogador profissional de futebol, que tinha por objetivo pôr fim a esta prática.

Como última ação vinculada ao esporte, no penúltimo ano de mandato de FHC, no ano de 2001, foi criada a Rede CENESP (Centro de Excelência Esportiva), projeto do Ministério do Esporte que tinha por finalidade apoiar o esporte nacional através do desenvolvimento, aplicação e transferência de métodos e tecnologias, visando capacitar recursos humanos, avaliar atletas nas diferentes manifestações esportivas, detectar, selecionar e apoiar o desenvolvimento de talentos esportivos na conjugação de esforços com as entidades de administração de práticas esportivas.

Com base em Athayde (2014), pode-se resumir que as políticas de esportes nunca foram o foco do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, deixando o setor à mercê das "regras de mercado" e casos de corrupção expostos na mídia e investigados pela CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) denotaram a fragilidade do Estado diante destes casos e a contrariedade dos entes privados com ingerência governamental.

A partir dos dados históricos, percebe-se que o Estado e os seus governantes neste período, pouco se importaram com o esporte em suas ações, não havendo nenhuma preocupação social, muito menos interesse em desenvolver o esporte enquanto patrimônio da cultura corporal do povo brasileiro, tampouco de usar o esporte e sua prática como suporte para a garantia de direitos como educação, lazer e saúde. Nota-se uma mudança nesta configuração com a CF (BRASIL, 1988), em que o esporte passa a ter um caráter mais social e menos nacionalista, sendo essa uma função do Estado e dos governos (LINHALES, 1996).

## 5.3 A POLÍTICA PÚBLICA DE ESPORTE NO BRASIL A PARTIR DO GOVERNO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Com a eleição em 2002 de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) do Partido dos Trabalhadores - PT, despertou-se uma esperança em uma grande parcela da sociedade brasileira, sendo esta composta, por sua maioria, de trabalhadores ligados à luta de classe que esperava concretizar a ampliação dos seus direitos no âmbito do Estado.

Este sentimento de esperança decorreu em virtude dos últimos 8 anos do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), a partir de sua política agressiva de matriz neoliberal,

desencadeando uma série de reformas, além da implementação de uma austeridade econômica de acordo com as normativas do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, desencadeando um alto índice de desemprego e um aumento significativo em determinados grupos da miséria (SOUZA, 2011).

Toda a agitação ocorrida durante a transição do governo Lula também pode ser sentida na área do esporte. Apesar de ter previsão na agenda federal e várias propostas terem sido trazidas a público antes mesmo da posse ocorrida no ano de 2003, a princípio, o esporte e lazer não se apresentavam como setor de destaque na pauta partidária (STAREPRAVO; MEZZADRI; MARCHI JUNIOR, 2015).

Nos primeiros anos do Governo Lula, foi intensificada a institucionalização do esporte na aparelhagem estatal e com maior penetração na sociedade civil.

A (re) criação de ministérios, secretarias e departamentos vinculados à temática do esporte é muito importante e deve ser incentivada, principalmente quando essas políticas são realizadas em países de economia periférica (UNESCO, 2001; ONU, 2003).

O esporte no governo Lula ganhou "status" de Ministério. No ano de 2003, cria-se o Ministério do Esporte, a partir da Medida Provisória n. 103, de 01 de janeiro de 2003, substituída posteriormente pela Lei n. 10.683, de 28 de maio de 2003. Desde a sua criação, as competências do Ministério do Esporte foram: a) desenvolvimento de uma política nacional do esporte; b) intercâmbio com organismos públicos e privados, nacionais e internacionais; c) estímulo às iniciativas públicas e privadas e d) planejamento, coordenação e avaliação dos planos e programas de incentivo aos esportes e às ações de democratização e inclusão social (BRASIL, 2003).

Com a criação do Ministério do Esporte possibilitou-se o desenvolvimento de várias ações políticas vinculadas ao esporte e lazer. Pode-se destacar inicialmente no campo esporte o Programa Segundo Tempo (PST), implementado no primeiro ano do governo. Este programa se destacou, sendo uma das principais ações do Ministério do Esporte na área social. No campo do lazer, a criação do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) já no ano de 2003 e implementado no ano seguinte, objetivou garantir como direito social o acesso ao lazer.

A justificativa de criação destes programas como ações políticas estratégicas, visava superar a desigualdade, sendo focalizados em áreas de vulnerabilidade social (SILVA; BORGES; AMARAL, 2015). Souza (2011) destaca que os dois programas foram reconhecidos pela ONU, implicando em destaque internacional ao país (SOUZA, 2011).

O Conselho Nacional de Esportes, a Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento, a Secretaria Nacional do Esporte Recreativo e do Lazer e a Secretaria Nacional de Esporte Educacional integravam o novo Ministério do Esporte sendo que:

A Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento (EAR) ficou responsável pelos seguintes programas: "Bolsa Atleta", "Descoberta do Talento Esportivo", "Jogos da Juventude", "Olimpíadas Escolares", "Olimpíadas Universitárias" e "Rede Cenesp"; a Secretaria Nacional de Esporte Educacional ficou com a responsabilidade dos programas: "Segundo Tempo" e "Projetos Esportivos Sociais"; já a Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer com os programas: "Esporte e Lazer da Cidade", "Jogos dos Povos Indígenas", "Rede Cedes" e "Cedime". O CNE foi reformulado. A estrutura, antes restrita aos representantes do governo, do esporte nacional e do sistema esportivo federativo, agregou representantes de entidades de distintos setores da sociedade civil que apresentavam menor relação com o EAR. (GUIMARÃES, 2017, p. 43).

A participação popular sempre foi alardeada como um programa de governo do Partido dos Trabalhadores (PT), legenda com a qual o Presidente Lula se elegeu. Essa integração da população com as decisões do Estado, através de seus programas e projetos sociais, foram referenciadas também na área do esporte, como por exemplo, com as Conferências Nacionais do Esporte (CNE) que repercutiram nas políticas públicas implementadas neste período. (GUIMARÃES, 2017).

O Ministério do Esporte norteou as pautas de discussão da I Conferência Nacional do Esporte, apresentando o direcionamento da Política Nacional de Esporte, em junho de 2004, no Teatro Nacional de Brasília, respaldado por 83 mil pessoas que se mobilizaram em 873 municípios, 26 estados e o Distrito Federal, representando toda a sociedade, não apenas o segmento esportivo. Durante quatro dias, várias pautas sobre o esporte foram discutidas; dentre elas podemos citar: esporte e alto rendimento; esporte educacional; futebol; esporte, lazer e qualidade de vida; direito ao esporte e lazer; esporte economia e negócios; esporte, administração e legislação; e esporte e conhecimento (QUEIROZ, 2004).

Para Souza (2011), nesta conferência foi atribuído ao esporte um papel politizado de remédio as mazelas sociais, fato este evidenciando pelas diretrizes a seguir descritas:

a) é necessário reconhecer o papel que a atividade esportiva desempenha em nossas vidas; b) é no tempo e espaço de lazer que a manifestação cultural desportiva, despojada de sentido performático, pode ser vivenciada por todos; c) o esporte é fator de desenvolvimento humano porque contribui na formação integral das pessoas e na qualidade de vida; d) deve se buscar no esporte os benefícios individuais e coletivos; e) no campo do indivíduo e das comunidades, por exemplo, o esporte pode trazer solidariedade, autoestima, respeito ao próximo, facilidade na comunicação, tolerância, sentido do coletivo, cooperação, disciplina, capacidade de liderança, respeito as regras, noções de trabalho em equipe, vida saudável, etc. Também pode auxiliar no combate a doenças, evasão escolar, uso de drogas e criminalidade; f) o esporte pode

ser fator de desenvolvimento econômico e sociocultural, gera emprego e renda, aquece a indústria esportiva e de serviços; g) o esporte é componente fundamental para a construção da identidade nacional; h) em cada cidadão, em cada nação, o esporte pode desempenhar esse papel, internacionalmente, servindo para aproximar povos diferentes, difundir culturas, promover a paz e incrementar o intercâmbio comercial; i) Para que tudo isso ocorra é preciso que a aparelhagem Estatal tenha clareza do seu papel. O mesmo deve ocorrer com as escolas, as empresas, as entidades de classe, ONG's e principalmente as entidades gestoras do esporte; j) o Ministério do Esporte colocou em uso a expressão esporte social como uma categoria a mais, refletindo a preocupação com a inclusão social. (SOUZA, 2011, p. 115).

A Bolsa-Atleta foi instituída pela Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, que contempla o seguinte:

Art. 1º esta bolsa destinasse prioritariamente aos atletas praticantes do esporte de alto rendimento em modalidades olímpicas e paraolímpicas, sem prejuízo da análise e deliberação acerca das demais modalidades, a serem feitas de acordo com o art. 5º desta Lei.

§ 1º A Bolsa-Atleta garantirá aos atletas benefício financeiro conforme os valores fixados no Anexo desta Lei, que serão revistos em ato do Poder Executivo, com base em estudos técnicos sobre o tema, observado o limite definido na lei orçamentária anual.

Art. 5º O Ministro de Estado do Esporte submeterá ao Conselho Nacional do Esporte - CNE a análise e deliberação acerca de pleito de concessão de bolsas para atletas de modalidades não olímpicas e não paraolímpicas, e respectivas categorias, que serão atendidas no exercício subsequente pela Bolsa-Atleta, observando-se o Plano Nacional do Desporto e as disponibilidades financeiras. (BRASIL, 2004, p. 1).

Castelan (2011, p. 44) acrescenta que a criação por lei da Bolsa-Atleta (Lei nº 10.891/2004) para "praticantes de modalidades de alto rendimento olímpicas e paralímpicas nas categorias Atleta Estudantil, Atleta Nacional, Atleta Internacional e Atleta Olímpico e Paralímpico", foi um grande marco para o esporte brasileiro.

A II Conferência Nacional do Esporte foi realizada de 4 a 7 de maio de 2006 na cidade de Brasília, envolvendo professores e profissionais de educação física, acadêmicos, técnicos, agentes comunitários de esporte e lazer e outros trabalhadores do sistema, atletas, treinadores, gestores, usuários, empresários e dirigentes esportivos de cerca de 2.200 municípios, onde foi debatido sobre os rumos que o esporte e o lazer devem tomar nos próximos anos.

A II Conferência Nacional do Esporte deve refletir sobre a (re)construção do Sistema Nacional de Esporte e Lazer reconhecendo os graves problemas que impedem o desenvolvimento do esporte no país, tais como: a) o enorme número de brasileiros excluídos da prática do esporte, a qual, potencialmente, representa uma forma privilegiada de promoção do desenvolvimento humano, b) a falta de condições materiais objetivas para que a população brasileira em geral pratique esportes, c) o reduzido número de atletas de alto rendimento e de modalidades esportivas praticadas no país, d) a falta de aproveitamento das condições naturais para a prática esportiva que o país apresenta – montanhas, rios e lagos, mata atlântica, quase nove mil km. de praias e outras, e) a falta ou o precário estado das instalações esportivas escolares entre outros. (CNE, 2006, p. 6).

Nesta conferência, foi encaminhado o projeto de Lei de incentivo ao esporte para o Congresso Nacional.

Na III Conferência Nacional do Esporte, sendo esta a maior já realizada no segmento esportivo, consolidaram-se importantes consensos iniciado na primeira conferência e mantidos na segunda. Definindo-se na primeira, a Política Nacional do Esporte com foco no desenvolvimento humano; na segunda apresentou-se a proposição de uma nova estrutura para o Sistema Nacional de Esporte e Lazer e teve como marco a conquista da Lei de Incentivo ao Esporte.

A III Conferência consolida as conquistas anteriores e avança para a efetivação do esporte como direito social, conforme preceitua a Constituição Federal, que também determina que cabe ao Estado oferecê-lo como política pública. Esta Conferência ocorre em um momento especial para o nosso país.

Aproximadamente 220 mil pessoas de 3.112 municípios de todas as unidades da federação debateram o Plano Decenal proposto para esta III CNE.

A temática central desta conferência foram os grandes eventos esportivos, como as questões do Jogos Pan-Americanos ocorridos em 2007; Jogos Mundiais Militares em 2011, a Copa do Mundo 2014 e a candidatura para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016. Portanto, desvirtuou-se o objetivo inicialmente atribuído às Conferências. (ATHAYDE, 2014).

Outro ponto a ser destacado nesse período refere-se à estrela esportiva do Brasil, o futebol. Nesse ínterim, o principal elemento foi o financiamento alocado pelo Estado, a loteria esportiva Time-mania, que surgiu como solução para os Clubes com sérias dificuldades financeiras e dívidas fiscais. Para tanto, exigiu-se adequação e renovação dos Estádios de futebol, bem como seguir as regras impostas pelo Estatuto do Torcedor. As adequações também possibilitariam abertura para novos empréstimos e financiamentos em instituições bancárias para os Clubes. Estas regulações e adequações ainda se alinhavam aos interesses levantados a partir da candidatura do Brasil para sediar a Copa de 2014 (ALVES; PIERANTI, 2007).

Após uma década de existência do Ministério do Esporte e suas ações nas áreas de esporte e lazer, despertou o interesse por diversas pesquisas pelos mais variados órgãos e estudiosos. Os principais Temas foram: a concepção dos gestores acerca do esporte e do lazer (REIS; STAREPRAVO, 2008); a construção de espaços e equipamentos, a formação dos agentes sociais (MARCELINO, 2007); e o acesso restrito ao lazer (CASTELLANI FILHO, 2007). Outros temas não menos importantes são ligados às novas formas de gestão pública, como intersetorialidade (BONALUME, 2010, 2011) e a agenda dos megaeventos esportivos (BENEDICTO, 2009; MELO, 2009).

O Ministério dos Esportes (ME) passou a ter uma nova configuração organizacional no governo Dilma a partir de 2011. A Secretaria Executiva, a SNEED e a SNDEL fundiram-se surgindo a Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNEELIS). Também foi criada a Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor (SNFDDT), durando até o final do governo Temer em 2018 (CARNEIRO; ATHAYDE; MASCARENHAS, 2019).

Após 16 anos de existência enquanto ministério, significativos investimentos de recursos financeiros na política pública de esportes foram feitos com a criação do Bolsa-Atleta. O governo brasileiro mantém, desde 2005, um dos maiores programas de patrocínio individual de atletas no mundo. O público beneficiário são atletas de alto rendimento que obtêm bons resultados em competições nacionais e internacionais de sua modalidade. Ainda falando do Bolsa-Atleta, a categoria Pódio é a mais alta deste programa. Foi criada pela Lei 12.395/2011, contemplando atletas desde 2013 com o objetivo de patrocinar esportistas com chances de medalhas e de disputar finais em Jogos Olímpicos e Paralímpicos. Desde 2013 foram contemplados 578 atletas, com 1.781 bolsas, num investimento de aproximadamente R\$ 240 milhões (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2021). No Programa Segundo Tempo – PST, o esporte educacional e o desenvolvimento de megaeventos esportivos como Pan-americano em 2007, Copa do Mundo de Futebol em 2016 e Olimpíadas de 2016, fizeram do Brasil uma "vitrine do esporte" para o mundo. Os programas possibilitaram que as crianças em idade escolar tivessem acesso à prática esportiva, bem como o aprimoramento de alunos-atletas com destaque estadual e nacional a receber uma ajuda de custo para auxiliar no desenvolvimento de suas atividades esportivas, visando uma melhora no seu desempenho e, possivelmente, buscar a tão sonhada medalha olímpica.

#### 5.4 OS GOVERNOS TEMER E BOLSONARO E SUAS POLÍTICAS DE ESPORTE

Em 2016, Temer assume a presidência da república, em uma aliança com a burguesia industrial e rentista, estabelecendo, assim, um desmonte total do "ensaio desenvolvimentista". É verdade que o seu fim é iniciado com Dilma Rousseff em 2015, com a guinada à direita de seu governo, porém nada é comparável com a agenda implementada por Michel Temer (MATIAS, 2021).

Temer desenvolve uma dura agenda de cortes de gastos sociais e investimentos, com destaque para o congelamento dos gastos sociais por 20 anos, concessões ao setor privado, como a exploração do pré-sal para empresas estrangeiras, as mudanças na legislação trabalhista,

ampliando a terceirização, o trabalho intermitente e a negociação do trabalhador, o fim da contribuição sindical obrigatória e o negociado acima do legislado na relação trabalhador-empresa (MATIAS, 2021).

Na área social ainda constam a defasagem na política de recomposição do saláriomínimo e do programa de transferência de renda — Bolsa Família. Sem contar que foi durante o governo de Temer que foi realizado o maior corte de famílias deste programa, reduzindo o público atendido (MADEIRO, 2017).

Com o fim da agenda dos megaeventos, o Ministério do Esporte voltou-se para as políticas esportivas sociais, de alto rendimento e infraestrutura. Entretanto, no cenário de ajuste fiscal radical, assistimos nos últimos anos a diminuição dos recursos para o esporte — um movimento que fica claro a partir de 2017.

No caso do esporte, a perda de orçamento é enorme, enquanto em 2015 o governo gastava diretamente pouco mais de R\$ 600 milhões, em 2019 não chegou a R\$ 200 milhões. Mesmo considerando as três fontes de financiamento do esporte, a redução entre 2015-2019 é de aproximadamente R\$ 500 milhões (MATIAS, 2021).

No dia 12 de junho de 2018, foi editada a Medida Provisória 841 que retira recursos da Loteria Federal, antes repassados à saúde, cultura, educação, assistência social e esporte, para repassar ao Fundo de Segurança Pública. Apenas na área esportiva, a perda de recursos foi equivalente a 514 milhões de reais por ano, dinheiro que era redistribuído para as secretarias municipais e estaduais e para entidades esportivas que desenvolvem projetos de esporte educacional e participativo (RIBEIRO, 2018).

Em tempos de Copa do Mundo, os olhares dos brasileiros se voltam atentos para nossos jovens com camisa amarela que nos representam. Há de se refletir sobre quantos deles vieram de famílias pobres, que tiveram como única oportunidade o esporte praticado na escola pública. Foi ela que serviu de ponte para hoje brilharem no mundo inteiro. Se a Medida Provisória 841 não for derrubada, não haverá mais esta oportunidade para as novas gerações. A elas, pode ser oferecida como única alternativa servir de soldado na guerra do tráfico e polícia que está comprometendo nosso futuro (RIBEIRO, 2018).

Apesar de manter os programas e ações que estavam sendo desenvolvidos pelo extinto Ministério do Esporte, o Governo Temer asfixiou as políticas esportivas. Algo obviamente mantido no governo conduzido por Bolsonaro (MATIAS, 2021).

Entretanto, foi no governo de Jair Messias Bolsonaro (PSL), em 2019, que o Ministério voltou a ser uma secretaria – Secretaria Especial do Esporte vinculada ao Ministério da

Cidadania, ocorrendo a partir deste ano, um grande corte do orçamento para esta pasta, bem como a interrupção de muitos programas de incentivo ao esporte no país.

Em 2021, ano das Olimpíadas de Tóquio, o programa Bolsa-atleta contemplou 7.197 atletas, porém, o total de recursos investidos foi menor, totalizando R\$ 96,7 milhões (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2021).

Segundo o ex-secretário da pasta, os principais instrumentos de incentivo esportivo no Brasil são garantidos por lei, a estrutura de fomento no país está protegida. Ele reconhece, contudo, que a diminuição do orçamento da pasta e de programas como o Bolsa Atleta, prejudicou a evolução do Brasil no quadro de medalhas das Olimpíadas do Japão 2021 (MOTORYN, 2021). Em seu governo, Bolsonaro reduziu o Ministério do Esporte a uma secretaria do Ministério da Cidadania, e atuou pelo corte de investimentos e sucateamento de programas na área.

### 6 CAMPOS DOS GOYATACAZES E A POLÍTICA PÚBLICA DE ESPORTE

O presente capítulo é destinado à caracterização do município de Campos dos Goytacazes, apresentando alguns aspectos importantes sobre a sua origem, dados demográficos, economia, ciclo da cana de açúcar, passando pelo setor sucroalcooleiro e, por último, pelo ciclo do petróleo. Na sequência, serão apresentados os esportes que mais se destacaram na história do município, como também os clubes e algumas personalidades esportivas campistas. Por último, serão apresentadas leis municipais relacionadas ao esporte.

### 6.1 CARACTERIZANDO O MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Conhecido simplesmente como Campos, o município de Campos dos Goytacazes está localizado no norte do estado do Rio de Janeiro, região também conhecida como norte fluminense. Com uma população estimada de 511.168 habitantes (IBGE, 2020). Campos é a maior cidade do interior do estado e a décima maior do interior do Brasil. O município possui a maior extensão territorial do estado do Rio de Janeiro com 4.032,487 km². Na figura 3, é possível observar a dimensão do município de Campos dos Goytacazes em relação aos demais municípios do estado do Rio de Janeiro.



Figura 3 - Mapa de divisão regional do estado do Rio de Janeiro

Fonte: GGE-RJ, 2010.

Esta região, terra dos índios da etnia Goitacá, foi colonizada pelos portugueses em 1627. Foi dividida em glebas e doadas a 7 capitães português, alguns deles donos de engenho da região da Guanabara. Em 1650 foi implantado o primeiro engenho em solo campista. Pertenceu à capitania de São Tomé. O Visconde d'Asseca funda a Vila São Salvador dos Campos, em 29 de maio de 1677, dominando a região por quase um século e, neste período, ocorreu uma expansão da pecuária. Com a queda dos d'Assecas em 1750, ocorreu a expansão da cana-deaçúcar, somente possível pela divisão dos grandes latifúndios. Passou à categoria de cidade em 28 de março de 1835 (MONTSITE, 2018).

A região é marcada pela riqueza advinda do setor açucareiro desde o século XIX. O estado do Rio de Janeiro ocupou a segunda posição entre os maiores produtores de açúcar do Brasil nas três primeiras décadas do século XX. O município de Campos era o protagonista do desenvolvimento regional, dada a sua extensão territorial e o seu poder econômico (PIQUET, 2004).

A agroindústria açucareira muda drasticamente a partir de 1940, pois as empresas paulistas entraram no cenário nacional com a fabricação de equipamentos para o setor (moendas, caldeiras e carregadeiras). Neste período, São Paulo passa o Norte Fluminense na produção de açúcar, ocupando a segunda posição no ranking nacional. O Instituto do Açúcar e do Álcool – IAA, no ano de 1967, fixou a meta de produção mínima de 200 mil sacos de açúcar para cada uma das usinas brasileiras; com isso, muitas não suportaram esta demanda e foram desativadas. No Estado do Rio de Janeiro, das 27 usinas existentes, 13 foram fechadas, em

decorrência do não acompanhamento da modernização do setor pelos empresários do norte fluminense (CRUZ, 2003).

Ao longo deste período - de 1940 a 1977 - novos atores aparecem de forma bem nítida:

- os usineiros, que representam o capital e com forte expressão política;
- os produtores de cana (pequenos, médios e grandes, em posição subordinada;
- os pequenos proprietários ou arrendatários, produtores de cana que vendem sua força de trabalho para outras unidades agrícolas ou para outros setores, pois sua produção não assegura o sustento da família;
- os trabalhadores assalariados ou não, permanentes e temporários.

Com o forte aumento do preço do petróleo, o setor sucroalcooleiro passou por uma reestruturação, oportunizando a criação do PROÁLCOOL em 1973 e, com isso, o parque industrial açucareiro é modernizado. Em decorrência disso, muitas usinas campistas são vendidas para empresários de outros estados e regiões. As usinas campistas estavam ultrapassadas tecnologicamente e esses empresários estavam mais preocupados na aquisição de cotas de produção. Desta forma, o norte fluminense deixa de ser um grande produtor do setor. A região entra em um processo de involução e crise. Neste período é descoberto petróleo na Bacia de Campos (Cruz, 2003). Com a descoberta do Campo de Garoupa e de Enchova em 1977, iniciava-se comercialmente, em uma plataforma flutuante, uma produção de 10 mil barris por dia (ANP, 2002).

Em sua costa encontra-se a maior plataforma petrolífera do Brasil, a P-51 na bacia de Campos, fazendo com que a cidade receba, junto com Macaé, o título de Capital Nacional do Petróleo.

A partir deste momento, o munícipio de Campos dos Goytacazes inicia uma nova fase em seu desenvolvimento econômico por conta da extração do petróleo na bacia de Campos. No final do século XX, precisamente em 1999, inicia-se a repartição dos royalties do petróleo com significativos repasses das rendas petrolíferas para Campos e para os demais municípios produtores do estado.

Em um estudo realizado por Silveira *et al.* (2018) sobre as rendas petrolíferas e seus impactos nas receitas dos municípios produtores de petróleo e no estado do Rio de Janeiro ao comparar os anos de 1999 e 2013, observou-se que todos os municípios produtores obtiveram um aumento nas rendas petrolíferas e, por conseguinte, o estado também. Já comparando os anos de 2013 com 2016, a maioria dos municípios e o estado apresentaram uma redução significativa nas rendas petrolíferas. No ano de 2020 a característica de redução das verbas

petrolíferas para Campos dos Goytacazes se manteve, impactando negativamente na receita do município (RIBEIRO, 2020).

## 6.2 ESPORTES, CLUBES, ASSOCIAÇÕES E PERSONALIDADES ESPORTIVAS DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Nesta seção, serão apresentados algumas das diversas modalidades que foram representativos na cultura esportiva de Campos dos Goytacazes. A seleção dos esportes apresentados a abaixo destacam-se, inicialmente, pela paixão, entusiasmo e pela sua importância no desenvolvimento de uma cultura esportiva que motivava a população a saírem de suas casas para assistir aos grandes confrontos esportivos entre as equipes, clubes e agremiações campistas. Estes confrontos ocorriam pelas ruas de Campos, no Rio Paraíba do Sul, nos campos de futebol da cidade, nas quadras de esportes, nas piscinas e ginásios. Os esportes apresentados são: futebol, remo, ciclismo, basquetebol e natação. Esses apresentados mais descritivamente, pois acredita-se que mais impactaram na cultura esportiva de Campos. Outras modalidades esportivas como o voleibol, futsal, tênis, handebol e lutas são apresentados de forma mais informativa, com dados relevantes sobre sua origem, importância e representatividade.

Ao descrevermos sobre os esportes praticados no município de Campos dos Goytacazes, não podemos iniciar, se não, pela paixão nacional, o futebol. Mas antes disso, é importante trazer para a discussão o surgimento do mesmo no Brasil. Na sequência abordaremos sobre os principais clubes de futebol campistas.

#### 6.2.1 Futebol

Sobre o surgimento do futebol no Brasil e sua "paternidade", não há uma unanimidade entre os historiadores. Todos conhecem a história de Charles Miller, um brasileiro que estudava na Inglaterra e lá praticou a modalidade. Ao retornar ao Brasil em 1894, teria trazido consigo uma bola e um conjunto de regras. No ano seguinte, em 14 de abril, acontece a primeira partida de futebol no Brasil, realizada em São Paulo.

A outra parte da história que poucos conhecem, conta que o imperador Dom Pedro II, encarregou Rui Barbosa da elaboração de projetos de reforma das grades de disciplinas escolares, objetivando reverter a precariedade que o sistema educacional brasileiro se encontrava (SANTOS NETO, 2002). Rui Barbosa sistematizou o projeto Reforma do Ensino

Primário e várias instituições complementares da instrução pública, de 1883. Seguindo a tendência dos países industrializados, à nova escola, como eram chamados os aparelhos de ensino do movimento brasileiro de escolarização de massa no século XIX, se colocaram alguns desafios. Destes, destacamos quatro: a) confrontar e desarticular a estrutura do ensino tradicional; b) distribuir o conhecimento a partir de uma proposta de ensino-aprendizagem ativa e econômica; c) confrontar e derrotar, como disse Rui Barbosa, a "chama sinistra das paixões niveladoras", explicitando uma clara perspectiva antissocialista e anti-anarquista; d) implementar a inserção e adequação do trabalhador ao processo industrial capitalista; (MONTEIRO, 2000; VALDEMARIM, 2000). Rui Barbosa escreveu em um dos seus livros sobre as novas práticas esportivas ao ar livre a serem inseridas nos colégios. O Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, prontamente assimilou essas práticas. Mas foi o Colégio São Luís (fundado em 1861), na cidade de Itu, que introduziu o futebol como uma dessas práticas esportivas ao ar livre, por meio dos jesuítas que administravam o colégio, em virtude de uma viagem que eles fizeram a centros educacionais europeus.

Sobre isso, Santos Neto (2002) comenta que:

De 1879 a 1881 – e, portanto, antecipando-se ao parecer oficial e ao movimento geral das instituições de ensino –, os jesuítas de Itu visitaram grandes colégios na Europa. Na França, estiveram no Colégio de Vannes, onde já era praticado o futebol, e lá fizeram contato com o padre Du Lac, grande defensor do futebol inglês nas escolas. (SANTOS NETO, 2002, p. 18).

Inspirados em Du Lac, os jesuítas foram implementando o futebol no Colégio São Luís ao longo da década de 1880. Isso não tira o brilho e a importância de Charles Miller para o futebol brasileiro e também o papel central do Colégio São Luís ao introduzir o futebol em seu sistema de ensino. Ambos foram fundamentais para a compreensão da origem do futebol no Brasil. Essa paixão nacional pelo futebol não foi diferente em Campos dos Goytacazes, a cidade foi e é representada em nível estadual e nacional por alguns clubes de futebol.

Inicialmente, descreveremos um pouco dos clubes de futebol que foram de grande importância para o desenvolvimento da modalidade.

Vários clubes de futebol fizeram parte da história esportiva de Campos dos Goytacazes. O ano de 1912 foi marcado pelo surgimento de muitas equipes de futebol, tendo em vista a grande paixão pelo esporte. Dentre eles destacam-se: Industrial Futebol Clube, fundado em 25 de agosto de 1912; Goytacaz Futebol Clube, fundado em 1912; Campos Atlético Associação, fundado em 1912; Aliança Foot-Ball Club, fundado em 1912; Clube Esportivo Rio Branco, fundado em 1912; Americano Futebol Clube, fundado no ano de 1914; Internacional Futebol Clube, fundado em (191?); Paraíso Futebol Clube, fundado em 17 de julho de 1917;

Esporte Clube Cambaía, fundado em 27 de agosto de 1930; Itatiaia Atlético Clube, fundado em 29 de janeiro de 1931; Municipal Futebol Clube, fundado em 03 de outubro de 1931; Sport Club Aliança, fundado em 24 de abril de 1932; Esporte Clube São José, fundado em 28 de janeiro de 1938; Esporte Clube Sapucaia, fundado em 18 de dezembro de 1938; Vila Nova Futebol Clube, fundado em 14 de janeiro de 1944 (PARDO, 2015; SANTOS, 2017).

As equipes do Internacional e do Aliança fizeram a primeira partida oficial de futebol em Campos no ano de 1912. Em decorrência do surgimento de muitas equipes de futebol, sentiu-se a necessidade da criação de uma entidade esportiva que pudesse organizar e desenvolver o esporte de forma mais profissional e dentro das regras da modalidade. No ano seguinte, surgiu a Liga Campista de Desportos (LCD), fundada em 13 de setembro de 1913.

Para descrever sobre a importância dos clubes de futebol para Campos, seria necessário um capítulo à parte, mas este não é o único esporte que foi relevante, outras modalidades também tiveram sua importância e destaque em nível estadual e nacional, as quais serão descritas posteriormente. Ainda abordando o tema futebol, faz-se necessário discorrer sobre os quatro principais clubes de futebol da cidade e que ainda participam de competições estaduais e nacionais.

O Americano Futebol Clube (AFC), fundado no ano de 1914, leva consigo a marca de ser o primeiro clube da cidade a ter um atleta convocado para a seleção brasileira de futebol. A primeira convocação foi do atleta Poly - Policarpo Ribeiro de Oliveira, nascido em Conceição de Macabu no ano de 1909 - que jogou no clube entre 1924 a 1944, é um marco histórico em sua existência, pois participou da seleção brasileira que disputou a primeira Copa do Mundo de futebol nos anos de 1930, realizada no Uruguai (AREAS, 1976).



Figura 4 - Atletas da seleção brasileira de futebol na Copa do Mundo de 1930 no Uruguai

Fonte: Iconographia Cia da Memória - Acervo, 1930.

Na figura 4, encontram-se assim dispostos: da esquerda para a direita, em pé: Brilhante, Fausto, Hermógenes, Itália, Joel e Fernando. Agachados: Poly, Nilo, Araken, Preguinho e Teófilo.

Embora não tivesse ocorrido a fase de classificação para a Copa do Mundo de 1930, 13 seleções participaram desta competição. Devido aos custos e duração da viagem, muitos países desistiram de participar. A Confederação Brasileira de Desportos - CBD, convocou somente jogadores do Rio de Janeiro, com exceção do jogador Arakem Patusca. A participação da seleção brasileira foi modesta, perdendo por 2 x 1 para a seleção da Iugoslávia e, vencendo por 4 x 0 a seleção da Bolívia, classificando-se em segundo lugar no grupo, não avançando para a próxima fase. Argentina, Estados Unidos, Iugoslávia e Uruguai classificaram-se para as fases semifinais. Na final, a seleção do Uruguai derrotou a Argentina pelo placar de 4 x 2, sagrando-se a primeira seleção campeã da Copa do mundo FIFA (DUARTE, 1998).

Outro ilustre jogador que disputou algumas partidas pelo Americano foi Didi, revelado pelo Rio Branco. Em 1947, foi para o Madureira Esporte Clube. Didi (figura 10) jogou pela seleção brasileira nas Copas do Mundo de 1954, 1958 e 1962, conquistando as duas últimas.

Tantos outros atletas campistas ou que jogaram em clubes da cidade de Campos dos Goytacazes integraram a seleção brasileira de futebol e a seleção olímpica ao longo dos anos como: o ponta esquerda Amaro Silva, pai do bicampeão mundial Amarildo, jogou pela seleção em 1923, juntamente com o zagueiro Soda. O atacante Lelé jogou pela seleção em 1940; Amaro Barbosa atuou pela seleção em 1951; o jogador Paulinho de Almeida atuou pela seleção olímpica nas Olimpíadas de 1952 e pela seleção brasileira em 1956; o zagueiro Pinheiro jogou pela seleção na copa de 1954; o zagueiro Hélvio jogou pela seleção em 1955; o atacante Santos jogou pela seleção em 1960; o cabeça de área Denílson atuou na copa de 1966; o centroavante

Evaldo atuou pela seleção em 1968. O lateral direito Edevaldo atuou na copa de 1982; o goleiro Acácio atuou na copa de 1990. O zagueiro Odvan atuou pela seleção em 1998 e 1999 na Copa América e na Copa das Confederações; Alessandro atuou pela seleção na Copa América em 2001; o lateral esquerdo Léo atuou pela seleção em 2005 (PRISCO, 2014).

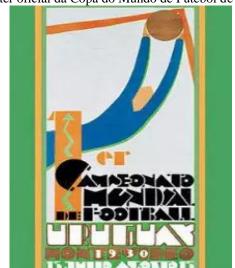


Figura 5 - Poster oficial da Copa do Mundo de Futebol de 1930 - Uruguai

Fonte: Ramos, 2021.

Em 15 de março de 1980 o Americano aplicou sua maior goleada em campeonatos brasileiros ao derrotar o Botafogo-BA por 7 a 0 na casa do adversário. O time foi ainda campeão do campeonato brasileiro de seleções estaduais, representando o estado do Rio de Janeiro e campeão brasileiro do módulo Azul (equivalente à série B), ambos em 1987. O Americano foi a primeira equipe do interior a vencer a Taça Guanabara e a Taça Rio (AFC, 2021), outra marca importante.

O Goytacaz Futebol Clube, fundado em 1912, teve em sua história algumas conquistas representativas: foi vice-campeão do Campeonato Brasileiro Série B em 1985, duas vezes campeão carioca da série B nos anos de 1982 e 2017. No ano de 2011, foi campeão carioca da série C. No dia 05 de julho de 1930, o Goytacaz inaugurou a iluminação do seu campo, passando a ser o primeiro time a ter um campo com iluminação pública no interior do Rio de Janeiro. Também foi o primeiro clube a sagrar-se campeão do Campeonato Campista de Futebol em 1914. O Goytacaz revelou o craque Amarildo Tavares Silveira (Figura 6), nascido em Campos dos Goytacazes em 1939, que jogou pela seleção brasileira de futebol na Copa do Mundo de 1962, quando a seleção foi bicampeã (MACHADO, 2020).



Fonte: Oliveira, 2020.

O principal clássico da cidade de Campos é disputado entre as equipes do Americano e do Goytacaz, conhecido como Goyta-Cano, considerado um dos maiores clássicos do interior do estado do Rio de Janeiro. Desde 1910 as equipes se enfrentam, ou seja, há mais de 100 anos.

O Goytacaz, tem como sua "casa" o estádio Ary de Oliveira e Souza, o Arizão, sendo este o principal estádio de Campos. Inaugurado em 1938 e com capacidade para 15 mil pessoas, foi neste estádio, no ano de 1983, que o tetracampeão Bebeto marcou o seu primeiro gol como profissional. Tem como torcedor ilustre o ator global Tonico Pereira. Desde abril de 2021, o Aryzão (Figura 7) é patrimônio histórico, cultural, social e desportivo. Esta conquista foi possível a partir de um projeto de Lei nº 0053/2021 do vereador Silvinho Martins (MDB), aprovado por unanimidade pela Câmara Municipal de Campos no dia 27 de abril de 2021 (MACHADO, 2021).



Fonte: Goytacaz Futebol Clube - Acervo do Clube, 2012.

O Clube Esportivo Rio Branco (CERB), fundado em 1912 por meninos entre 13 e 15 anos e que pertenciam às melhores famílias de Campos, é o único clube no Brasil a vestir a cor rosa em seu uniforme principal. O Rio Branco é também o clube que revelou Didi (Figura 8) -

Valdir Pereira (1928 -2001), nascido em Campos dos Goytacazes, criador do chute denominado "Folha Seca". Defendeu o clube antes de sair de Campos para conquistar o mundo. Didi foi bicampeão mundial pela seleção brasileira nas Copas de 1958 e 1962.

Figura 8 - Didi



Fonte: Oliveira, 2020.

Figura 9 - Seleção Brasileira de Futebol de 1958 - Suécia



Fonte: Oliveira, 2020.

Na figura 9, encontram-se assim dispostos os atletas. Em pé: Djalma Santos, Zito, Bellini, Nilton Santos, Orlando e Gilmar. Agachados: Garrincha, Didi, Pelé, Vavá e Zagallo.

Seus melhores resultados, após a fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, foram a 4º colocação no Estadual da Segunda Divisão, em 2002. Ganhou em 1980, o Campeonato Estadual de Juniores da Divisão de Acesso, o primeiro título em se tratando de Divisão de base após a fusão. Alguns dos títulos conquistados pelo clube foram: Campeão do Campeonato Fluminense de Futebol em 1961, Vice-Campeonato Fluminense (2 vezes - 1958 e 1962), Campeão do Campeonato Carioca da Terceira Divisão (2 vezes - em 1984 e em 2001) (CERB, 2010).

O Campos Atlético Associação – CAA, (1912), o antigo Leão da Coroa, como era chamado, é conhecido como Roxinho devido às cores do seu uniforme (roxo, preto e branco), foi fundado por negros em 26 de outubro de 1912. O Campos foi campeão municipal nos anos de 1918, 1924, 1932, 1956 e 1976, além do Campeonato Fluminense de 1956, que não chegou a ser disputado em campo, mas que deve ter o título reconhecido pela atual federação. Possui ainda a conquista do título de Campeão da Zona Norte do Interior do Estado do Rio de Janeiro, no ano de 1976.

Figura 10 - Equipe do Campos Atlético Associação - 1919



Campos (1919) - Em pé: Ademar Negrinhão, Manoelzinho e Carivaldino. Ajoelhados: Ildefonso, Arthur Maciel (Bolinha), Salvador Roque, Thieres e Gibi. Sentados: Papai, Jaime Borges e Dázio.

Fonte: Pardo, 2015.

Alguns jogadores de renome nacional atuaram pelo Campos, como o zagueiro Brito e o meio-campista Afonsinho, num jogo amistoso contra o Palmeiras na década de 70, quando o clube teve seus últimos bons momentos no futebol.

Hoje o clube participa de jogos nas categorias infantil e juvenil nos campeonatos promovidos pela atual Liga Campista de Desportos e até mesmo pela FERJ. No ano de 2009, foi Campeão da Ligas do Estado-RJ – Sub-17.

Quadro 2 - Escudos dos principais clubes de futebol da cidade de Campos dos Goytacazes



Fonte: O autor, 2020.

Atualmente, no âmbito profissional, os clubes oriundos de usinas não existem mais, porém foram de grande importância para o desenvolvimento do futebol campista.

#### 6.2.2 Remo

A prática do remo em Campos dos Goytacazes iniciou-se por volta de 1906. Três agremiações de regatas fizeram grandes duelos esportivos em Campos no início do século XX. O Clube de Natação e Regatas Campista (CNRC), fundado em 10 de junho de 1906, o Clube de Regatas Saldanha da Gama (CRSG), fundado em 21 de outubro de 1906 e o Clube de Regatas Rio Branco, fundado em 24 de janeiro de 1919 com o nome de Sport Club Rio Branco (SCRB).

I Iguita 11 Regata com barcos o com no Rio I araba - 1912

Figura 11 - Regata com barcos 8 com no Rio Paraíba - 1912

Fonte: Acervo do CNRC, 1912.

A primeira atividade esportiva do CNRC foi uma regata realizada no dia 14 de outubro de 1906. Esta regata foi composta de vários barcos, disputada entre baleeiras e escaleres, proporcionando uma grande festa, lotando as margens do Rio Paraíba do Sul de ambos os lados e mais a ponte municipal (SANTFÉ, 2006).



Fonte: Acervo do CNRC, 1912.

Em sua fase inicial, as competições de remo não eram provas oficiais, mas aconteciam de forma regular nos meses de maio, agosto e outubro. A partir de 1933, as provas tornaram-se oficiais e tinham o nome de "Prova Clássica Prefeitura Municipal de Campos", estendendo-se até os anos de 1969 (SANTAFÉ, 2006). O primeiro grande feito desta modalidade foi no campeonato brasileiro de remo, realizado na Lagoa Rodrigo de Freitas em 1927, onde os remadores do Clube de Regatas Rio Branco venceram a disputa de canoa a quatro remos, formada por remadores dos três clubes, assim composta a guarnição: timoneiro Juvenal Chagas, remadores Olímpio Pinheiro, Sebastião Borges Barreto, Manoel Jerônimo da Silva Cerqueira e Atanagildo Freitas, com o barco "Ione". Esta equipe campeã brasileira não recebeu as medalhas de ouro da CBD pela conquista da 5ª Prova do Campeonato Brasileiro de Remo.



Figura 13 - Equipe de remo campeã em 1927

Fonte: SANTAFÉ, 2006.

Na Olímpiada de Berlim em 1936, o Brasil competiu com a maior delegação até hoje, disputando seis provas com 22 atletas. No entanto, nenhum barco se classificou para as finais

neste ano. Nesta mesma Olimpíada o atleta campista Afonso Celso Ribeiro de Castro (Figura 14) fez parte da delegação do remo (CBR, 2016). Afonso Celso iniciou no remo como atleta do Clube de Regatas Rio Branco, sendo campeão campista e campeão carioca pelo Clube Internacional de Regatas do Rio de Janeiro. Pelo seu desempenho esportivo na modalidade, foi convocado para integrar a equipe de remo do Brasil para competir na prova Dois Sem – Dois remadores sem Timoneiro - na Olimpíada de Berlim em 1936 (PRISCO, 2021).

rigura 14 - Atonso Ceiso Ribeito de Castro

Figura 14 - Afonso Celso Ribeiro de Castro

Fonte: Câmara Legislativa, 1954.

A prática do Remo em Campos despertava muito interesse da população, onde as competições eram assistidas por dezenas de pessoas nas duas margens do Rio Paraíba. Por conta disso, o poder público construiu um pavilhão para as regatas às margens do rio, como mostra a imagem abaixo (Figura 15).



Figura 15 - Pavilhão de Regatas - Rio Paraíba 1966

Fonte: NPGA CEFET CAMPOS, 1966.

Este esporte teve mais um grande nome importante que fez parte da seleção brasileira de remo. Laildo Riberio Machado (Figura 16) atleta do CNRC, que remando pelo Flamengo, participou das olímpiadas de Moscou (1980) e Los Angeles (1984); foi medalhista de ouro nos Jogos Pan-americanos em San Juan – Porto Rico, em 1979, na prova dois com. Devido à falta de patrocínio, nos anos de 1980, o remo em Campos começou a perder força, fazendo com que os melhores atletas migrassem para outros clubes, principalmente da capital fluminense.

#### 6.2.3 Ciclismo

O ciclismo campista tem o orgulho de ter uma das provas mais tradicionais do ciclismo brasileiro e a segunda mais antiga do Brasil. Um fato curioso nesta história é que a Prova Ciclística São Salvador foi criada em virtude de um pedido de Vicente Ferraiouli, pai de Patesko (Figura 16) - Geraldo Maria Ferraiouli, que sugeriu ao filho que realizasse uma prova de ciclismo no dia do padroeiro da cidade. A primeira prova ocorreu no dia 06 de agosto de 1945. Destaca-se na prática da modalidade o *downhill*, tendo uma das melhores pistas do Brasil no Morro do Itaoca.

Gerardo Maria Ferraiouli, o lendário Patesko, realmente foi uma figura ímpar no cenário campista. Engajado em suas causas mais pitorescas, atuou como atleta, fotógrafo e até fiscal municipal de buracos de rua, além de honrosa participação na FEB, Força Expedicionária Brasileira. Em suas palavras: "A guerra não é boa. Os homens deveriam se entender. Se há o Ministério da Guerra, por que não criar também o da Paz?" (FERRAIOULI, 2011, p. 1).



Figura 16 - Patesko – Força Expedicionária Brasileira – FEB

Fonte: Acervo da família Ferraiouli, 2011.



Figura 17 - Largada da prova de ciclismo - Prédio do Banco do Brasil

Fonte: Acervo da família Ferraiouli, 2011.



Figura 18 - Prova de ciclismo nas ruas de Campos

Fonte: Acervo da família Ferraiouli, 2011.

## **6.2.4 Basquetebol**

Após a construção de uma quadra cimentada para a prática do basquetebol no clube Ouro-Azul, a segunda da cidade, eram necessários os atletas. Levaria muito tempo para formar uma equipe do "zero". Mais fácil seria conseguir jogadores já formados, o que a direção do clube prontamente realizou para montar a sua equipe de basquetebol. Nos anos de 1939, a equipe do Ouro-Azul fez uma partida contra o Icaraí Praia Clube, em Niterói, dando início a uma grande jornada de amor pelo basquetebol campista (SANTAFÉ, 2006).

O Colégio Bittencourt de Campos foi outro grande destaque na modalidade, sendo o único colégio a ser campeão da cidade em competição organizada pela Associação de Basquetebol de Campos. Tudo começou com os treinos realizados em uma quadra de chão batido, sem tamanho oficial e treinada pelo aluno Hélvio Santafé. A equipe venceu o torneio aberto da cidade de Campos em 1944, disputando com os grandes clubes da cidade, e se destacou não só em quadra, mas também fora dela. Foi a primeira equipe a ter uma torcida organizada na cidade, inclusive com charanga.

Figura 19 - Equipe de basquetebol CNRC – Bicampeão 1944 e 1945

44-B1 - 45

CAMPEÃO

DE

BASQUET-

Fonte: Acervo do CNRC, 1945.

Uma grande atração deste esporte foi quando a seleção de basquetebol da Argentina, campeã mundial em 1950, esteve em Campos e enfrentou a seleção local, que apesar da derrota para os argentinos, ficaram muitos ensinamentos e o sonho do ginásio de esportes, do qual Afrânio Maciel sempre foi o incentivador: o ginásio Olavo Cardoso, nome de um grande benemérito do Automóvel Clube. O ginásio estava pronto, porém faltavam as tabelas de cristal, vindas da Lousiana, nos Estados Unidos. As tabelas só foram conseguidas para o clube Ouro-Azul pela influência de dois campistas que eram dirigentes de clubes do Rio de Janeiro o Dr. Gilberto Cardoso, presidente do Clube de Regatas Flamengo e Álvaro Waldir Pereira da Mota, diretor do América Futebol Clube. No dia 19 de novembro de 1955, é inaugurado o "Ginásio Olavo Cardoso", com o jogo do Automóvel Clube X C.R. Flamengo, que venceu a partida pelo placar de 84 X 33 (SANTAFÉ, 2006).



Fonte: Acervo do Automóvel Club Fluminense, 1955

Muitos clubes fizeram parte da Liga Campista de Basquetebol (LCB) organizadora do campeonato municipal de basquetebol. A LCB era composta pelas seguintes equipes: Americano F. C, Automóvel Clube Fluminense, Aliança F. C., Goytacaz F. C., Industrial F. C., Itatiaia A. C., Atlético C. C., C. E. Rio Branco, C. R. Saldanha Da Gama e C. R. Rio Branco. Posteriormente ingressaram na Liga as equipes do Tênis Clube de Campos, S. E. All Stars e o E. C. São José.

A primeira grande conquista do basquetebol campista, desde a sua criação em 1955, ocorreu no ano de 1999 com a união do Automóvel Clube Fluminense e da Prefeitura Municipal, sagrando-se campeão estadual de basquetebol masculino, o que foi, sem dúvida, uma grande conquista.

O Automóvel Clube é a casa do basquetebol em Campos. Com o passar dos tempos, muitas coisas mudaram, o clube perdeu seus patrocinadores, as atividades ficaram exclusivamente para as escolinhas de basquetebol. Isso, não quer dizer que o basquetebol de Campos "morreu". Outras portas se abriram para os praticantes do esporte na modalidade em cadeiras de rodas, desenvolvida pela ONG Esporte Sem Fronteiras (ESF), que iniciou suas atividades no ano de 2002 junto a antigos membros da Associação Norte Fluminense dos Deficientes Físicos – Anfludef (ABRANCHES, 2009). A Equipe de basquetebol da ESF conquistou vários títulos: campeões fluminenses em 2003, 2004 e 2006; campeões regionais 2004, 2006 e 2008; e disputaram as competições contra as equipes de Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais, além de campeões internacionais da Copa Vindimia, disputada na cidade de Mendonza, na Argentina, nos anos de 2004 e 2006. Outro destaque do basquetebol adaptado é o projeto Paraesporte da FME de Campos, que no ano de 2018 conquistou o campeonato estadual da Liga de Basquete das Olimpíadas Especiais Brasil (OEB), vencendo a equipe da APABB 2 pelo placar de 25 X 20 (URURAU, 2018).

#### 6.2.5 Natação

As primeiras provas de natação de Campos foram disputadas em 1º de abril de 1881. O inglês Alton Baker e o português João Maria competiram em uma prova nas águas do Rio Paraíba do Sul, que iniciou em frente à igreja da Lapa e subiu o rio até em frente à chácara de José Joaquim de Souza Motta (Guarulhos). Vinte e quatro anos depois, as competições de natação foram realizadas com mais frequência com a surgimento dos clubes campistas Saldanha da Gama (Figura 21) e Rio Branco. Dentre os clubes participantes, ninguém venceu mais o

campeonato fluminense de nadadores do que os atletas do Clube de Natação e Regatas Campista.



Figura 21 - Piscina do Clube de Regatas Saldanha da Gama - 1922

Fonte: Acervo do CRSG, 1922.

Por muito tempo, as competições de natação foram realizadas nas piscinas do Clube de Regatas Saldanha da Gama e do Automóvel Clube Fluminense, onde os talentos da natação campista se encontravam. A Liga Náutica de Campos (LNC) fundada em 17/8/1976, passou a organizar as competições de natação e remo no município com a participação do Automóvel Clube Fluminense, Clube de Regatas Saldanha da Gama, Clube de Regatas Rio Branco, Tênis Clube de Campos, SESC e Clube de Natação e Regatas Campista.

O grupo de natação do Automóvel Clube Fluminense foi uma equipe a ser batida pelos seus adversários; com aproximadamente 150 nadadores, venceu tudo que competiu entre os anos de 1925 a 1940: os campeonatos de Campos - no Estado do Rio de Janeiro -, Jogos da Primavera, inauguração da piscina do Clube Bandeirantes do Rio de Janeiro (SANTAFÉ, 2006).

A melhor equipe de natação de Campos está no Tênis Clube. Com uma longa história na natação campista, o clube desenvolve escolinhas de natação nas seguintes modalidades: natação para bebês, natação infantil e adulto, além dos treinamentos para atletas que estejam competindo em nível regional e nacional. Alguns atletas das categorias iniciantes, já possuem os melhores tempos do estado nas provas que competem. No ano de 2021, o clube filiou seus atletas no Fluminense Futebol Clube do Rio de Janeiro. Desta forma, os atletas continuam treinando em um ritmo forte e participando das principais competições no estado e no Brasil.

Para finalizar, o maior representante da natação campista até o momento é Raphael Thuin, natural da cidade do Rio de Janeiro, veio para Campos aos 7 anos de idade com sua

família, onde reside atualmente e tem toda a sua vida dedicada ao esporte. Foi atleta do Flamengo por 23 anos e da seleção brasileira por 12 (1992 a 2004), colecionando medalhas e conquistas. Foi 4 vezes Campeão do Mundo, Campeão Sul-americano, teve várias participações com a Seleção Brasileira e 19 vezes Campeão Brasileiro, além de diversos títulos internacionais. Após a sua aposentadoria das piscinas, dedicou sua vida a ações e projetos sociais e no desenvolvimento do esporte pelo país e ocupou o cargo de Embaixador das Olimpíadas Especiais Brasil, no qual promove a inclusão de pessoas com deficiência por meio do esporte. Foi condecorado com a Soberana Ordem do Mérito do Empreendedor Juscelino Kubitschek, no grau COMENDADOR, e é padrinho de consagração das APAES do Estado do Rio, pelos feitos e apoio nos últimos 12 anos à instituição. Foi subsecretário de Esportes em Rio das Ostras entre 2012 a 2015 e secretário de esportes de Campos dos Goytacazes no período de 2017 a 2019 (NOSSO ESPORTE, 2020).

#### 6.2.6 Voleibol, futsal, tênis, handebol e lutas

Além das modalidades citadas, Campos também tem representação em outras modalidades esportivas, muitas delas também tiveram seu auge, outras ainda continuam presentes no dia-a-dia do campista. Muitos dos clubes citados anteriormente também possuíam equipes de Voleibol, Futsal (inicialmente conhecido por Futebol de Salão), Tênis, Handebol, lutas entre outras.

O voleibol, como tantas modalidades esportivas, sempre esteve presente no cotidiano de Campos. Nos anos de 1940, a prática da modalidade se dava basicamente no ambiente escolar. Posteriormente, a mesma começou a ser desenvolvida em clubes da cidade. Pode-se destacar, nesta modalidade, a sua primeira grande conquista nos Jogos Estudantis do Estado do Rio de Janeiro, em sua primeira versão, realizado em 1943, no qual a equipe de Voleibol masculino do Liceu de Humanidades foi campeã estadual estudantil. Além deste título, outras equipes de Campos conquistaram importantes títulos em nível estadual, como o Automóvel Clube, que foi campeão masculino do interior na década de 1960 e foi vice-campeão estadual em Friburgo no ano de 1967. Outras conquistas surgiram com o Voleibol campista. Em 1997 e 2004, a equipe da AABB/CAMPOS foi campeã e vice-campeã estadual em 2009 e 2019, respectivamente, e terceira colocada no estadual em 2020. As últimas conquistas do Voleibol da Campos foram obtidas pela equipe Fera/IFF/Campos, campeã da Copa Norte-Noroeste, da Copa Jumper e da Liga B da Liga de Voleibol do Estado do Rio de Janeiro (LIVERJ) em 2019 e da Taça dos Campeões da LIVERJ em 2020 (BERRIEL, 2020).

A versão mais aceita da origem do Futsal é a de que o futebol de salão teve seu início no Uruguai, quando começou a ser praticado na década de 1930 em Montevideo, na Associação Cristã de Moços (ACM). Outra versão - e essa é brasileira - é que a modalidade surgiu em decorrência da dificuldade de encontrar campos de futebol livres para a prática do esporte. Uma solução encontrada foi usar as quadras de basquetebol e de hóquei para jogar futebol; tudo isso aconteceu também na (ACM) de São Paulo, na década de 1940 (UNIOESTE, 2020).

O Futebol de Salão (Futsal) começou a se destacar em Campos a partir da construção do "Ginásio Olavo Cardoso", em 1950, onde aconteciam os torneios de Futsal entre as várias equipes campistas. Buscando fazer frente às demais equipes da cidade, o Ouro-azul buscou atletas em outras equipes para transferi-los à sua agremiação, dando início à modalidade no clube, passando a brigar pela hegemonia do Futsal em Campos com os clubes C. R. Rio Branco, Ferroviários e Tênis Clube. No ano de 1969, o Ouro-Azul conquistou o tricampeonato campista de Futsal, firmando-se como uma das melhores equipes de Campos (SANTAFÉ, 2006).

Chamado pelos franceses de "jeu de paume" (jogo da palma), os monges o disputavam o Tênis em ambientes fechados, que foram os primeiros registros do surgimento do Tênis de quadra. O inglês Walter Wingfield é considerado o criador do Tênis, pois foi quem escreveu as primeiras regras oficiais do esporte em 1873. Essas regras sofreram poucas alterações ao longo dos anos. Pouco tempo depois, em 1877, o Torneio de Wimbledon foi realizado pela primeira vez. A partir deste evento, a padronização se tornou obrigatória para que atletas do mundo todo pudessem competir (DANTAS, 2020).

A modalidade de Tênis em Campos iniciou-se mais efetivamente a partir da construção da quadra de Tênis do Automóvel Clube Fluminense, nos anos de 1944. Antes disso, os praticantes da modalidade precisavam se deslocar até as quadras do Queimado para jogar e, inclusive, muitos jogavam na madrugada. Posteriormente, com a cobertura da quadra de Tênis cimentada do Automóvel Clube, muitas competições foram realizadas, não só de Tênis, mas também de Futsal. O Tênis em Campos não fica restrito aos clubes; muitas academias oferecem a modalidade, bem como escolinhas especializadas. As quadras de cimento foram substituídas pelo saibro, ficando aquelas restritas a alguns condomínios pela questão da variedade de esportes que podem ser praticados na mesma.

Muito se escreveu sobre esportes, principalmente coletivos, mas as artes marciais (lutas) que são um conjunto de técnica de luta individual, também são de grande importância para o desenvolvimento da cultura esportiva do campista. Podem-se destacar as modalidades de Taekwondo, Jui-Jitsu e o Judô.

No Taekwondo, alguns atletas desta modalidade já disputaram seletivas para mundiais e Olimpíada. O Jiu Jitsu de Campos é referência no esporte, sede de equipes renomadas no Estado como a Nova União, a Aliance, a Tawanda, a Appolo, que é o berço de campeões como Ari Santos, atleta que tem sido destaque no MMA. Além disso, promove diversas atividades relacionadas à prática do esporte, como Campeonatos, Congressos e Projetos Sociais. A cidade tem um Judô bastante competitivo. Desde o ano de 2005, a modalidade vem apresentado um avanço técnico e melhorando significativamente sua posição no ranking estadual. Em 2009 e 2010, a equipe Projex-ADFL (Associação Desportiva Fernandes Leandro) trouxe dois títulos inéditos de campeonato por equipe no circuito estadual e títulos sul-americanos, colocando o nome da cidade nos anais do esporte campista. Muitas outras artes marciais são praticadas em Campos, como Kung Fu, Caratê, Aikidô, Krav Magá e Muay Thai, as quais também são apreciadas por muitos campistas.

# 6.3 A POLÍTICA PÚBLICA DE ESPORTE NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES NO CONTEXTO HISTÓRICO

# 6.3.1 Legislações de esporte e lazer do município de Campos dos Goytacazes

A Constituição Federal de 1988 descreve que o esporte e o lazer são direitos de todos os cidadãos brasileiros. Esses mesmos direitos devem ser partes integrantes da Lei Orgânica Municipal (LOM), que dá autonomia aos municípios de legislar e fiscalizar as políticas públicas de esporte e lazer, como descrito no artigo 29 da Constituição Federal do Brasil.

Aproveitando a promulgação da Constituição Federal em 1988, considerada uma das mais modernas da época, a primeira LOM de Campos dos Goytacazes pós constituinte, não ficou para trás, pelo contrário, passou por atualizações e foi promulgada no dia 28 de março de 1990. A segunda LOM pós constituinte foi revisada e promulgada em 29 de agosto de 2014, onde há uma seção específica sobre o desporto e o lazer. Nesta seção, de número III, o desporto e o lazer são um direito de todos, cabendo ao lazer proporcionar uma integração social de seus usuários.

A prioridade dos recursos destinados ao desporto e ao lazer, devem levar em consideração primeiramente o esporte educacional, o esporte comunitário, e posteriormente, o esporte de alto rendimento; segundo: o lazer popular; terceiro: a construção e manutenção de espaços devidamente equipados: quarto: é necessário a promoção, estímulo e orientação à prática da educação Física; quinto: adequação (acessibilidade) dos espaços existentes, para a prática de esportes para pessoas com deficiência, de idosos e das gestantes, de maneira integrada aos cidadãos, de acordo com o artigo 241 da LOM. Sendo este, muito alinhado com os dizeres da Constituição

Federal. (CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2014, p. 60).

Uma das prioridades é a democratização e a inclusão do cidadão nos espaços públicos de esporte e lazer, possibilitando a adaptação desses espaços aos cidadãos com deficiências, aos idosos e crianças. Ao fomentar o lazer, priorizando as raízes culturais do município e região, esta LOM de 29 de agosto de 2014 apresenta-se de forma humanista, onde o lazer popular é o foco.

Outra importante ação do município de Campos foi a criação da Fundação Municipal de Esportes (FME) em 01 de janeiro de 1997. Sua atividade econômica principal é apoiar atividades de associações de defesa de direitos sociais. É a partir dela que ocorre o gerenciamento das políticas públicas de esportes em Campos dos Goytacazes. Quando da criação da FME, a mesma pouco gerenciou ou foi o agente promotor das políticas de esporte. No ano de 2004, seis leis foram criadas autorizando o Poder Executivo Municipal a firmar convênios com vários clubes e associações esportivas para o repasse de verbas para estas entidades. Sete anos se passaram até o município de Campos dos Goytacazes ter uma Lei municipal voltada para o esporte e o lazer. Somente em 30 de junho de 2011, foi sancionada a Lei municipal nº 8.240 de 2011 da Política Municipal de Esportes e Lazer que define em seu artigo I:

A Política Municipal do Esporte e Lazer de Campos dos Goytacazes tem a finalidade de estimular, desenvolver e fomentar, práticas de esporte, lazer e atividades físicas para o desenvolvimento de potencialidades do ser humano e de qualidade de vida, visando bem-estar, promoção social e inserção na sociedade, consolidando sua cidadania. (CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2011, p. 1).

O município também a partir da Lei municipal n° 8.240 se compromete em estimular e apoiar as instituições da comunidade dedicadas às práticas esportivas, mas, ao mesmo tempo, é vedada a subvenção a entidades desportivas profissionais. Desta forma, a LOM de 29 de agosto de 2014, em seu artigo 241 no §1°, não permite incentivos com recursos financeiros a entidades que participam de competições esportivas oficiais.

#### **6.3.2** O Conselho Municipal de Esportes

A criação dos Conselhos Municipais de Esporte foi sugerida e legitimada pela Constituição Federal de 1988, a qual formalizou a participação e representação política da sociedade em várias instâncias de decisão e oportunizou aos municípios autonomia a partir da

participação efetiva na coordenação e execução das políticas públicas, desenvolvendo modelo de gestão participativa da comunidade nas decisões locais, consolidando desta forma um pacto federativo.

A autonomia político-administrativa dos entes federativos foi consolidada no artigo 18 da Constituição Federal, estabelecendo que a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos (BRASIL, 1988).

Seguindo as recomendações da Constituição Federal, o município de Campos dos Goytacazes cria o Conselho Municipal de Esportes (CME) através da Lei nº 8286 de 16 de dezembro de 2011, sancionada pela então prefeita Rosinha Garotinho. Em seu Art. 1º, destaca que o CME é de caráter consultivo, tendo como finalidade fomentar políticas públicas e implementar ações destinadas ao fortalecimento das atividades esportivas e de lazer no município. No Art. 2º, estabelece que o desporto municipal abrange atividades formais e não formais obedecendo às normas gerais desta Lei, inspiradas nos fundamentos constitucionais do estado democrático de direito. A prática desportiva formal é regulada por normas nacionais e pelas regras internacionais aceitas em cada modalidade. A prática desportiva não formal é caracterizada pela liberdade lúdica de seus praticantes e abrange as atividades de recreação e lazer, desde que desenvolvida de forma predominantemente física, não desconsiderando os jogos de raciocínio. Esta Lei determina as competências do CME, como estabelecer prioridades e fiscalizar a aplicação orçamentária destinada à Política Municipal de Esportes e Lazer, porém não permite ao mesmo que se delibere ações, exercendo somente o caráter consultivo.

O CME, de acordo com o regimento interno, deve ser composto obrigatoriamente por 14 membros titulares e seus respectivos suplentes, sendo 7 membros representando a gestão municipal e 7 membros da sociedade civil organizada. Vale destacar que nesta composição dos representantes da sociedade civil, uma vaga deve ser destinada ao Conselho Regional de Educação Física (CREF), que indicará o seu representante. O mandato dos conselheiros é de 2 anos (CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS, 2014). Embora a paridade do número de membros do conselho, 7 a 7, o seu caráter consultivo limita a atuação do mesmo nas ações de implementação de políticas públicas de esporte e lazer no município, cabendo ao gestor municipal aceitar ou não as recomendações deste conselho.

# 6.3.3 Programa Bolsa-atleta

Seguindo os passos do Governo Federal com a criação do programa Bolsa-Atleta, pela Lei nº 10.891 de 09 de Julho de 2004, e visando fomentar e dar mais visibilidade ao esporte de Campos, foi criado o programa Bolsa-Atleta do município de Campos dos Goytacazes aprovado pela Lei nº 7.780 de 30 de novembro de 2006, sendo posteriormente atualizado pelo decreto nº 101/2013. No ano de 2014, foi aprovada a Lei nº 8.547 de 03 de abril que instituiu o novo programa Bolsa-Atleta, revogando expressamente a lei nº 7.780 de 30 de novembro de 2006 e o decreto nº 101/2013 (CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2014).

Este programa é destinado aos atletas nascidos ou residentes no Município de Campos dos Goytacazes atendendo às modalidades olímpicas, paraolímpicas e não olímpicas constantes dos programas da Fundação Municipal de Esportes, com prioridade àquelas em que o Município vem representando em eventos oficiais de âmbito municipal, estadual, nacional e internacional, e, ainda, a organização e o incentivo às atividades de lazer comunitário, programas para pessoas com deficiência e da terceira idade. Este apoio financeiro, técnico e material a atletas e paratletas, não profissionais, contempla também o mesmo valor aos respectivos guias e técnicos, por meio da Fundação Municipal de Esportes. Este programa tem a duração de nove meses. A idade mínima para solicitar o benefício é de 12 anos.

No Art. 7°, a Bolsa Atleta Municipal será concedida para atletas, paratletas, guias e técnicos:

- I De modalidades individuais ou coletivas que integrem a seleção nacional da modalidade esportiva, ou que tenham participação em competições Mundiais, nas suas respectivas federações, confederações, etc.:
- a) Atletas e paratletas até R\$ 2.000,00 (dois mil reais);
- b) Técnicos e guias até R\$ 2.000,00 (dois mil reais).
- II De modalidades individuais ou coletivas que tenham participado de competições Pan Americanos ou Sul-americanos, mais recentes ou que tenham obtido índice para participar dos próximos:
- a) Atletas e paratletas até R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais);
- b) Técnicos e guias até R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).
- III De modalidades individuais ou coletivas que tenham participantes de competições nacionais e/ou integrantes do ranking nacional da modalidade:
- a) Atletas e paratletas até R\$ 1.000,00 (um mil reais);
- b) Técnicos e guias até R\$ 1.000,00 (um mil reais).
- IV De modalidades individuais ou coletivas que tenham participantes de competições municipais, regionais e estaduais:
- a) Atletas e paratletas até R\$ 500,00 (seiscentos reais);
- b) Técnicos e guias até R\$ 1.000,00 (um mil reais).
- § 1º Os valores individuais a serem repassados aos atletas, paratletas, guias e técnicos serão definidos pela Comissão avaliadora do Programa Bolsa Atleta, nos limites estabelecidos nos incisos do art. 6º da presente Lei, considerando histórico do atleta, modalidade, conquistas históricas, competições, medalhas, troféus, categoria na qual se encontra inscrito e a importância do atleta e da modalidade na programação da

Fundação Municipal de Esportes. (CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2014).

A concessão da Bolsa-Atleta é individual, eventual, temporária e perdurará enquanto o beneficiado atender às condições estabelecidas nos critérios de avaliação. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta dos recursos orçamentários do Fundo Municipal de Esporte ou da Fundação Municipal de Esportes do Município de Campos dos Goytacazes. Os beneficiados pela Bolsa Atleta deverão prestar contas relativas ao plano de trabalho através de relatório das atividades desenvolvidas nos prazos fixados em regulamento. A gestão da Bolsa Atleta será exclusiva da Fundação Municipal de Esportes. O Programa Bolsa Atleta, da Fundação Municipal de Esportes, beneficiou mais de 1.500 atletas, paratletas e técnicos durante toda sua existência (FERNANDES, 2015; BARRETO, 2016).

Devido à redução da arrecadação municipal e à diminuição dos repasses dos royalties, o programa Bolsa Atleta foi interrompido no período de 2017 a 2020.

## 6.3.4 A estrutura organizacional da Fundação Municipal de Esportes – FME

A partir do Decreto n° 80/2015 o esporte campista foi vinculado à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes (SMECE). Segundo informações do gestor da pasta, essa vinculação ocorreu em razão da relação do esporte com a educação e em razão da importância do trabalho conjunto e complementar entre as pastas. Para o presidente da FME, o objetivo é oportunizar as crianças e adolescentes a prática de atividades esportivas durante o contra turno escolar (FME, 2018). Isso se dá por meio de uma ação conjunta entre a SMECE, escolas, centros esportivos e Fundação Municipal do Esporte (FME) – que realiza o trabalho de coordenação da área do esporte. À FME são atribuídas as seguintes funções e competências:

- I Definir e implementar as políticas municipais de esportes e lazer, em consonância com as diretrizes estabelecidas no plano de governo, nas legislações municipal, estadual e federal pertinentes e observando ainda, as orientações e as deliberações do Conselho Municipal de Esporte;
- II Definir e implementar as políticas de esportes e lazer para democratizar o acesso ao esporte e lazer no Município;
- III Orientar sobre o gerenciamento dos recursos financeiros alocados no Fundo Municipal de Esportes;
- IV Coordenar a realização de projetos, eventos, atividades e expressões de cunho esportivo e de lazer;

- V Propor e gerenciar convênios com instituições públicas ou privadas em consonância com os objetivos que definem as políticas de esporte e lazer;
- VI Coordenar outras atividades destinadas à consecução de seus objetivos;
- VII Realização de outras atividades correlatas.

E, para o desenvolvimento do trabalho, a FME conta com os seguintes equipamentos públicos esportivos:

- Sete Centros Escola Dos Esportes (CEDEs);
- Uma Sede da Fundação, espaço com estrutura de quadras, piscinas e sala para aulas de artes marciais, dança e ginástica;
  - Cerca de 50 campos de futebol amador;
  - Praças Públicas (Jardim São Benedito, Praça Santo Antônio e Praça da Lapa).

# 6.3.5 Programa Viva o Esporte

A nomenclatura "Viva o Esporte" é muito utilizada para indicar o desenvolvimento de programas de esportes em vários municípios brasileiros, não é uma exclusividade de Campos dos Goytacazes. Outros termos utilizados com o mesmo propósito são: "Viva o esporte, viva a cidade" e "Viva Esporte". A Fundação Municipal de Esporte – FME de Campos dos Goytacazes utilizou o nome Viva o Esporte, exatamente para difundir sua política pública de esportes no período de 2017 a 2020. Segundo o presidente da FME, o esporte de Campos, principalmente o esporte destinado para crianças em idade escolar, ficou de lado pelas gestões anteriores. Não massificaram a prática esportiva para as crianças, há 25 anos que não se realizava os Jogos Escolares de Campos – JEC's, as competições de natação do município que eram tradicionais, também foram interrompidas. A inclusão do esporte no cotidiano dos jovens produz benefícios individuais e sociais

Diante da relação do esporte com a qualidade de vida e com o bem-estar do indivíduo e, das demandas crescentes da sociedade pelo direito ao esporte, as gestões municipais não podem prescindir da política esportiva. Nesse sentido, a partir da nova gestão municipal, em 2017, deu-se início as ações da política pública de esporte no município denominada Viva o Esporte. A partir da sua implementação, a prefeitura deixou de financiar entidades privadas e passou a ser o responsável pela promoção do esporte de base no município.

O Programa Viva o Esporte tem como prioridade atender alunos da rede pública de ensino, mas também recebe cidadãos interessados em alguma prática esportiva, mesmo que não

estejam matriculados em alguma escola. O Programa atende pessoas de todas as faixas etárias e necessidades diferenciadas, recebe crianças a partir dos seis anos de idade, jovens, adultos e idosos.

Os objetivos do programa de acordo com a Fundação Municipal de Municipal de Esporte são:

Disponibilizar à população de Campos dos Goytacazes práticas esportivas, esportes adaptados e de atividades físicas de forma gratuita, de qualidade e com responsabilidade a todas as faixas etárias;

Oferecer práticas esportivas educacionais que contribuam para o desenvolvimento nos aspectos físico, cognitivo e social;

Oportunizar a partir da prática esportiva uma mudança no estilo de vida do praticante, tornando-o mais ativo;

Disponibilizar o maior número possível de modalidades esportivas e atividades físicas para os interessados;

Organizar a prática de modalidades esportivas para crianças, adolescentes de 6 a 17 anos, como também para as demais faixas etárias;

Desenvolver o esporte educacional e o paradesporto.

Além desses objetivos, a FME pretende com a criação do Viva o Esporte dinamizar o uso dos espaços públicos de esporte e lazer como praças públicas, quadras esportivas, espaços de prática de esportes e atividades físicas e demais instalações esportivas públicas (FME, 2018).

# 7 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo serão discutidos e analisados os dados encontrados durante a realização da avaliação a partir de informações obtidas em documentos oficiais, jornais, sites, questionários e entrevistas com professores das modalidades que atuaram no programa Viva o Esporte, além do presidente da Fundação Municipal de Esportes de Campos dos Goytacazes – FME - no período de 2017 a 2019.

Dando início à análise dos dados do estudo e respondendo ao primeiro item dos objetivos específicos, apresentamos os dados relativos ao público participante das atividades desenvolvidas pela FME de Campos dos Goytacazes nos anos de 2017, 2018 e 2019.

O público participante das atividades esportivas e atividades físicas foi de 21.000 pessoas/atendimentos, sendo composto basicamente por estudantes das redes públicas e privadas de ensino, com idade variando entre 6 e 17 anos, totalizando 68,9% dos atendimentos; seguidos dos adultos com idade variando de 18 a 59 anos, totalizando 14,6%; dos idosos, acima de 60 anos, totalizando 11,7% dos atendimentos; e dos participantes do Paradesporte (esporte adaptado), que contabilizou uma participação 4,8%, como descrito na tabela 1.

Tabela 1 - caracterização do público participante das atividades esportivas e atividades físicas da FME

Público	Atendimentos	%
Estudantes (6 a 17 anos)	14.467	68,9%
Adultos (18 a 59 anos)	3.066	14,6%
Idosos (60 anos ou mais)	2.458	11,7%
Paraesporte (crianças, jovens e adultos)	1.009	4,8%
Total	21.000	100%

Fonte: Elaboração própria com dados da FME, Campos dos Goytacazes, 2020.

É necessário esclarecer que o número apresentado, de aproximadamente 21.000 atendimentos/participantes, caracteriza-se pelo atendimento nas atividades em si, não o número

de pessoas, ou seja, se uma pessoa participa em mais de uma atividade, o valor atribuído para esta pessoa será o total de participações. Ex. para uma pessoa participa em três atividades são computados três atendimentos (SIQUEIRA, 2019).

A partir das informações obtidas em entrevista com o presidente da FME referente ao número de participantes, o mesmo informou que este número foi possível em decorrência de uma campanha nas escolas públicas e privadas, utilizando vários meios de divulgação como: redes sociais, matérias jornalísticas, entrevistas em rádios locais, envio de mensagens de textos para os pais cadastrados na rede pública de ensino e confecção e distribuição de panfletos. Isso está em conformidade com as orientações descritas na LOM da Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes (2014), em seu Art. 241, cuja prioridade dos recursos destinados ao desporto e ao lazer devem levar em consideração primeiramente o esporte educacional, o esporte comunitário e, posteriormente, o esporte de alto rendimento. É importante também, adequação (acessibilidade) dos espaços existentes à prática de esportes para pessoas com deficiência, idosos e gestantes, de maneira integrada aos cidadãos.

Cabe destacar aqui a implementação do Paraesporte, atividade esportiva adaptada para pessoas com deficiência que, no transcorrer dos três primeiros anos de seu desenvolvimento, atingiu uma marca de mais de 1.000 atendimentos. Um retrato muito diferente do encontrado por Caravage e Oliver (2018) em um estudo realizado sobre a política pública para a pessoa com deficiência de um município do estado de São Paulo, onde analisaram o processo de sua implementação relacionada à dinâmica política (*politics*). Observaram que, nos programas esportivos que atendem a população em geral, quase não há participação de pessoas com deficiência e, quando estes participam, sendo esta uma atividade inclusiva, os mesmos esbarram em barreiras arquitetônicas, ou seja, espaços públicos de esporte e lazer sem acessibilidade.

Em entrevista com o coordenador do Paraesporte, este número atingido de atendimentos garantiu ao projeto Paraesporte um destaque na mídia local e estadual. "Não trabalhamos somente com atividades esportivas, mas sim, com a inclusão social por meio do esporte" (COBOSKI, 2019).

Na sequência, abordaremos o tema parcerias/convênios realizadas pela FME nos anos e 2017, 2018 e 2019. Os dados são apresentados nas tabelas 2, 3 e 4, cada uma correspondente a um ano de atividades. É importante destacar que algumas parcerias tiveram continuidade por mais de um ano; desta forma, as mesmas se repetem em mais de uma tabela.

Tabela 2 - Parcerias da FME para o desenvolvimento da política pública de esporte em 2017

Entidade Parceira	Tipos de Atividades	Local
Clube Náutico	hidroginástica, natação, futsal, vôlei, dança	Farol de São Thomé
Automóvel Clube	Basquetebol e futsal	Automóvel Clube
Tênis Clube	Natação	Tênis Clube
Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL	Incentivar a prática esportiva e adaptada	Vários locais de práticas da FME
Fundação Municipal da Infância e da Juventude – FMIJ	Incentivar a prática esportiva e adaptada Para os internos	Vários locais de práticas da FME
Federação de Ciclismo do Estado do Rio de Janeiro (FECIERJ)	Incentivo ao ciclismo e ao uso da bicicleta – Prova de ciclismo	FME e vias públicas
Clubes de Futebol: Americano, Goytacaz e Roxinho	Apoio logístico para disputa do estadual	Estádio Arizão
Federação Aquática do Estado do Rio de Janeiro	Sediar etapa do estadual de natação	Piscinas da FME, IFF, Tênis Clube
Educandário São José Operário	Prática esportiva em diversas modalidades	FME
Instituto Federal Fluminense – IFF	Prática esportiva e utilização dos espaços	IFF Campus Campos Centro
Americano Futebol Clube	Paraesporte – Futebol Feminino	Campo da FME
Sicoob	Projeto social de Vôlei de Praia	FME

Fonte: Elaboração própria com dados da FME, Campos dos Goytacazes, 2017.

Na tabela 2, observamos que a FME realizou 12 parcerias com entidades públicoprivadas como: clubes e associações esportivas, federações esportivas, instituições de ensino público e instituições privadas. Essas parcerias objetivaram a disseminação da prática esportiva para dosos os munícipes, crianças, adolescentes, adultos e idosos, além das atividades paraesportivas que atendem as pessoas com deficiência. Essas parcerias/convênios realizados pela FME, está em conformidade com LOM (2014), a qual contempla que: "o município também estimulará e apoiará as instituições da comunidade dedicadas às práticas esportivas".

Muitas destas parcerias tiveram contrapartidas de ambos os envolvidos. A contrapartida da FME, em algumas parcerias, foi a revitalização dos espaços de práticas esportivas em troca do uso dessas instalações para os projetos esportivos da FME nas mais variadas modalidades. Outra forma de contrapartida da FME foi contribuir com a logística para a realização das atividades, como cessão de profissionais de educação física, empréstimo de materiais esportivos, equipamentos de som, equipes de saúde, ambulância e a premiação em medalhas para os competidores. A contrapartida de algumas empresas foi a aquisição de material esportivo e o custeio de despesas referente a prática da modalidade e possível participação dos atletas da FME em eventos fora do município de Campos. Esse tipo de parceria realizada pela FME com as entidades listadas na tabela 2. A forma com que as parcerias foram efetivadas possibilitou à FME um baixo custo com a realização das atividades esportivas no ano de 2017. O presidente da FME destaca a importância das parcerias/convênios com as mais diversas

entidades público-privadas, salientando que o município tem que ser o agente "promotor" ou "instigador" das ações, não podendo ser o único responsável por elas, mas estar junto a parceiros com o mesmo propósito: fomentar o esporte e as práticas esportivas em Campos Além disso, as parcerias contribuíram para uma redução dos custos da FME no desenvolvimento desta política.

Todos os eventos estão disponíveis na página da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes: https://www.campos.rj.gov.br/ (SIQUEIRA, 2020).

Tabela 3 - Parcerias da FME para o desenvolvimento da política pública de esporte em 2018

Entidade Parceira	Tipos de Atividades	Local
Clube Náutico	hidroginástica, natação, futsal, vôlei, dança	Farol de São Thomé
Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL	Incentivar a prática esportiva e adaptada	Vários locais de práticas da FME
Automóvel Clube	Basquetebol e futsal	Automóvel Clube
Tênis Clube	Natação	Tênis Clube
Fundação Municipal da Infância e da Juventude – FMIJ	Incentivar a prática esportiva e adaptada para os internos	Vários locais de práticas da FME
Instituto Federal Fluminense IFF	Prática esportiva e utilização dos espaços	IFF – Campos Centro
Sicoob	Projeto social de Vôlei de Praia	FME
Federação Aquática do Estado do Rio de Janeiro	Sediar etapa do estadual de natação	Piscinas da FME, IFF, Tênis Clube
Educandário São José Operário	Prática esportiva em diversas modalidades	FME
Federação Estadual das APAES – RJ	Sediar a VII Olimpíadas Estaduais das APAES	Vários Locais da cidade
Corpo de Bombeiros	Atividades esportivas, ambientais e de lazer	Farol de São Thomé
Delegados da Polícia Federal -	Atividades esportivas e de	Avenida Arthur
Federal Kids	lazer	Bernardes
SESC Verão alô Farol 2018/19	Arena de esportes e eventos culturais e artísticos	Farol de São Thomé

Fonte: O autor com dados da FME, Campos dos Goytacazes, 2018.

No ano de 2018, foram realizados 13 convênios e novas parcerias foram realizadas pela FME para ampliação das atividades esportivas e de lazer. Desta forma, foi possibilitado um incremento no número de atividades e, consequentemente, um número maior de participantes. Neste ano, alguns destaques são importantes serem mencionados: Federação Estadual das APAES-RJ e Verão Alô Farol 2018/19. Este último teve uma cobertura muito intensa da mídia, tendo em vista as atrações artísticas e também a presença de várias personalidades esportivas dos mais variados esportes durante a temporada de verão. Essa mesma atenção da mídia não ocorreu no transcorrer do ano durante a realização das atividades do Programa Viva o Esporte sendo realizadas apenas matérias pontuais. Afinal, os demais convênios foram importantes? É

necessário que todas as atividades desenvolvidas tenham o mesmo tratamento ou o mais próximo disso. Todas as ações devem ser valorizadas e o somatório de todas é que possibilita o sucesso do programa.

Algumas parcerias do ano de 2017 tiveram continuidade no ano seguinte, como a parceria com o SESC no projeto Verão Alô Farol, 2018/19, onde a contrapartida da FME foi a montagem da estrutura para a realização dos eventos esportivos e culturais, destacando-se os shows musicais e da utilização dos profissionais de educação física e estagiários da FME para o desenvolvimento dos eventos esportivos e de lazer.

Novamente, alguns eventos esportivos tiveram a presença de personalidades de alguns esportes, sendo destaque o jogador Júnior Negão da seleção brasileira de futebol de areia. A vinda dele e de outros profissionais do esporte foram custeadas pelo SESC, bem como a contratação de bandas e cantores de expressão nacional (NF NOTÍCIAS, 2019). A programação incluiu shows gratuitos com vários artistas nacionais (G1, 2018).

Tabela 4 - Parcerias da FME para o desenvolvimento da política pública de esporte em 2019

Entidade Parceira	Tipos de Atividades	Local
Clube Náutico	hidroginástica, natação, futsal, vôlei, dança de salão e de ritmos	Farol de São Thomé
Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL	Incentivar a prática esportiva e adaptada	Vários locais de práticas da FME
Automóvel Clube	Basquetebol e futsal	Automóvel Clube
Tênis Clube	Natação	Tênis Clube
Corpo de Bombeiros	Atividades esportivas, ambientais e de lazer	Farol de São Thomé
Instituto Federal Fluminense IFF	Prática esportiva e utilização dos espaços	IFF – Campos Centro
Sicoob	Projeto social de Vôlei de Praia	FME
Federação Aquática do Estado do Rio de Janeiro (FARJ)	Sediar etapa do estadual de natação	Piscinas da FME, IFF, Tênis Clube
SESC Verão alô Farol 2019/20	Arena de esportes e eventos culturais e artísticos	Farol de São Thomé
Federação de Ciclismo do Estado do Rio de Janeiro (Fecierj)	Etapa do Estadual de Mountain Bike e a Copa Patesko de Ciclismo	Lagoa de Cima Vias públicas de Campos
Academia Nova Estação	Treinamento da equipe de natação da FME	Academia Nova Estação
Delegados da Polícia Federal - Federal Kids	Atividades esportivas e de lazer	Avenida Arthur Bernardes
ONG Rema Campos	Esportes Náuticos – remo e vela	Lagoa de Cima e Rio Paraíba do Sul

Fonte: O autor com dados da FME, Campos dos Goytacazes, 2019.

A parceria com o SESC foi mantida para o projeto Verão Alô Farol 2019/20. Desta vez, as personalidades esportivas que estiveram presentes no Farol de São Thomé foram: o ex-

técnico da seleção brasileira de Vôlei, Bernardinho; a ex-jogadora brasileira de vôlei, Jaqueline Silva; o tetracampeão de futevôlei Anderson Águia e o jogador Djalminha, além dos jogadores de frescobol Vinicius Lira e Luiz Negão; o hexacampeão mundial de Skate Sandro Dias, "Mineirinho" (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2020). Percebe-se que a vinculação das personalidades esportivas nestes eventos promovidos pela FME obteve uma cobertura da mídia muito maior que a de outros eventos realizados pela mesma, mas que não tiveram a presença de esportistas famosos; podemos, assim, constatar o "poder" que a mídia, principalmente dos canais de televisão e das redes sociais e demais meios de comunicação pela internet possui na divulgação e promoção de eventos. As matérias contendo as personalidades esportivas do país triplicaram em relação aos outros eventos nos quais não houve a participação de uma personalidade ou nome representativo do esporte. Não só por conta da intervenção da FME, mas os próprios órgãos de comunicação se encarregaram desta propagação de notícias. Para entender melhor isso, Mussa (2010, p. 8) comenta: "os grandes nomes esportivos sempre foram destaque dentro da sociedade, desde muito cedo o esporte ocupou espaço de importância na mídia e, em consequência disso, seus expoentes se tornaram objetos de destaque".

Outras parcerias foram importantes para o desenvolvimento do esporte em Campos, como a realizada junto à CDL com o propósito de incentivar a prática esportiva juntamente com a pessoa com deficiência. Outras duas parcerias com as federações esportivas, aquática e de ciclismo, possibilitaram a vinda de vários atletas de outros municípios do estado para disputarem etapas do estadual de natação e de ciclismo em Campos. Além disso, possibilitaram que os atletas locais pudessem participar de eventos a nível estadual.

Ainda abordando os objetivos específicos, vamos apresentar os dados sobre os eventos esportivos realizados pela FME. Abordaremos primeiramente a modalidade de natação, sendo esta a modalidade com maior número de participantes dentre as modalidades oferecidas, aproximadamente 2.500 praticantes (SIQUEIRA, 2019).

Na tabela 5, são apresentados os eventos realizados pela FME nos anos de 2017, 2018 e 2019. Tendo em vista as restrições impostas pela Pandemia no mês de março de 2020, as atividades presenciais foram interrompidas exatamente duas semanas após o início do calendário esportivo. Por conta das restrições e recomendações da OMS e de decretos estadual e municipal, no restante do ano de 2020, nenhuma atividade esportiva presencial foi promovida pela FME, visando a participação e inclusão de seus usuários.

Tabela 5 - Realização de eventos de natação pela FME nos anos de 2017 a 2019

N	Competição	Participantes	Local	Ano
0	T	<b>.</b>		
1	Travessia de Natação Lagoa de Cima	10	Iate Clube – Campos	2017
2	IV Etapa do Circuito de Natação da FARJ	20	AABB – Campos	2017
3	III Etapa do Estadual de Natação da FARJ	100	IFF Campus Campos Centro	2017
4	Campeonato Campista de Natação e Paranatação	55	IFF - Campus Campos Centro	2018
5	Festival de Natação - Dia das crianças	120	AABB – Campos	2018
6	I InterCEDE – Centro Escola de Esportes	300	AABB – Campos	2018
7	Jogos Estudantis de Campos – JECs		IFF - Campus Campos Centro	2018
8	I Circuito Aberto de Natação Lagoa de Cima	20	Iate Clube – Campos	2018
9	I Festival de Natação da Regional Norte Noroeste das Olimpíadas Especiais Brasil (OEB)	100	AABB – Campos	2019
10	II InterCEDE – Centros Escola do Esporte	300	AABB – Campos	2019
11	Jogos Estudantis de Campos – JECs		AABB – Campos	2019
12	Campeonato Campista de Natação e Paranatação	60	AABB – Campos	2019
13	Travessia de Natação Lagoa de Cima	22	Iate Clube – Campos	2019

Fonte: O autor com dados da FME, Campos dos Goytacazes, 2019.

No ano de 2017, a FME promoveu 3 eventos de natação, sendo um Campeonato Aberto de Natação (Travessia de Natação Lagoa de Cima) e dois eventos do calendário estadual de natação, em parceria com Federação Aquática do Rio de Janeiro (FARJ). Esses eventos oportunizaram a participação dos praticantes da modalidade de natação, não sendo necessário ser um atleta federado ou filiado a um clube ou escolinha de natação. Qualquer pessoa ou nadador poderia participar das competições.

Em 2018, as atividades tiveram continuidade, ocorrendo um aumento nos eventos promovidos pela FME, juntamente com a inclusão da competição da Paranatação e a disputa da modalidade de natação nos Jogos Escolares de Campos (JECs).

Com o propósito de integração entre os praticantes da natação no município, foi criado o I InterCEDE, uma competição de natação entre os Centros Escola do Esporte (antigas Vilas Olímpicas), que reuniu 7 CEDE's com a participação de 150 atletas.

No ano de 2019, dentre as atividades realizadas, tivemos o 1º Festival de Natação da Regional Norte Noroeste das Olimpíadas Especiais Brasil (OEB). Um total de 100 atletas do Paraesporte de Campos participaram deste evento. A OEB só foi realizada em Campos tendo em vista o interesse pessoal do presidente da FME, pois o mesmo é embaixador das OEB no município e ex-atleta de natação. Em junho de 2019, a FME promoveu o II InterCEDE, evento de natação entre 7 Centros Escola do Esporte – CEDEs, projeto Paraesporte e a própria FME, objetivando divulgar a modalidade esportiva. O evento contou com a participação de 300 atletas. Somente neste ano, foram três eventos de natação para as pessoas com deficiência. A

participação em eventos esportivos é muito significativa, como analisa Peixoto Jr. (2015, p. 04):

A magia que envolve o esporte como um todo principalmente quando reúne muitas pessoas é fantástico! A emoção de um pai vendo um filho jogando futebol, um atleta se superando e completando uma prova, a união de equipes, a confraternização das pessoas, o espírito esportivo, tudo isso faz com que os eventos esportivos sejam imprescindíveis na vida das pessoas.

Figura 22 - Prova de natação - InterCEDE, 2019



Fonte: Campos dos Goytacazes, 2019.

Além do desenvolvimento de eventos de natação pela FME, a mesma também levou atletas do município para participarem em competições no estado do Rio de Janeiro e em outros estados brasileiros, como descrito na tabela 6.

São 16 piscinas que atendem a 2.500 alunos de todas as idades e que envolvem atividades de iniciação ao treinamento mais especializado (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2019).

Analisando as Tabelas 5 e 6, é possível identificar uma "atenção especial" com a modalidade de natação. Entre eventos realizados pela FME e outras entidades, totalizaram 30 eventos em três anos. Lembrando, que todos os eventos foram competitivos, com exceção do festival de natação – dia das crianças. Para um programa que pretende oportunizar e disseminar a prática da modalidade, esse número elevado de competições, descaracteriza o objetivo principal do programa. Há uma nítida valorização pela atividade de auto rendimento. Ao mesmo tempo, é importante que o aluno/atleta participe de competições no transcorrer de sua formação, não de maneira exacerbada, esse não é o foco. É claro, que o que chama a atenção na mídia, são os resultados, as conquistas, as medalhas e, é isso que muitos gestores querem. Uma vinculação do seu nome, do seu programa, com as conquistas dos "seus alunos/atletas". Neste quesito, mídia, essa gestão soube muito bem usar essa ferramenta.

Na sequência, serão apresentados os dados referentes à participação de atletas da FME em eventos promovidos por outras entidades.

Tabela 6 - Participação dos atletas de natação da FME em eventos promovidos por outras entidades - 2017/2019

N	Competição	Participantes	Local	Ano
0				
1	I Etapa do Circuito Unimed de Natação	60	Tênis Clube – Campos – RJ	2017
2	Travessia de Natação Lagoa de Cima	20	Iate Clube – Campos – RJ	2017
3	II Etapa do Circuito Unimed de Natação	100	IFF Campus Campos Centro – Campos	2017
4	Campeonato Estadual de Inverno	14	Parque Aquático do Fluminense – Rio de Janeiro	2017
5	VII Travessia Praia do Canto em Búzios	2	Búzios – RJ	2018
6	Campeonato Sudeste de Natação Mirim	5	Parque Aquático do Botafogo – Rio de Janeiro	2018
7	I Etapa do Circuito Estadual de Natação da FARJ	60	Tênis Clube – Campos – RJ	2018
8	Campeonato Estadual de Natação	20	Clube do Flamengo – Rio de Janeiro – RJ	2019
9	Campeonato Sudeste de Natação	20	Vitória – ES	2019
10	Circuito Estad. de Natação	20	Armação de Búzios – RJ	2019
11	6ª Etapa do Circuito Carioca Celebridades	10	Clube Vasco da Gama – Rio de Janeiro – RJ	2019
12	Campeonato Estadual de Natação de Inverno	17	Clube Vasco da Gama – Rio de Janeiro – RJ	2019
13	Campeonato de Inverno Mirim	17	Marina Barra Clube – Rio de Janeiro – RJ	2019
14	1º Meeting Brasileiro de Natação	5	Centro Paralímpico Brasileiro – São Paulo – SP	2019
15	Festival de natação SESI/Guarus	80	SESI – Campos – RJ	2019
16	II Etapa Região dos Lagos	10	Cabo Frio – RJ	2019
17	2ª Etapa do Circuito Celebridades Infantil ao Sênior	16	Olaria Atlético Clube – Rio de Janeiro – RJ	2019

Fonte: O autor com dados da FME, Campos dos Goytacazes, 2019.

No ano de 2017, a FME participou de quatro competições de natação realizadas por outras entidades, três delas foram realizadas em Campos e uma no Parque Aquático do Fluminense na cidade do Rio de Janeiro.

Em 2018, atletas da FME participaram em três competições: uma em Campos, na etapa do Estadual de Natação, e duas competições fora do município, sendo uma delas a tradicional etapa do campeonato estadual natação de inverno realizado no Parque Aquático do Botafogo na cidade do Rio de Janeiro.

A partir do convênio com o Tênis Clube, os atletas da natação foram inscritos junto à FME, a qual filiou todos (26 atletas) na FARJ para as competições do estadual de natação. É importante reforçar que estes atletas do Tênis Clube não faziam parte das atividades de natação da FME, ou seja, incluíram os atletas prontos e usaram o nome da FME como forma de propaganda do programa. Além do estadual de natação, os atletas participaram em outros dez eventos organizados por outras entidades: um na cidade de Campos e nove em outros municípios do Rio de Janeiro, além de Vitória e São Paulo. Atletas do Paraesporte participaram

do 1º Meeting Brasileiro de Natação, evento destinado ao paradesporto, realizado na Cidade de São Paulo.

Nas tabelas 7, 8 e 9, é possível verificar que além dos eventos de natação, outros eventos esportivos promovidos por outras entidades tiveram a presença de atletas que participam das atividades esportivas da FME de Campos no período de 2017 a 2019.

Tabela 7 - Participação de atletas da FME em eventos promovidos por outras entidades em 2017

Nº	Evento	Participantes	Entidade promotora	Local
1	II Campeonato Saldanha da	6	Federação de Tênis do	Campos – RJ
	Gama Infanto-juvenil Open de		Estado do Rio de Janeiro –	
	Tênis		FTERJ	
2	Estadual de Remo	8	Federação de Remo do	Rio de Janeiro –
			Estado do RJ - FRERJ	RJ
3	3° etapa do Circuito Brasileiro	2	Confederação Brasileira de	Palmas – TO
	Challenger de Vôlei de Praia		Voleibol – CBV	
4	Campeonato brasileiro de	2	Confederação Brasileira de	Maringá – PR
	Taekwondo - sub-21		Taekwondo CBTKD	
5	Copa Brasil Sudeste de Judô	28	Confederação Brasileira de	São José do Ubá
			Judô – CBJ	– RJ
6	Copa do Brasil de Futsal	10	Confederação Brasileira de	Ribeirão Preto -
	Down		Desportos para D. I	SP
7	1ª Liga de Futsal Norte e	20	Olimpíadas Especiais do	Búzios – RJ
	Noroeste Fluminense		Brasil – OEB	
8	Campeonato Brasileiro de	10	Confederação Brasileira de	São Paulo – SP
	futebol 5 – Cegos		Desportos de D. V.	

Fonte: O autor com dados da FME, Campos dos Goytacazes, 2017.

O município de Campos colaborou para que atletas de diversas modalidades participassem de eventos esportivos no estado do Rio de Janeiro e em outros estados brasileiros no ano de 2017, principalmente no auxílio do transporte desses atletas para os eventos. As modalidades contempladas neste ano foram: tênis, vôlei de praia, taekwondo, remo, judô, futsal Down e futebol 5 (modalidade para deficientes visuais). A equipe de futsal Down conquistou o quinto lugar no brasileiro da categoria; a equipe de remo ficou em terceiro lugar no estadual na categoria four skiff e o futebol 5 garantiu a vaga para o campeonato brasileiro da série B.

Nas entrevistas com os profissionais da área esportiva que atuaram no programa Viva o Esporte, estes reforçaram a importância da participação dos atletas em eventos esportivos/competitivos no estado e fora dele, se possível. É uma forma de valorizar todo o empenho do atleta nos treinamentos e, ao mesmo tempo, uma ótima oportunidade para verificar as suas potencialidades/habilidades perante outros atletas.

Tabela 8 - Participação de atletas da FME em eventos promovidos por outras entidades em 2018

Nº	Evento	Participantes	Entidade promotora	Local
1	Open Vitória de Taekwondo	2	Federação Espírito Santense de Taekwondo – FESRKJO	Vitória – ES
2	Torneio Estadual de Trampolim	14	Federação de Ginástica do Estado do RJ – FGERJ	Rio de Janeiro – RJ
3	Campeonato Brasileiro de Voleibol Master	12	Confederação Brasileira de Voleibol – CBV	Saquarema – RJ
4	Copa La Salle de Ginástica	14	FGERJ	Niterói – RJ
5	Jogos Cariocas de Verão	12	Olimpíadas Especiais Brasil – OEB	Rio de Janeiro – RJ
6	Campeonato Regional Sul e Sudeste de Futebol de 5	10	Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais – CBDDV	São Paulo – SP
7	Campeonato Regional Leste de Bocha Paralímpica	12	Associação Nacional Desportos para Deficientes – ANDE	Colatina – ES
8	Campeonato Brasileiro de Futsal DI	10	Confederação Brasileira Desportiva para Deficientes Intelectuais – CBDI	Itabira – MG
9	XXII Olimpíadas Especiais - Apaes	50	Federação Nacional das Apaes – Fenapaes	Canoas – RS
10	Campeonato Estadual da Liga de Basquete Unificado	12	Olimpíadas Especiais do Brasil	Rio de Janeiro – RJ

Fonte: O autor com dados da FME, Campos dos Goytacazes, 2018.

A prática do esporte e da atividade física regular são essenciais à saúde e ao bem-estar das crianças. Estudos têm indicado que o esporte pode contribuir para o desenvolvimento físico, psicológico, cognitivo e social, além de ser importante para promover um estilo de vida saudável na vida adulta (FECHIO *et al.*, 2011). No entanto, crianças que buscam a prática esportiva ou a ela são conduzidas desde muito cedo, são levadas a conhecer e a desenvolver atitudes e comportamentos cujo fim máximo é a vitória. Segundo Rubio et al. (2000), estas crianças são apresentadas e inseridas prematuramente na triste realidade do mundo dos adultos em que o prazer do lúdico cede lugar à competência e à performance, sendo a recreação transformada em competição.

No ano de 2018, atletas e paratletas participaram em vários eventos esportivos no estado do Rio de Janeiro e demais estados brasileiros como Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo e Rio Grande do Sul. Neste ano, a equipe de basquetebol conquistou o primeiro lugar no Campeonato Estadual da Liga de Basquetebol Unificado das Olimpíadas Especiais do Brasil, realizado na cidade do Rio de Janeiro.

Tabela 9 - Participação de atletas da FME em eventos promovidos por outras entidades em 2019

Nº	Evento	Participantes	Entidade promotora	Local
1	10 <sup>a</sup> Prova Trip Trail	4	Federação de Ciclismo do Rio de	Campos – RJ
	São Salvador		Janeiro – FECIERJ	
2	Torneio Estadual de	8	Federação de Ginástica do Estado	Rio de Janeiro –
	Trampolim		do Rio de Janeiro – FGERJ	RJ
3	1ª Copa Patesko de	2	Federação de Ciclismo do Estado	Campos – RJ
	Ciclismo de Estrada		do Rio de Janeiro – FECIERJ	
4	Jogos Mundiais das	12	Olimpíadas Especiais Mundo	Abu Dhabi -
	Olimpíadas Especiais			Emirados Árabes

Fonte: O autor com dados da FME, Campos dos Goytacazes, 2019.

No ano de 2019, também teve a participação de atletas da FME em eventos esportivos. A equipe de ginástica da FME conquistou uma medalha de ouro, uma de prata e uma de bronze no Campeonato Estadual de Ginástica, na modalidade de Trampolim, realizado na cidade do Rio de Janeiro. Neste mesmo ano, atletas do projeto Paraesporte da FME participaram dos Jogos Mundiais das Olimpíadas Especiais. Doze atletas do futsal e vôlei de praia integram a seleção brasileira. Os jogos foram realizados em Abu Dhabi, nos Emirados Árabes. Todas as despesas foram custeadas pela Olimpíadas Especiais Brasil - OEB (SIQUEIRA, 2019).

No quadro 3, estão relacionados os locais de prática esportiva e atividades físicas utilizados pela FME e suas condições de uso.

Quadro 3 - Locais de prática esportiva e atividade física da FME – 2017 a 2019

Nº	Local	N°	Local	Nº	Local
1	APAE	18	Lar Fabiano	35	Santo Amaro (Baixada)
2	APOE	19	Praça do Cigano	36	Saturnino Braga
3	Casa do Futsal	20	Praça IPS	37	Tocos
4	Casa do Vôlei	21	Praça Santa Rosa —	38	Parque Real
			Casinhas		
5	CEDE Alphaville	22	Praça Santo Amaro	39	Santa Maria
6	CEDE Esplanada	23	Praça Santo Antônio	40	Dores do Macabu
7	CEDEJardim Carioca	24	Praça Sustentável	41	Matadouro
8	CEDE Jockey	25	Quiosque Meio Ambiente –	42	Santa Cruz
			Farol		
9	CEDE Parque Guarus	26	Rodoviária – Farol	43	Automóvel Clube
10	CEDE Santa Clara	27	Tapera 3	44	CEPOP
11	CEDE Travessão	28	Ururaí	45	Rema Campos
12	Clube da 3ª Idade	29	APAPE	46	Tênis Clube
13	CRIARE	30	Educandário dos Cegos	47	AVERJ
14	FME	31	UENF	48	Espinho
15	Jardim São Benedito	32	Morro do Coco	49	Penha
16	Lagoa de Cima	33	Degase	50	Goytacazes
17	Lagoa do Vigário	34	Heliporto – Farol – Futebol	51	Parque Prazeres

Fonte: O autor com dados da FME, Campos dos Goytacazes, 2019.

Muitos dos locais apresentados no quadro 3, são locais de múltiplas atividades, tanto esportivas como de atividades físicas (ginástica em suas diversas modalidades e manifestações, hidroginástica, dança, ritmos, pilates, caminhada e esportes (futsal, voleibol, handebol,

basquetebol, lutas e natação). Esta é uma das características dos CEDE's (Centros Escola do Esporte). Esses centros, apresentam uma estrutura física composta por quadra poliesportiva, piscina semiolímpica, piscina de hidroginástica, salão para a prática de ginástica, dança e lutas, vestiários, pista de caminhada e centro de convivência. Disponibiliza também, atendimento médico.

Importante relembrar que os CEDE's são as antigas Vilas Olímpicas, criadas na gestão 2009-2012, cujo início dos trabalhos de construção deu-se em julho de 2012, sendo que a primeira Vila Olímpica entregue à comunidade ocorreu em 01 de maio de 2013 no Parque Guarus. Essa possibilidade de implementação das Vilas Olímpicas em Campos dos Goytacazes só foi possível em virtude de incentivos do Governo Federal em decorrência das Olimpíadas Rio 2016. Para receber a verba, os municípios interessados precisavam apresentar projetos junto ao Ministério dos Esportes que visavam o desenvolvimento do esporte para a população em idade escolar. O projeto apresentado pelo município de Campos dos Goytacazes comtemplava a construção e implementação de oito Vilas Olímpicas (MACHADO, 2012; ABREU, 2013).

Atualmente são 7 CEDE's em funcionamento. O mais distante está localizado na comunidade de Travessão, aproximadamente há 19 km do centro. Outro local onde o programa Viva o Esporte esteve presente foi na localidade de Morro do Coco, distante aproximadamente 50 km do centro de Campos. Alguns locais passaram por revitalizações, pintura e pequenos reparos para o início das atividades. Geralmente tem sido uma prática comum quando uma nova gestão assume, utilizar-se da pintara e revitalização dos locais na tentativa de desvincular esses espaços das atividades feitas anteriormente. Em visita a alguns locais das atividades (piscinas, quadras, ginásios, praças públicas, salas de lutas e ginástica) verificou-se que os espaços apresentavam boas condições de uso, segurança e que estavam adequados para as práticas que se destinavam.

Os professores entrevistados informaram que algumas melhorias foram necessárias, nada de grandes obras, mas sim, o reparo de equipamentos e instalações depreciados com o tempo e com o uso, como tabelas de basquete sem o aro, traves de futsal quebradas, algumas lâmpadas queimadas ou faltando, alambrados com uma parte da tela cortada etc. Esses reparos foram necessários para o desenvolvimento das atividades e segurança de todos. É importante destacar, que nenhuma nova instalação esportiva foi construída nesta gestão.



Figura 23 - Imagens da infraestrutura de um CEDE

Fonte: Campos dos Goytacazes, 2020.

Contando com os espaços dos CEDE's, a FME disponibilizou de uma infraestrutura de 8 piscinas semiolímpicas, 8 piscinas de hidroginástica, 5 ginásios de esportes, 17 campos de futebol, 8 quadras de futevôlei e vôlei de praia, 8 praças públicas, o espaço na sede da FME para a prática de lutas e várias quadras poliesportivas (NOTÍCIA URBANA, 2019).

Após a apresentação dos locais de prática esportiva e da infraestrutura utilizada pela FME, encontram-se no quadro abaixo as modalidades esportivas oferecidas à comunidade de Campos. A FME oferece aproximadamente de 50 atividades esportivas, mas há um equívoco, pois, normalmente, há uma confusão entre atividade esportiva e exercício físico. Desta forma, essas atividades foram separadas em quadros distintos: 4, 5 e 6, logo abaixo.

Para melhor compreensão, o exercício físico pode ser definido como "atividade física planejada, estruturada e repetitiva, tendo como objetivo a melhora e a manutenção de um ou mais componentes da aptidão física" (CASPERSEN *et al.*,1985, p. 128).

Para Barbanti (2006, p. 57) "o esporte é uma atividade competitiva institucionalizada que envolve esforço físico vigoroso ou o uso de habilidades motoras relativamente complexas, por indivíduos motivados por uma combinação de fatores intrínsecos e extrínsecos".

No quadro 4, encontram-se as modalidades esportivas oferecidas pela FME, totalizando 28 modalidades, sendo 9 modalidades de lutas, 8 de esportes coletivos, 5 de esportes náuticos e 6 de esportes individuais. Alguns esportes individuais apresentam uma variação para esportes coletivos, formados por duplas ou por equipes, como os esportes de Ciclismo, Ginástica Olímpica, Natação, Tênis de Mesa, Triathlon e Xadrez.

Ouadro 4 - Modalidades esportivas oferecidas pela FME no período de 2017 a 2019

N°	Modalidades	N°	Modalidades
1	Aikidô	15	Judô
2	Basquetebol	16	Jui-Jitsu
3	Beach Soccer	17	Karatê
4	Bodyboard	18	Luta Olímpica
5	Boxe	19	Muay Thai
6	Caiaque	20	Natação
7	Canoa Havaiana	21	Remo
8	Capoeira	22	Stand Up Paddel
9	Ciclismo	23	Taekwondo
10	Futebol	24	Tênis de Mesa
11	Futsal	25	Triathlon
12	Futvôlei	26	Voleibol
13	Ginástica Olímpica	27	Vôlei de Praia
14	Handebol	28	Xadrez

Fonte: O autor com dados da FME, Campos dos Goytacazes, 2019.

Após a análise de documentos repassados pela assessoria de comunicação da FME, percebe-se, com estranheza, a falta das modalidades de Atletismo, Badminton, Tênis, Beach Tennis e Frescobol, todas essas, desenvolvidas no município. Para Meurer (2008), o atletismo vem sendo negligenciada nas escolas públicas e particulares, tendo em vista a falta de conhecimento dos profissionais de educação física e de comprometimento no trato dos saberes dos conteúdos da cultura corporal onde o atletismo está inserido, justificando-se, na maioria das vezes, pela falta de material e de espaço físico adequado.

No caso do professor de Educação Física, deve haver um compromisso com a transmissão, em especial, da cultura corporal, que inclui, entre tantas outras coisas, o atletismo, negligenciado na maioria das vezes. Portanto, o gosto pelo o atletismo ou o desejo de ensiná-lo, que poderia aparecer como justificativa de alguns, não se justifica se pensarmos no compromisso, que assumimos como professores, com a transmissão do saber. (MATTHIESEN, 2014, p. 16).

O atletismo é considerado o esporte-base. Ou seja, é a partir dele que muitas outras práticas esportivas podem ser melhor desempenhadas pelos seus praticantes. Sua característica fundamental é o fato de ser a sua prática a extensão de movimentos básicos humanos: caminhar, correr, saltar e lançar (ORO, 1983).

Não podemos deixar excluir o atletismo das aulas de educação física da educação básica, principalmente nas séries iniciais do ensino fundamental, podendo cada vez mais explorar os movimentos do educando descobrindo suas capacidades físicas (PIERI, 2013).

As outras modalidades, Tênis, Badminton, Frescol e Beach Tennis (BT), não só poderiam, mas deveriam fazer parte do rol de modalidades esportivas oferecidas pela FME. Como já foi mencionado, todas elas são desenvolvidas na cidade. O Badminton é praticado em

algumas escolas de Campos, o Tênis e o Beach Tennis, são praticados em clubes e academias e, o frescobol, é desenvolvido nas praças da cidade de forma particular. Ou seja, há profissionais com conhecimento técnico/pedagógico para o ensino das modalidades. Dentre essas modalidades, possivelmente, as mais fáceis de serem desenvolvidas são o Badminton, por já ser praticado em escolas no município e por sua facilidade no aprendizado. Na primeira aula, o aluno já consegue rebater a peteca (volante), o que é muito motivante (Quinaz, 1986) e o Beach Tennis, tendo em vista a sua grande ascensão a partir de 2008, no litoral brasileiro e principalmente o estado do Rio de Janeiro.

Acredita-se que a prática esportiva do BT foi derivada do tênis, utilizando-se de quadras de Beach Volley, na década de 1970 nas areias da costa Romagnola, na Itália (SANTINI; MINGOZZI, 2017. Este esporte mistura características de vários outros esportes como o Badminton, pois há somente um contato com a bola e também por conta da rede apresentarem uma altura similar, aproximadamente dois metros. Do Vôlei de Praia, pois as dimensões da quadra são iguais (16x8m). Do Frescobol, pelo uso das raquetes com tamanhos similares, do Tênis, devido à similaridade das regras, da empunhadura utilizada e dos golpes com a mesma nomenclatura (EVANGELISTA, 2012).

Os esportes de raquete, juntamente com as demais modalidades esportivas, contribuem nas várias dimensões do desenvolvimento do indivíduo. Praticar esportes de raquete, exigem concentração e atenção, também desenvolvem a coordenação motora, sendo esta a base das habilidades motoras e fundamental que seja desenvolvida na fase escolar (GRECO; SILVA, 2013).

Quando se rebate uma bola, você está coordenando os segmentos do seu corpo mais o implemento, aguçando o desenvolvimento da noção espaço-tempo da criança, fazendo com que ela tenha um rápido e preciso julgamento da trajetória da bola, para iniciar uma resposta em tempo hábil (COSTA *et al.*, 2017).

Além das modalidades esportivas, a FME disponibilizou outras atividades que não são consideradas esportes, destacam-se programas de atividades físicas e exercícios físicos. Percebe-se que houve um número significativo na oferta de atividades para este público, como apresentadas no quadro 5, bem como o número de participantes que as mesmas tiveram. Em um levantamento feito junto a FME, foram mais de 5.000 participantes nestas atividades (FME, 2019).

Quadro 5 - Atividades físicas e exercícios físicos oferecidos pela FME no período de 2017 a 2019

	Atividades	N°	Atividades
N°			
1	Alongamento	9	Ritmos
2	Defesa Pessoal	10	Dança
3	Funcional	11	Ballet
4	Ginástica Geral	12	Zumba
5	Ginástica Aeróbica	13	Kombat
6	Ginástica Localizada	14	Musculação
7	Hidroginástica	15	Recreação
8	Pilates		

Fonte: O autor com dados da FME, Campos dos Goytacazes, 2019.

Além das modalidades esportivas oferecidas pela FME, apresentamos os esportes adaptados e atividades para as pessoas com deficiência, também conhecidos como Paraesporte.

No quadro 6, encontramos 12 modalidades paraesportivas, sendo 8 modalidades coletivas e 4 individuais, podendo em algum momento no andamento da competição, as modalidades individuais serem caracterizadas como coletivas, no caso da paranatação e paratletismo, quando as mesmas realizam as provas de revezamento, no judô e na ginástica artística, há a competição por equipes, também. As outras 2 atividades oferecidas foram a dança e a ecoterapia.

Quadro 6 - Modalidades paraesportivas e atividades adaptadas oferecidas pela FME no período de 2017 a 2019

N°	Modalidades/atividades	N°	Modalidades/atividades	
1	Basquetebol em cadeira de rodas	8	Paratletismo	
2	Bocha adaptada	9	Paranatação	
3	Futebol 5 (cegos)	10	Vôlei de Praia	
4	Futebol Unificado	11	Vôlei Sentado	
5	Futsal DI	12	Ginástica Rítmica	
6	Handebol Adaptado	13	Dança	
7	Judô (cegos)	14	Ecoterapia	

Fonte: O autor com dados da FME, Campos dos Goytacazes, 2019.

O programa do Paraesporte realizado pela FME foi uma grande surpresa desta política pública beneficiando 1009 usuários com as atividades de iniciação esportiva, dança e ecoterapia. Esse número de beneficiários, só foi possível em virtude de parcerias realizadas com outras instituições como: APAEAPAPE, APOE e Educandário São José Operário.

Outro aspecto importante para análise são os recursos financeiros para o desenvolvimento dessas atividades. No ano de 2017, Campos lança o Portal Transparência, uma ferramenta de acesso à informação. Todas as informações do orçamento utilizado na função esporte e lazer da gestão 2017-2020, foi encontrada no Portal da Transparência (https://transparencia.campos.rj.gov.br/).

Na tabela 10, são apresentados os recursos financeiros utilizados pelas gestões 2013 a 2016 e 2017 a 2020.

Tabela 10 - Comparação dos recursos aplicados no esporte nas gestões 2013-2016 e 2017-2020

Ano	Recursos aplicados na função esporte e lazer	Ano	Recursos aplicados na função esporte e lazer
2013	R\$ 5.903.377,00	2017	R\$ 1.554.000,00
2014	R\$ 9.402.773,80	2018	R\$ 1.200.000,00
2015	R\$ 7.445.000,00	2019	R\$ 1.200.000,00
2016	R\$ 6.213.000,00	2020	R\$ 1.206.419,11

Fonte: Borba, 2015; Campos dos Goytacazes, 2021.

Observando os dados da tabela 10, percebemos uma redução do investimento na função esporte e lazer da gestão 2017-2020 em relação ao período de 2013-2016. Com este orçamento, em 2017, a FME atendeu 7.500 pessoas nas atividades esportivas, de exercícios físicos e de atividade física. (SIQUEIRA, 2017). No ano de 2018, com um orçamento um pouco reduzido, foram beneficiadas 14.000 pessoas e, neste mesmo ano, a modalidade de natação já atendia a 2.000 alunos. (SIQUEIRA, 2018). Em 2019, o orçamento foi o mesmo do ano anterior. Na metade do ano, 20.000 pessoas já haviam sido beneficiadas com as atividades da FME e até o final deste mesmo ano, foi atingida a marca de 21.000 beneficiados. As atividades de natação e hidroginástica atendiam a 4.500 pessoas (SIQUEIRA, 2019).

Como foi possível desenvolver as atividades com um orçamento muito inferior ao da gestão anterior? Identificamos alguns fatores que contribuíram para que os recursos aplicados na função esporte e lazer possibilitassem a sua execução. Dentre eles, citamos: a redução de pessoal no quadro de prestadores de serviço da FME (muitos contratos foram firmados como RPA - Recibo de Pagamento Autônomo - o que possibilitou uma redução nos custos e encargos empregatícios, contratos de estagiários, além dos funcionários efetivos da FME e a suspensão do programa bolsa-atleta (sob a alegação de falta de recursos) para o desenvolvimento do mesmo. De acordo com os entrevistados (professores participantes do programa Viva o esporte), a contratação RPA é muito comum, sendo que o valor pago por 16 horas de contrato não atingia R\$ 1.000,00 (um mil reais), além dos descontos dos impostos sobre este valor. Ao mesmo tempo, os entrevistados acharam que o valor paga era muito baixo, causando um descontentamento em muitos profissionais. Os convênios, contratos e subvenções estabelecidos com entidades e empresas estavam de acordo com as diretrizes orçamentárias estabelecidas pela LOM.

Observando os dados na tabela 10 do período de 2013-2016, verifica-se que os valores destinados ao esporte foram bem expressivos em relação à gestão 2017-2020. Essa gestão

optou por desenvolver a gestão do esporte através de convênios, subvenções e termos de contribuição a entidades esportivas e ONGs, além das atividades desenvolvidas na sede da FME. Em 2013, foram beneficiadas 9.234 pessoas em atividades esportivas e físicas nos projetos desenvolvidos pela FME. No ano de 2014, projeto social Caminhando para o futuro, atendeu 4800 crianças entre 6 e 17, as demais atividades oferecidas pela FME totalizaram aproximadamente mais 4.000 beneficiados, distribuídos em 51 núcleos do município (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2014). Para Borba (2015) o que chamou a atenção foi o valor da subvenção de R\$ 5.416.224,36 que foi concedida a Associação Esportiva Brasil Olímpica. Em nenhum momento é relatado o número de beneficiados que foram atendidos por tal entidade. Nos anos de 2015 e 2016, os recursos destinados a FME em relação ao ano de 2014, foram reduzidos, mesmo assim, são valores bastantes significativos, em 2015 foi destinado R\$ 7.445.000,00 e em 2016 foi de R\$ 6.213.000,00. Com a proximidade dos Jogos Olímpicos na cidade do Rio de Janeiro em 2016, ocorreu um aumento importante do número de beneficiados pelas atividades físicas e esportivas da FME, nestes dois anos, foram beneficiadas 17.000 pessoas, estimativa feita a partir dos números de pré-inscrições dos interessados junto às sete Vilas Olímpicas e na sede da FME (BARRETO, 2016).

Com relação aos valores repassados a FME e a forma da sua gestão, Borba (2015) comenta em sua análise crítica do esporte na gestão municipal de Campos dos Goytacazes iniciada em 2013 que as políticas de esportes e lazer foram desenvolvidas para o esporte-espetáculo, com grandes eventos esportivos e artísticos, inspiradas na política do "Pão e Circo". As políticas de esporte e lazer da FME estavam alicerçadas na dimensão do esporte de alto rendimento, competitivo e midiático, com uma polarização de eventos de caráter de divertimento. Muitos convênios, contratos e subvenções estabelecidos com entidades e empresas contrariam os princípios constitucionais fundamentados na função social do esporte e do lazer quanto às diretrizes orçamentárias estabelecidas pela LOM.

Abaixo, é possível observar no quadro 7, o número de beneficiados e de profissionais contratados em cada gestão.

Quadro 7 - Número de beneficiados nas Políticas Públicas voltadas ao Esporte nos períodos de 2013-2016

C 201	17 2020
Ano de 2013-2016	Ano de 2017-2020
294 Profissionais e estagiários	246 Profissionais e estagiários
• 17.000 Inscritos	• 21.000 Inscritos
<ul> <li>Média de 01 profissional para cada</li> </ul>	<ul> <li>Média de 01 Profissional para cada</li> </ul>
57 usuários	85 usuários

Fonte: Barreto, 2016; FME, 2019.

No quadro 7, verificamos que ocorreu uma redução no número de contratos e um aumento das pessoas beneficiadas pelo programa Viva o Esporte. Desta forma, ocorreu um aumento do número de pessoas atendidas por cada profissional, passando de 57 para 86 pessoas. O número de beneficiados no período 2017-2020 aumentou 19% em relação ao período de 2013-2016. Esse aumento de pessoas atendidas pelos profissionais não interferiu no andamento das atividades. Em entrevista, os profissionais que atuaram no programa não perceberam essa diferença. É importante frisar que o número de alunos em uma aula de esportes ou atividade física variava entre 20 e 30 pessoas. Na sequência, analisamos o percentual de alunos participantes do programa em relação ao número de matriculados no município.

Tabela 11 - Porcentagem da população escolar atendida pelo programa Viva o Esporte em relação ao total de matriculados na educação básica do município de Campos dos Goytacazes

Categorias	Matriculados em 2019	Viva o Esporte e Paraesporte
Ensino Infantil	22.992	3.451
Ensino Fundamental	67.114	9.522
Ensino Médio	16.051	2.003
Total de matriculados	106.157	14.976
% de matriculados	100%	14,1%

Fonte: O autor com dados do IBGE, 2019.

Embora o número de atendimentos pelo programa Viva o Esporte tenha aumentado em relação a gestão anterior, quando comparamos com o indicador do número de matriculados na educação básica do município (IBGE, 2019) percebemos que o percentual desta população foi de 14,1%, ou seja, de cada 100 alunos, apenas 14 participaram das atividades oferecidas pela FME. Esse valor está muito próximo do apresentado pela OMS em 2016 que aponta em seu relatório que apenas 15% dos adolescentes brasileiros com idade entre 11 a 17 anos se exercitam adequadamente e, que entre as meninas, esse valor é ainda menor (FIGUEIREDO, 2019). É de grande urgência que os gestores municipais mudem esse quadro, pois a falta adequada de atividade física, pode contribuir significativamente para o surgimento de doenças como: obesidade, hipertensão, diabetes, entre outras, sobrecarregando o sistema de saúde e consequentemente, aumentando as despesas orçamentárias deste setor. Com certeza é mais barato investir em esporte e atividade física do que na aquisição de medicamentos.

Novas modalidades esportivas surgiram recentemente em nosso estado e região, destacam-se o Beach Tennis e o Frescobol, duas modalidades que não foram ofertadas pelo programa Viva o Esporte e, que poderiam aumentar o número de participantes no programa, tendo em vista que os esportes de raquetes são pouquíssimos trabalhados na educação física

escolar e em programas de esportes públicos. É necessário um levantamento junto a população escolar sobre a cultura esportiva e de atividades dos mesmos, para assim, desenvolver programas que atendam às necessidades e interesses deste público.

Com a Pandemia, as atividades presenciais no ano de 2020 não aconteceram, pois o início das mesmas estava programado para o mês de março, exatamente o mês em que iniciaram as restrições no país. As atividades presenciais foram suspensas seguindo as recomendações da Organização Mundial de Saúde – OMS e do Ministério da Saúde do Brasil, evitando-se, desta forma, as aglomerações de pessoas e com isso contribuir para a não propagação do Coronavírus.

Embora tenha ocorrida a suspensão das atividades esportivas e atividades físicas presenciais, a FME precisou se adaptar à nova realidade. No dia 23 de março de 2020, a FME lança o programa de atividades esportivas e de ginástica online com aulas disponibilizadas 3 vezes por semanas nas redes sociais.

Além de todas as atividades desenvolvidas, do número de beneficiados, do orçamento utilizado na função esporte e lazer, nada tem valor se não for possível ter acesso à informação. Um quesito muito importante de uma política pública, além de todas as ações da mesma, é sua prestação de contas (accontability).

No ano de 2017, Campos lança o Portal da Transparência, uma ferramenta importante de acesso à informação e, ao mesmo tempo, uma das formas mais adequadas de se prestar contas pelo gestor municipal à população. Para que essa ferramenta tenha sua real finalidade, é necessário que a mesma esteja em constante atualização dos dados e em pleno funcionamento, sem interrupções e com total acessibilidade da população ao portal. Todas as informações do orçamento utilizado na função esporte e lazer da gestão 2017-2020 foram encontradas no Portal da Transparência, que está disponível no endereço: https://transparencia.campos.rj.gov.br/.

Embora tendo ocorrido toda essa transparência na gestão, a mesma ficou marcada por atrasos nos pagamentos de seus prestadores de serviços, dos aposentados e pensionistas, que ficaram sem receber seus pagamentos por três meses no ano de 2020 (PONTES, 2020).

Dando continuidade à apresentação dos dados, destacamos as informações obtidas das entrevistas com os profissionais que atuaram nas atividades do programa Viva o Esporte. Dentre os três profissionais entrevistados, dois possuíam a formação em Educação Física e um possuía uma formação técnica na área de atuação credenciada pelo CREF – Conselho Federal de Educação Física, qualificando-o para atuação na modalidade de sua formação, de acordo com a Lei 9696 de 1º de setembro de 1998. O quadro de profissionais contratados foi composto, na sua maioria, por pessoas com formação em Educação Física, seguidas por profissionais com formação na área específica de atuação e por estagiários de Educação Física. A maioria possuía

um contrato RPA (Recibo Pagamento Autônomo) de 16 horas. Todos participaram de capacitações durante os anos em que estiveram atuando no programa. Quando perguntados sobre o grau de importância que davam ao termo esporte, as palavras que mais citadas foram: oportunidade, saúde, disciplina, socialização e inclusão. Quando perguntados sobre Política Pública de Esporte, as palavras que mais se destacaram foram: são necessárias, um dever, um direito, deve atender uma grande parcela da população e ter objetivos bem definidos.

Analisando os dados, percebe-se uma característica neoliberal nesta gestão de acordo com o consenso de Washington: teto de gastos públicos; redução de gastos públicos e flexibilização de leis trabalhistas. Os vários convênio público-privado, objetivando a redução das despesas e diminuindo a participação do município, a precarização do trabalho, com os baixos salários, com a contratação de estagiários, sem direitos trabalhistas.

Após as apresentações dos dados de acordo com os objetivos da Tese, cabe analisar e avaliar a Política Pública de Esporte (Programa Viva o Esporte) realizada pela gestão 2017-2020 de acordo com os critérios do método CIPP de Stufflebeam (2003). A função básica da avaliação é oferecer informações relevantes que possibilitem a melhoria da qualidade de um programa. O autor coloca quatro tipos de decisões, representadas pelas fases de: planejamento (o que devemos fazer?); estruturação (como devemos fazê-lo?); implementação (será que estamos a fazê-lo tal como foi planejado? E, se não, por quê?); e reciclagem (será que funciona?), o que corresponde, especificamente, a quatro tipos de avaliações: avaliação de contexto, de insumo ou entrada, de processo e de produto.

#### Avaliação de Contexto

Para Vianna (1999), a avaliação de contexto objetiva determinar necessidades, especificar população/amostra de indivíduos a considerar e estabelecer os objetivos que devem concretizar as necessidades. É um tipo de avaliação que serve para o planejamento das decisões.

O método CIPP (Contexto, Insumo, Processo e Produto) de avaliação, é composto por quatro etapas, como as citadas acima, onde as iniciais de cada etapa dão origem ao nome do método. Nos quadros 8, 9 e 10, estão descritos como cada etapa foi realizada a partir de um *checklist* que o próprio método sugere, adequando-o para cada caso estudado (STUFFLEBEAM; SHINKFIELD, 2007).

O grande destaque deste método é a sua flexibilidade e capacidade para se adaptar aos vários tipos de avaliações, sejam de programas ou projetos.

Quadro 8 - Checklist CIPP Contexto - Viva o Esporte

Avaliação do Contexto: avalia as necessidades, recursos e problemas do ambiente objeto de avaliação.		
ATIVIDADES DO AVALIADOR	OPERACIONALIZAÇÃO	
a) Identificar os interessados diretos e avaliar informações sobre as necessidades deles;	- Efetivado por meio da coletada de dados documentais (relatórios, planilhas, análise demográfica e projetos) junto à FME.	
b) Colher informações do gestor do programa, revisar e discutir perspectivas dos beneficiários para identificar problemas (políticos ou não) que o programa terá que resolver;	- Efetivado por meio de entrevista realizada junto ao gestor da FME e de três professores do grupo que atuaram no programa Viva o Esporte desde o início.	
c) Solicitar que a equipe do programa esteja disponível para fornecer ao avaliador, informações sobre os beneficiários e ambientes de desenvolvimento do programa;	- Efetivado por meio de visita inicial aos locais de desenvolvimento das atividades, com a explanação sobre os objetivos da pesquisa junto ao gestor da FME e a professores que atuaram no programa.	
d) Engajar um especialista em coleta de dados para monitorar e registrar dados sobre o ambiente do programa, incluindo recursos, instalações, necessidades e problemas da área e dinâmica política.	- Efetivado por meio da presença do pesquisador em locais de desenvolvimento do programa através das constantes visitas <i>in loco</i> .	

Fonte: Adaptado de Stufflebeam; Shinkfield, 2007.

Com base no cheklist apresentado no quadro 8, é possível descrever que a gestão 2017-2020 recebeu uma ampla rede de equipamentos e espaços públicos com capacidade para atividades esportivas e físicas. Dentre esses equipamentos estão as praças, os campos de futebol amador e as chamadas Vilas Olímpicas – renomeadas como Centro Escola dos Esportes.

Os espaços utilizados para as práticas do programa foram muitos, 51 no total, alguns locais possuíam somente uma quadra de esportes, algumas cobertas, outras descobertas, campos de futebol, ou futebol 7, quadras de areia, outros possuíam algumas salas ou um grande salão. No caso dos CEDE's, esses já possuíam toda a estrutura composta por piscina semiolímpica, piscina para hidroginástica ou iniciação da natação, sala de dança, ginástica e lutas, pista de caminhada, vestiários, banheiros e atendimento médico. Após a visita pelos locais onde ocorreriam as práticas, um relatório foi produzido sobre as condições em que esses espaços se encontravam e com as recomendações de melhorias ou não nos mesmos. Outra peculiaridade dos espaços foi a distância de alguns locais, variando entre 19 a 50 km (Travessão e Morro do Coco) da sede da FME.

O programa Viva o Esporte teve como metas a ampliação da oferta de atividades e no aumento do número de beneficiados, além de buscar meios para uma redução dos investimentos, sem que a qualidade do serviço prestado fosse prejudicada. Estudos prévios foram realizados com uma equipe multiprofissional formada por professores de educação física de escolas públicas e privadas, treinadores, gestores e demais servidores da FME, para uma proposição de quais seriam as atividades oferecidas, levando em consideração as demandas anteriores e o contexto cultural esportivo do município, além de proposições de novas

modalidades, se fosse necessário. Os locais das práticas esportivas também foram selecionados após visitas técnicas. Após 4 meses, o programa foi lançado.

Os beneficiários do programa se caracterizaram por estudantes com idade entre 6 a 17 anos, por jovens e adultos com idade entre 18 a 59 anos, e por idosos acima dos 60 anos de idade. Simultaneamente com o desenvolvimento do Programa Viva o Esporte, foi lançado o programa Paraesporte, voltado para pessoas com deficiência (física, auditiva, visual, intelectual e Down).

Diferentemente da gestão anterior, essa gestão foi a responsável por gerir os recursos e as atividades práticas do programa Viva o Esporte, valor esse disponível no Portal da Transparência, sendo que na a gestão municipal 2013-2016 não era o agente promotor dessas práticas, a mesma fazia o repasse de verbas para entidades esportivas e ONGs, responsáveis pela execução da maioria das atividades esportivas, ficando com a FME o desenvolvimento das atividades físicas e esportivas na sua sede, compostas por piscina, salas de ginástica, dança e lutas.

#### Avaliação de Insumos

A avaliação de insumos avalia a proposta do programa ou projeto e, a partir dela, define uma estratégia e plano de trabalho que contempla o orçamento para a realização do trabalho (STUFFLEBEAM, 2000) considerando para tal, os recursos postos à disposição do objeto avaliado (insumos).

Os insumos são uma espécie de matéria-prima necessária ao desenvolvimento do programa e podem ser de natureza diversa, contudo a maior parte deles está agrupada nas categorias de recursos humanos, materiais e financeiros.

No quadro 9, estão descritas as etapas e atividades desenvolvidas pelo avaliador com o propósito de facilitar a compreensão dos leitores sobre como foi efetuada a busca de informações referente ao tema insumos. Como citado acima, a primeira impressão que se tem quando se fala de insumo, é entender que se trata exclusivamente de recursos financeiros, quando na verdade, o mesmo é composto por mais variáveis. Este checklist apresenta como foram desenvolvidas as buscas de informações pelo avaliador e como sua operacionalização ocorreu.

Quadro 9 - Checklist CIPP Insumos - Viva o Esporte

Avaliação de Insumos: avalia estratégias concorrentes e os planos de trabalho e orçamento.		
ATIVIDADES DO AVALIADOR	OPERACIONALIZAÇÃO	
a) Identificar e investigar os programas existentes que podem servir de modelo para o programa contemplado;	- Efetivado por meio da revisão de literatura.	
b) Avaliar a estratégia do programa conforme pesquisas pertinentes e desenvolvimento da literatura;	- Efetivado por meio da análise bibliométrica e sociométrica das pesquisas o tema no Brasil.	
c) Analisar a estratégia proposta pelo programa como capacidade de resposta às necessidades dos beneficiários;	- Efetivado por meio de questionário aplicado há três professores que atuaram desde o início no programa e do gestor da FME.	
d) Identificar os recursos humanos (gestor, professores e demais profissionais) envolvidos no desenvolvimento das atividades práticas do programa	- Efetivado por análise de documentos e relatórios de prestadores de serviços do programa Vivia o Esporte e de entrevista com o gestor da FME.	
e) Avaliar a suficiência do orçamento do programa para financiar o desenvolvimento do programa;	- Efetivado por meio de entrevista realizada junto ao gestor da FME, bem como observações e análise de dados documentais.	

Fonte: Adaptado de Stufflebeam; Shinkfield, 2007.

Centrou-se na busca de informações acerca do perfil dos recursos humanos (gestores, professores e estagiários) envolvidos nas atividades do programa Viva o Esporte, da estrutura física dos locais de práticas esportivas e de atividade física, como se encontravam esses espaços, se ocorreu a necessidade de melhorias ou reformas, como também, a qualidade dos materiais utilizados nas atividades e dos recursos financeiros.

#### Recursos humanos

Com respeito à escolaridade e experiência do Gestor da FME, verificou-se que mesmo possui formação superior, com MBA em *Business* pela *University of Tennessee*, graças a uma bolsa de estudos devido aos seus feitos como atleta de natação. Foi atleta profissional de nível internacional, quatro vezes campeão da Copa do mundo de natação. Possui experiência em gestão pública. Já ocupou o mesmo cargo em outro município do estado do Rio de Janeiro por 3 anos. Possui conhecimento sobre legislação esportiva; realizou cursos na área de política pública promovidos pelo Ministério do Esporte e do Comitê Olímpico Brasileiro. Dos profissionais que atuaram no programa Viva o Esporte, 72% (N=177) possuíam formação superior, desses, 74% (N=131) com graduação em Educação Física. Os demais (N=46) além da graduação em outras áreas, possuíam formação técnica em uma modalidade específica, credenciada pelo CREF. O número de estagiários que atuaram no programa foi de 28% (N=69). Todos os participantes do programa Viva o Esporte passaram em média por 4 capacitações por ano, nas mais diversas áreas do esporte, paraesporte e bem-estar.

#### Recursos materiais

Município de Campos dos Goytacazes apresenta uma infraestrutura de espaços esportivos públicos muito satisfatória, composta de ginásios de esportes, quadras poliesportivas, quadras de areia, campos de futebol, piscinas, pista de atletismo, praças públicas com vários equipamentos esportivos e locais de práticas de artes marciais, dança e ginástica. Foi feito um levantamento das condições de uso e de infraestrutura desses espaços, posteriormente um orçamento para a adequação dos mesmos para o desenvolvimento das atividades do programa. Como a maioria dos locais apresentavam-se em boas condições, minimizou o custo do investimento em reformas e adequações desses espaços, isso não quer dizer que não ocorreram, todos passaram por revitalizações e melhorias, necessárias para a segurança dos usuários e dos profissionais

Os materiais utilizados para as práticas na sua maioria encontravam-se em condições de uso, mas foi necessário a aquisição de novos materiais, objetivando atender de maneira satisfatória os usuários e aos responsáveis pelo desenvolvimento das atividades.

#### Recursos financeiros

Com a criação do programa Viva o esporte, a FME deixou de repassar recursos para entidades esportivas e ONG's, passando a ser a única responsável pela gestão pública do esporte no município. O orçamento médio anual utilizado pela FME foi de R\$ 1.300.000,00. Este valor do orçamento apresentou-se suficiente para atender as atividades do programa.

#### Atendendo as necessidades dos beneficiários

Com o propósito de dirimir erros no programa, reuniões com profissionais de educação física que atuaram no programa foram realizadas visando analisar as respostas levantadas durante as inscrições das necessidades e interesses dos participantes sobre o programa e de sugestões de atividades que os mesmos gostariam que tivessem sido desenvolvidas. Em resposta a esta questão, o gestor e professores confirmaram que a grande maioria das sugestões foram acatadas.

#### Avaliação de processo

A avaliação de processo tem o objetivo de detectar deficiência de planejamento ou implementação e monitorar vários aspectos do projeto, a fim de identificar e corrigir possíveis problemas (VIANA, 1999). As etapas da avaliação do Contexto estão descritas no quadro 10 abaixo.

Quadro 10 - Checklist CIPP Processo - Viva o Esporte

Avaliação do Processo: monitoramento das avatividades do programa.	valiações de processo, documentação e a avaliação das
ATIVIDADES DO AVALIADOR	OPERACIONALIZAÇÃO
<ul> <li>a) Envolver um membro da equipe para monitorar, observar, manter registros sobre a operacionalização do programa;</li> <li>b) Manter um registro dos eventos do programa, bem como dos problemas, custos e alocações;</li> </ul>	<ul> <li>Efetivado por meio da presença do pesquisador/autor da pesquisa in loco (nos locais de desenvolvimento do programa).</li> <li>Efetivado por meio de questionário aplicado há três professores que atuaram desde o início no programa e do gestor da FME.</li> </ul>
c) Identificar junto aos executores do programa a sua avaliação sobre o andamento do mesmo;	- Efetivado por meio de questionário aplicado há três professores que atuaram desde o início no programa.
d) Manter um perfil atualizado do programa.	- Efetivado por meio de questionário aplicado junto ao gestor da FME.

Fonte: Adaptado de Stufflebeam; Shinkfield, 2007.

Os processos referem-se às atividades executadas com vistas na participação e interação com os alunos. Todas as atividades foram planejadas inicialmente para atender a iniciação esportiva.

As aulas de prática esportiva eram ministradas na sua maioria por um profissional e um auxiliar. Nas práticas de atividades físicas, a maioria das aulas eram ministradas por um único profissional.

Embora os espaços de prática das atividades terem passados por melhorias, em algumas situações pontuais ocorreram alguns problemas, ocasionando a interrupção das atividades ou a dificuldade de execução da mesma por algumas vezes, isso foi ocasionado pela queda de energia, falta de água ou goteiras, principalmente nas quadras poliesportivas. À medida que o problema era relatado aos responsáveis, na mesma semana, uma equipe se dirigia ao local para avaliar a situação e realizar os reparos necessários.

Para ter acesso ao programa Viva o Esporte, era necessário a realização de uma inscrição na sede da FME, munido de documento de identificação, comprovante de endereço e foto 3X4. Desta forma, o interessado escolhia a sua atividade ou atividades que gostaria de praticar.

Importante destacar, que todas as atividades oferecidas eram gratuitas. Possivelmente, a fase da inscrição do programa Viva o Esporte tenha sido a mais "conturbada", um único local de inscrição, tendo em vista a grande procura, ocasionou muito tempo de espera para efetuar a mesma e, se você tivesse interesse em fazer mais de uma atividade, precisava entrar novamente na fila para a nova inscrição. As inscrições eram feitas manualmente em planilhas de papel. Poderiam ter desenvolvido uma inscrição eletrônica para um percentual de vagas (Ex. 20%) desta forma poderiam diminuir o tempo da inscrição e dar mais agilidade ao processo e, possivelmente, ter mais participantes no programa.

A divulgação do programa foi amplamente difundida em todas as mídias, além das visitas aos locais onde se concentravam o público alvo do programa (escolas públicas e privadas), além da utilização de cartazes e panfletos.

#### Avaliação do Produto

O propósito de uma avaliação do produto é medir, interpretar e julgar as realizações de um programa de modo a verificar até que ponto ele satisfaz as necessidades dos beneficiários e tais *feedbacks* são importantes tanto durante o ciclo de atividade quanto em sua conclusão (STUFFLEBEAM; SHINKFIELD, 2007).

O foco do Programa foi dinamizar a prática de esportes e as atividades físicas da população campista. Principalmente na população de 6 a 17 anos. Ao se tratar dos esportes, especialmente para a população em idade escolar, o objetivo foi o aprendizado de uma ou mais modalidades e não a formação de equipes esportivas, o que naturalmente acontece com os alunos que se destacam nas diferentes modalidades. Característica da modalidade de natação, que teve um número elevado de competições em relação as demais modalidades. A média das práticas realizadas por aluno foi de duas modalidades esportivas, fato relevante tendo em vista a característica atual dos maus hábitos de atividade física da população, tanto infantil quanto adulta. Embora tenha ocorrido uma redução do investimento no programa:

- Ocorreu um aumento na oferta de atividades;
- Os locais de práticas foram ampliados em 5 locais;
- O número de beneficiados aumentou em 19% em relação a gestão anterior;
- O programa Viva o Esporte possibilitou também, a prática esportiva para as pessoas com deficiência, foram de 1.009 beneficiados pelo Paraesporte;
- Possibilitou o ressurgimento dos Jogos Escolares de Campos JEC's, interrompidos por 11 anos e do Campeonato Campista de Natação, interrompido por 25 anos.

### **8 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O investimento em política pública de esporte por parte dos governos locais pode ser compreendido por duas vertentes. Uma por entender a demanda crescente da sociedade por direito às práticas esportivas, pela necessidade de ocupação do tempo livre das crianças e jovens e pela busca da qualidade de vida dos adultos e idosos; outra pela visibilidade que esses investimentos podem trazer aos governos locais.

Embora a maior parcela da população beneficiada pelo programa tenha sido de crianças e adolescentes 14,1% dos matriculados nas escolas públicas e privadas de Campos, e esse valor está muito próximo da média nacional, é extremamente necessário que este número de beneficiados seja aumentado. Para isso, é importante a oferta de mais modalidades esportivas para atrair novos participantes do programa. As demais parcelas da população também deveriam ser atendidas para que este número de beneficiados aumentasse. Programas específicos de condicionamento físico é muito bem aceito pelo público adulto.

Convênios e parcerias são de extrema importância para o desenvolvimento e visibilidade do programa, ainda mais, se essas parcerias contribuíram para a redução dos investimentos da FME.

É preciso ter muito cuidado com a valorização de algumas modalidades em detrimento de outras. Todas têm o mesmo valor formativo e educativo e, contribuem significativamente para o desenvolvimento do indivíduo.

A participação em competições esportivas contribui para o desenvolvimento humano do "futuro atleta". Se confrontar com os oponentes é muito enriquecedor para a formação da personalidade esportiva. Novamente, não podemos dar mais atenção há uma modalidade.

Embora 51 locais para as práticas tenham sido oferecidos a população, este número deveria ser ampliado, tendo em vista a dimensão territorial de Campos, muitas praças públicas composta por quadra poliesportiva, quadra de areia, pista de caminhada e local para a prática de skate encontravam-se sem utilização pelo programa Viva o Esporte.

O programa ofereceu 28 modalidades esportivas convencionais e 15 atividades voltadas ao bem-estar, a prática exercícios físicos e atividade física, totalizando 43 atividades. O Paraesporte disponibilizou 15 atividades aos seus usuários. Isso parece bastante, porém, algumas modalidades ficaram de fora deste rol, primeiramente o atletismo muito negligenciada por vários gestores e esportes e de professores de Educação Física, também. Vários autores reforçam a importância do atletismo como esporte-base.

A não oferta da modalidade é ocasionada pela falta de conhecimento da mesma e pela baixa qualificação dos profissionais sobre o atletismo.

Além do atletismo, outras modalidades que são praticadas no município ficaram de fora, como: Badminton, Tênis, Beach Tennis, Frescobol e Skate. É inadmissível a não oferta do atletismo no programa Viva o Esporte. Na cidade há uma pista de atletismo. Possivelmente, se fosse ofertada a modalidade de atletismo, o número de participantes do programa seria ainda maior. Recomendamos também, que as modalidades de Beach Tennis e Frescobol, sejam incluídas nos próximos programas. A cidade de Campos possui praia (Farol de São Thomé), outro município próximo é São João da Barra, com as praias de Grussaí e Atafona, muito frequentadas pelos campistas, são excelentes locais para essas práticas esportivas. Campos possui várias praças com quadras de areia, Associação de Campista de Frescobol - ACAFRE e dezenas de locais para a prática do Beach Tennis. São mais duas modalidades que podem fazer parte do programa também. Também não podem ficar de fora do programa as modalidades de Badminton, já praticadas em algumas escolas do município, além do Tênis, que com certeza seria uma grande surpresa para toda a comunidade campista.

O desenvolvimento das modalidades de raquete juntamente com as demais modalidades esportivas, contribuirão de maneira significativa para o desenvolvimento motor das crianças, enriquecendo significativamente seu repertório de movimentos.

O número de beneficiados pelo programa Viva o Esporte obteve um aumento 19% em relação aos beneficiados na gestão anterior, passando de 17.000 para 21.000. Embora tenha ocorrido um aumento, esse número é muito baixo, se compararmos com a população de Campos com aproximadamente 500.000 habitantes. Isso equivale aproximadamente a 4,2% da população.

Sobre o orçamento da FME, ficou caracterizada pela suspensão dos repasses de recursos para entidades esportivas e ONG's, passando a ser a única responsável pela gestão pública do esporte no município. Ao mesmo tempo que ocorreu uma redução no orçamento, a mesma ocorreu em virtude da redução no quadro de contratados pela FME em 16% aproximadamente, nos baixos salários pagos aos profissionais e pelo grande número de estagiários contratados, precarizando desta forma o trabalho. A remuneração justa paga aos profissionais contribui significativamente para o bom desenvolvimento das atividades, como também, incentiva o comprometimento de todos nas atividades do programa.

A partir do programa Viva o Esporte, antigos eventos ressurgiram, destacam-se:

- Jogos Escolares de Campos JEC's;
- Campeonato Campista de Natação.

O modelo CIPP, destaca-se a boa adaptação em quaisquer tipos de avaliação, tais como, avaliação de projetos, de programas e de organizações. Outra vantagem está no fato de este modelo poder fornecer, quer informação proativa, isto é, informação que pode ser usada para suportar decisões de alteração dos objetivos e processos durante a própria implementação, quer informação retroativa, isto é, julgar o mérito e o valor após o término da avaliação (STUFFLEBEAM, 2003).

A avaliação utilizando o modelo CIPP forneceu informações importantes, pautando-se numa abordagem sistêmica do programa Viva o Esporte, em termos do contexto; dos recursos disponibilizados e utilizados; dos processos e dos produtos. A partir deste modelo é possível identificar que o programa atingiu as metas pretendidas positivamente, ampliando-se a oferta de atividades, aumentando o número de beneficiados e diminuindo o investimento. A prestação de contas ocorreu de forma clara, disponibilizada no Portal da Transparência. Porém, é necessário rever o valor da remuneração paga aos profissionais que atuaram no programa. A baixa remuneração contribui significativamente para a desvalorização profissional e para a precarização do trabalho.

Embora o programa Viva o Esporte tenha apresentado resultados melhores que os da gestão anterior como aumento dos beneficiários do programa, aumento no número de atividades oferecidas, na ampliação dos locais de práticas e na redução do orçamento, alguns pontos deveriam ter recebidos mais atenção, dentre eles: a ampliação da oferta de modalidades esportivas já praticadas no município citadas acima. Com essas ações, possivelmente o número de participantes do programa poderia ser ampliado, atendendo uma parcela maior da população.

É muito importante que os gestores da política de esportes valorizam as modalidades esportivas igualmente, evitando privilegiar uma ou mais em detrimento as demais, mesmo que sua formação esportiva seja de um determinado esporte ou sofra "pressões" por entidades ou pessoas. O esporte deve atender a todos, respeitando as individualidades de seus praticantes e possibilitando um momento de descontração, socialização e interação com os demais participantes, possibilitando também, uma melhora da qualidade de vida dos envolvidos.

Torna-se, portanto, muito importante fomentar a política pública de esporte com seus diferentes significados e objetivos, utilizando-a como ferramenta possível de desenvolvimento do indivíduo e da comunidade.

### REFERÊNCIAS

2021.

ABRANCHES, Renan. ONG Esporte Sem Fronteiras – RJ. **Esportando**, 2 dez. 2009. Disponível em: https://esportando.wordpress.com/2009/12/02/ong-esporte-sem-fronteiras-rj/. Acesso em: 28 maio 2021.

ABREU, Frânio. **Vila Olímpica de Campos inaugurado no dia do trabalhador**. Campos dos Goytacazes, 2013. Disponível em: https://campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id\_noticia=18332. Acesso em: 3 abr. 2022.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (ANP). **Bacia de Campos**. Rio de Janeiro: ANP, 2002. Disponível em: http://www.anp.gov.br/brasil-unds/round4/round4/workshop/restrito/portugues/Campos\_port.PDF. Acesso em: 30 maio

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (ANP). **Participação dos Municípios nos Royalties do petróleo**. Rio de Janeiro: ANP, 2014. Disponível em: https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/royalties-e-outras-participacoes/royalties. Acesso em: 13 abr. 2021.

ALA-HARJA, Marjukka; HELGASON, Sigurdur. Em direção às melhores práticas de avaliação. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 51, n. 4, p. 5-59, out./dez. 2000.

ALMEIDA, Pedro Antônio Cresciulo de. **Esportes e lazer como instrumentos políticos da "Era Vargas" e governo Lula**: aproximações e particularidades. 2013. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: http://www.bdtd.uerj.br/tde\_busca/arquivo.php?codArquivo=6753. Acesso em: 21 set. 2020.

ALVES, José Antônio Barros; PIERANTI, Octavio Penna. O Estado e a formulação de uma Política Nacional de Esporte no Brasil. **RAE-eletrônico**, São Paulo, v.1, n. 1, p. 1-20, 2007. Disponível em: https://rae.fgv.br/rae-eletronica/vol6-num1-2007/estado-formulacao-politica-nacional-esporte-no-brasil. Acesso em: 14 set. 2020.

AMERICANO FUTEBOL CLUBE – AFC. **História do AFC**. Campos dos Goytacazes, 2021. Disponível em: https://www.americanofc.com.br/. Acesso em: 19 maio 2021.

ANDRIOLA. Wagner Bandeira. Utilização do modelo CIPP na avaliação de programas sociais: o caso do projeto educando para a liberdade da SECAD/MEC. **Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación**, Madrid, v. 8, n. 4, p. 79-92, 2010.

ARAÚJO, Paulo Ferreira. **Desporto adaptado no Brasil**. São Paulo: Phorte, 2011. v. 1.

AREAS, Nilo Terra. **Americano Futebol Clube** - Suas histórias e suas glórias de 1914 a 1975. 2. ed. Campos dos Goytacazes: Editora Unitária, 1976.

ARRETCHE, Marta. Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 7-9, fev. 2003.

ARRETCHE, Marta. Tendência no estudo da avaliação. *In*: RICO, Elizabeth Melo (org.), **Avaliação de Políticas Sociais**: uma questão em debate. São Paulo: Cortez, 2009. p. 28-39.

ASSUMPÇÃO, Jairo José, CAMPOS, Lucila Maria de Souza. Avaliação de Projetos Sociais: A Rede, os Nós e a Teia. *In:* ENCONTRO DO ANPAD, 33., 2009, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: FAPESP. p. 22-31. Disponível em: https://bv.fapesp.br/pt/auxilios/78979/xxxiii-encontro-da-anpad-enanpad-2009/. Acesso em: 22 out. 2019.

ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone. **O ornitorrinco de chuteiras:** determinantes econômicos da Política de Esporte e lazer do governo Lula e suas implicações sociais. 2014. Tese (Doutorado em Política Social) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/15593. Acesso em: 7 out. 2020.

BARBANTI, Valdir. O que é esporte? **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, Londrina, v. 11, n. 1, p. 54-58, 2006.

BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE, PUC, 2001.

BARRETO, Catarine. **Programa Bolsa atleta beneficia 210 atletas e treinadores**. 2016. Disponível em: https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id\_noticia=36857. Acesso em: 1 ago. 2021.

BARRETO, Thaisa. Vila Olímpica do Esplanada: pré-cadastramento para várias atividades. 2016. Disponível em:

https://campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id\_noticia=37775. Acesso em: 3 fev. 2022.

BARRETO, Patrícia. **Futevôlei agita Arena Esporte Verão neste domingo no Alô Farol 2019**. 2019. Disponível em: https://campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id\_noticia=50534. Acesso: em 20 ago. 2021.

BENEDICTO, Danielle Barros de Moura. Desafiando o coro dos contentes: vozes dissonantes no processo de implementação dos Jogos Pan-americanos Rio 2007. **Esporte e Sociedade,** Rio de Janeiro, v. 4, p. 1-29, 2009.

BENTO, Jorge Olímpio. **Desporto**: discurso e substância. Belo Horizonte: Campo das Letras, 2013.

BERRIEL, Matheus. Fera/IFF/Campos estreia no Estadual Masculino de Vôlei contra o Flamengo. **Folha 1**, Campos dos Goytacazes, 20 out. 2020. Esporte. Disponível em: https://www.folha1.com.br/\_conteudo/2020/10/esporte/1266551-fera-iff-campos-estreia-no-estadual-masculino-de-volei-contra-o-flamengo.html. Acesso em: 1 jun. 2021.

BETTI, Mauro. **Educação Física e Sociedade.** São Paulo: Melhoramentos. 1991.

BONALUME, Cláudia Regina. **Esporte e o lazer na formulação de uma política pública intersetorial para a juventude**: a experiência do PRONASCI. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

BONALUME, Cláudia Regina. O Paradigma da intersetorialidade nas políticas públicas de esporte e lazer. **Licere**, Belo Horizonte, v. 14, p. 1-26, 2011.

BORBA, Rafael Corrêa. **Esporte e lazer para que e para quem**? Análise das políticas de esporte e lazer do Município de Campos dos Goytacazes: triênio 2012/2014. 2015. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão da Cidade) - Universidade Candido Mendes, Campos dos Goytacazes, 2015.

BOSCHETTI, Ivanete. **Avaliação de políticas, programas e projetos sociais**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil 03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 17 abr.

2019.

BRASIL. Decreto-lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. Rio de Janeiro, 1941. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/decreto-lei/1937-1946/del3199.htm. Acesso em: 4 fev. 2019.

BRASIL. Decreto-Lei nº 705, de 25 de julho de 1969. Altera redação do art. 22 da Lei nº. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Brasília, DF, 1969. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/decreto-lei/1965-1988/Del0705.htm. Acesso em: 3 de fev. 2019.

BRASIL. Lei nº 7.752, de 14 de abril de 1989. Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda e outros tributos, concedidos ao desporto amador. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 126, p. 5780, 21 abr. 1989. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil 03/leis/17752.htm. Acesso em: 29 ago. 2019.

BRASIL. Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. **Diário Oficial**: seção 1, Brasília, DF, ano 140, n.5, p. 2, 29 mai. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/LEIS/2003/L10.683.htm. Acesso em: 21 out. 2020.

BRASIL. Lei nº 10.891, de 09 de julho de 2004. Dispõe sobre a instituição da Bolsa-Atleta. **Diário Oficial**: seção 1, Brasília, ano 141, n. 6, p. 1, 9 jun. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2004-2006/2004/lei/L10.891compilado.htm. Acesso em: 3 dez. 2020.

BUENO, Luciano. **Políticas públicas do esporte no brasil**: razões para o predomínio do alto rendimento. 2008. Tese (Doutorado em Administração) - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo. 2008. Disponível em:

http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2493/72040100444.pdf?sequ. Acesso em: 18 out. 2020.

BUETA, Rosalin; DAVID, Lawrence Charlemagne. Context and Input Evaluations of Physical Fitness Training Programs in Maritime Schools. *In*: IEEE INTERNATIONAL CONFERENCE ON TEACHING, ASSESSMENT, AND LEARNING FOR ENGINEERING (TALE), 13., 2018, Wollongong. **Anais** [...]. Wollongong, Austrália, 2018. p. 950-954.

CÂMARA LEGISLATIVA. Foto de Afonso Celso Ribeiro de Castro. Congresso Nacional, Brasília, 1954. Disponível em: https://www.camara.leg.br/deputados/131153. Acesso em: 12 jan. 2020.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES. Lei nº 8.240, de 30 de junho de 2011. **Diário Oficial**: Campos dos Goytacazes, ano 3, n. 66, p. 1-2, 7 jul. 2011. Disponível em: http://www.camaracampos.rj.gov.br/images/legislacao/leismunicipais/esporte/Lei-8.240.pdf. Acesso em: 17 jul. 2019.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES. Lei Orgânica Municipal. **Diário Oficial**: Campos dos Goytacazes, ano 6, n. 98, p. 17-37, 28 ago. 2014. Disponível em: http://www.camaracampos.rj.gov.br/legislacao/leis-municipais. Acesso em: 17 jul. 2019.

CAMARGOS, Wladimyr Vinycius de Moraes. **A Constitucionalização do Esporte no Brasil. Autonomia Tutela:** Ruptura e Continuidade. 2017. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: http://repositorio.unb.br/handle/10482/24077. Acesso em: 6 out. 2020.

CAMPOS DOS GOYTACAZES. **Caminhando para o Futuro:** projeto social da FME em 51 núcleos. 2014. Disponível em:

https://campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id\_noticia=28030. Acesso em: 15 out. 2021.

CAMPOS DOS GOYTACAZES. **FME** oferece **7.500** vagas para várias atividades esportivas. 2017. Disponível em:

https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id\_noticia=38701. Acesso em: 1 dez. 2021.

CAMPOS DOS GOYTACAZES. Fundação Municipal de Esportes fecha parceria com a FECIERJ, 2017. Disponóvel em:

https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id\_noticia=39332. Acesso em: 10 nov. 2020.

CAMPOS DOS GOYTACAZES. Fundação Municipal de Esportes. Secretaria Municipal de Educação (org.). **Funções e competência da FME.** Campos dos Goytacazes: PMCG, 2018.

CAMPOS DOS GOYTACAZES. Fundação Municipal de Esportes. Secretaria Municipal de Educação (org.). **Relatório de beneficiários do programa viva o esporte.** Campos dos Goytacazes: PMCG, 2019.

CAMPOS DOS GOYTACAZES. Fundação Municipal de Esportes. Secretaria Municipal de Educação (org.). **Planilhas de inscritos na modalidade de natação da FME em 2019.** Campos dos Goytacazes: PMCG, 2019.

CAMPOS DOS GOYTACAZES. Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes. Secretaria Municipal de Transparência e Controle. **Recursos repassados a FME entre 2017 a 2020**. 2021. Disponível em: https://transparencia.campos.rj. Acesso em: 2 nov. 2021.

CARAVAGE, Andressa; OLIVER, Fátima Corrêa. Políticas públicas de esporte e lazer. **Movimento**, Porto Alegre, v. 24, n. 3, p. 987-1000, jul./set. 2018.

CARDOSO, Ricardo; MOREIRA, Darlinda. Da educação à intervenção social: a construção do conhecimento na transformação da realidade. **Revista de estudios e investigación en psicología y educación**, Coruña, 5, p. 102-106, 2017.

CARNEIRO, Fernando Henrique Silva; ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone; MASCARENHAS, Fernando. Era uma vez um ministério do esporte...: seu financiamento e gasto nos governos Lula, Dilma e Temer. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 31, n. 60, p. 01-22, out./dez. 2019.

CARON, Ana Elisa Guginski; MARCHI Júnior, Wanderley; SILVA, Marcelo Moraes. O mapeamento da produção científica sobre projetos esportivos no Brasil. **Licere**, Belo Horizonte, v. 21, n. 2, p. 35-47, jun. 2018.

CARVALHO, Sonia Nahas de. Avaliação de programas sociais: balanço das experiências e contribuição para o debate. **São Paulo em Perspectiva,** São Paulo, v. 17, n. 3-4, p. 185-197, jul./dez. 2003.

CASPERSEN, Carl *et al.* Physical activity, exercise and physical fitness: definitions and distinctions for health-related research. **Public Health Reports**, Whashington, v. 100, n. 2, p. 126-131, jan./jun. 1985.

CASTELAN, Lia Polegato. **As conferências nacionais do esporte na configuração da política esportiva e de lazer no governo Lula (2003-2010).** 2011. Dissertação (Dissertação de Mestrado em Educação Física) Faculdade de Educação Física, UNICAMP, 2011.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Gestão pública e política de lazer**: a formação de agentes sociais. Campinas: Autores Associados, 2007.

CASTRO, Maria Helena Guimarães. Políticas Públicas: conceitos e conexões com a realidade brasileira. *In*: CANELA, Guilherme (org.). **Políticas públicas sociais e os desafios para o jornalismo**. São Paulo: Cortez, 2008.

CASTRO, Celso. In corpore sano - os militares e a introdução da educação física no Brasil. **Antropolítica**, UFF: Niterói, n. 2, p. 61-78, jan./jun. 1997.

CLUBE ESPORTIVO RIO BRANCO (CERB). **História do CERB**. Campos dos Goytacazes, 2010. Disponível em: https://riobrancodecampos.blogspot.com/. Acesso em: 19 maio 2021.

COBOLSKI, Fábio. Paraesporte de Campos tem 100 novos alunos. **Notícia no detalhe,** Campos dos Goytacazes, 1 abr. 2019. Disponível em: https://campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id\_noticia=51679. Acesso em: 22 out. 2021.

A CONCENTRAÇÃO de renda durante a ditadura, segundo especialistas. **O Globo**, 12 de jun. 2014. Economia. Disponível em: https://oglobo.globo.com/economia/a-concentracao-derenda-durante-ditadura-segundo-especialistas-11962823. Acesso em: 5 dez. 2020.

CONFERÊNCIA NACIONAL DO ESPORTE (CNE). **Carta de Brasília** – II Conferência Nacional do Esporte. Brasília, DF, 2006. Disponível em: http://arquivo.esporte.gov.br/index.php/noticias/24-lista-noticias/40917-carta-de-brasilia--ii-conferencia-nacional-do-esporte. Acesso em: 5 dez. 2020.

COSTA, Lamartine Pereira da (org.). **Atlas do esporte no Brasil**: atlas do esporte, educação física e atividades físicas de saúde e lazer no Brasil. Rio de Janeiro: Shape, 2005.

COSTA, Rodrigo *et al*. Efeitos da prática de esportes com raquete, no tempo de reação simples e de escolha de crianças. **R. Perspect. Ci. e Saúde**, Osório, n. 2, v.2, p. 23-31, 2017.

CRUZ, José Luis Vianna da. **Projetos nacionais, elites locais e regionalismo**: desenvolvimento e dinâmica territorial no Norte Fluminense nas décadas de 1970 a 2000. 2003. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e regional) — Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

DARIDO, Suraya Cristina. **Educação Física na escola:** questões e reflexões. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

DANTAS, Larissa Martins; ANDRIOLA, Wagner Bandeira. Avaliação e política educacional cearense: o que as fontes governamentais revelam. **Educação & Linguagem**, Campo Mourão-PR, ano 5, n. 2, dez. p. 40-59, 2018.

DANTAS, Patrícia Lopes. **A origem do Tênis.** São Paulo: Mundo educação, 2020. Disponível em: https://mundoeducacao.uol.com.br/educacao-fisica/tenis.htm. Acesso em: 3 dez. 2021.

DUARTE, Orlando. **Enciclopédia**: Todas as Copas do Mundo. São Paulo: Makron Books, 1998.

EVANGELISTA, Marcela. Tênis de areia? Frescobol com rede? Não, o jogo é Beach Tennis. **Revista Tênis,** São Paulo, n. 101, mar. 2012. Disponível em: https://revistatenis.uol.com.br/artigo/tenis-de-areia-frescobol-com-rede-nao-o-jogo-e-beachtennis\_8514.html#ixzz4ewy9rolsaspx. Acesso em: 22 jun. 2022.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Ideias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 21-29, fev. 2003.

FARIA, Luciana Jacques. Nova administração pública: o processo de inovação na administração pública federal brasileira visto pela experiência do Concurso Inovação na Gestão Pública Federal. *In:* ANPAD, 31., 2009, Fortaleza. **Anais** [...]. Fortaleza: UFC: 2009. p. 34-42.

FECHIO, Juliane Jelmayer *et al.* Estresse infantil e a especialização esportiva precoce. **Revista Psicologia e Saúde**, Campo Grande, v. 3, n. 1, p. 60-67, 2011.

FERNANDES, Domingos. Acerca da articulação de perspectivas e da construção teórica em avaliação educacional. *In:* ESTEBAN, M. T.; AFONSO, A. J. (orgs.). **Olhares e interfaces**: Reflexões críticas sobre a avaliação. São Paulo: Cortez. p. 15-44, 2010.

FERNANDES, Márcio. **Bolsa atleta**: inscrições a partir da segunda na Fundação de esportes. 2015. Disponível em: https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id\_noticia=29336. Acesso em: 2 ago. 2021.

FERRAIOULI, Geraldo. O mundo em duas rodas. **Jornal mania de saúde**, Campos dos Goytacazes, 21 set. 2011. Disponível em: https://nabalancanf.com.br/noticias/vereadores-aprovam-lei-e-aryzao-se-torna-patrimonio-de-interesse-historico. Acesso em: 27 maio 2021.

FIGUEIREDO, Patrícia. Apenas 15% dos adolescentes brasileiros se exercitam o suficiente, diz OMS. **G1**, Rio de Janeiro, 21 nov. 2019. Saúde. Disponível em: https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2019/11/21/apenas-15percent-dos-adolescentes-brasileiros-se-exercitam-o-suficiente-diz-oms.ghtml. Acesso em: 10 ago. 2022.

FITZPATRICK, Jode; SANDERS, James; WORTHEN, Blaine. **Program Evaluation. Alternative Approaches and Practical Guidelines**. Pearson Education: San Francisco, 2004.

GARCIA, Ronaldo Coutinho. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. **Planejamento e Políticas Públicas,** Brasília, n. 23, p. 7-70, jan./jun. 2001. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/72. Acesso em: 12 fev. 2020.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Carlos Adriano Santos. **Avaliação do Programa Um computador por Aluno** (**PROUCA**) **sob a ótica do modelo CIPP**. 2015. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

GOYTACAZ FUTEBOL CLUBE. Imagem do estádio "Arizão". Acervo do Clube, 2012.

GRECO, Pablo; SILVA, Siomara Aparecida. **Treinamento da coordenação motora**. Barueri: Manole, 2013.

GUIMARÃES, Adriana Aparecida. Políticas Públicas no âmbito do Ministério do Esporte e os Planos Plurianuais dos governos Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da

**Silva e Dilma Rousseff**: com o orçamento quem ganha o quê, quando e como? 2017. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2017. Disponível em: https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/2340. Acesso em: 7 out. 2020.

GRUPO GESTOR ESTADUAL (GGE). **Projeto saúde e prevenção nas escolas no Rio de Janeiro**. Mapa de divisão regional. Governo do Estado do Rio de Janeiro: GGE, 2010. Disponível em: http://spe-gge-rj.blogspot.com/2010/11/divisao-regional-gge-rjspe.html. Acesso em: 18 maio 2021.

HERRERAS, Esperanza Bausela. Metodología de la Investigación Evaluativa: Modelo CIPP. **Revista Complutense de Educación**., León, v. 14, n. 2, p. 361-376, 2003.

HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo. **Políticas públicas no Brasil**. FIOCRUZ: Rio de Janeiro, 2007.

ICONOGRAPHIA CIA DA MÉMORIA. Imagem da seleção brasileira de futebol de 1930. Disponível em: https://museudofutebol.org.br/crfb/acervo/501837/. Acesso em: 19 jun. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). **O município de Campos dos Goytacazes**: dados demográficos. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/campos-dos-goytacazes.html. Acesso em: 27 abr. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). **O município de Campos dos Goytacazes**: número de matriculados na educação básica. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/campos-dosgoytacazes/pesquisa/13/0? Acesso em: 10 ago. 2022.

JÚNIOR, Negão abre a programação esportivo do Alô Farol, 2019. **NF Notícias**, Campos dos Goytacazes, 3 de jan. 2019. Entretenimento. Disponível em: https://www.nfnoticias.com.br/noticia-14229/junior-negao-abre-neste-sabado-a-programacao-esportiva-do-alo-farol-2019. Acesso em: 20 mai. 2021.

LIMA, Cláudia Ibiapina; CAVALCANTE; Sueli Maria de Araújo; ANDRIOLA, Wagner Bandeira, 2008. Avaliação Educacional e o Modelo CIPP. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL, 4., 2008, Fortaleza. **Anais** [...]. Fortaleza: IMPRECE, 2008. p. 1076-1091.

LIMA, Marco Antônio Martins. **Autoavaliação e desenvolvimento institucional: projeto aplicado em cursos de administração**. Fortaleza: Edições UFC, 2008.

LINHALES, Meily Assbú. **A trajetória política do esporte no Brasil**: interesses envolvidos, setores excluídos. 1996. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

LINHARES, Paulo Henrique Arruda *et al.* Avaliação do programa nacional de melhoria do acesso e da qualidade da atenção básica no estado do Ceará. **Saúde em Debate**, v. 38, p. 195-208, 2014.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer**: formação e atuação profissional. 8. ed. Campinas: Papirus, 2007. v. 1.

MACHADO, Rhuana. Vereadores aprovam lei e Aryzão se torna patrimônio de interesse histórico. **Campos 24 horas**, Campos dos Goytacazes, 27 de abr. 2021. Esporte. Disponível em: https://nabalancanf.com.br/noticias/vereadores-aprovam-lei-e-aryzao-se-torna-patrimonio-de-interesse-historico/. Acesso em: 18 maio 2021.

MACHADO, Wesley. **Campos vai ganhar 8 vilas olímpicas.** Campos dos Goytacazes, 25 maio 2012. Disponível em:

https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id\_noticia=14671. Acesso em: 3 fev. 2022.

MACHADO, Rafaela. 108 anos do "mais querido de Campos": a história do futebol campista do Goytacaz. **URURAL**, Campos dos Goytacazes, 22 ago. 2020. Esporte. Disponível em: https://www.ururau.com.br/podcast/aqui-tem-historia/108-anos-do-mais-querido-de-campos-a-historia-do-futebol-campista-goytacaz/369/. Acesso em: 19 maio 2021.

MARCHI Júnior, Wanderley. Bourdieu e a teoria do campo esportivo. *In*: PRONI, Marcelo LUCENA, Ricardo. **História e Sociedade**. Campinas: Autores Associados, 2002.

MADEIRO, Carlos. Com redução de 543 mil benefícios em 1 mês, Bolsa Família tem maior corte da história... **UOL Notícias**, 11 ago. 2017. Economia. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/08/11/bolsa-familia-reduz-543-mil-beneficios-em-1-mes-programa-tem-maior-corte-da-historia.htm?cmpid=copiaecola. Acesso em: 22 fev. 2020.

MARQUES, Renato Francisco Rodrigues *et al*. Esporte: um fenômeno heterogêneo: estudo sobre o esporte e suas manifestações na sociedade contemporânea. **Revista Movimento**, Porto Alegre, n. 3, p. 35-46, 2007.

MARQUES, Renato Francisco Rodrigues *et al*. Esporte olímpico e paraolímpico: coincidências, divergências e especificidades numa perspectiva contemporânea. **Rev. bras. Educ. Fís. Esporte,** São Paulo, v. 23, n. 4, p. 365-77, out./dez. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbefe/v23n4/v23n4a06.pdf. Acesso em: 15 jul. 2019.

MATIAS, Carlos. A "solução Temer" e a política esportiva. **Rev Bras Ciênc Esporte**, São Paulo, v. 43, n. e004721, 2021. Disponível em: http://cielo.br/j/rbce/a/W5FjGP7KpPP9nNkfrCzwtpm/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 10 ago. 2022.

MATIAS, Wagner. Política social de esporte e lazer no governo Lula: o Programa Esporte e Lazer da Cidade. **SER Social**, Brasília, v. 16, n. 34, p. 134-143, 2014.

MATTHIESEN, Sara Quenzer. **Atletismo**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

MAUERBERG, Eliane de Castro. Esporte para deficientes: do alto rendimento ao esporte de participação. *In*: MAUERBERG, Eliane de Castro. **Atividade física adaptada**. Ribeirão Preto: TecMedd, 2005.

MELO, Marcus André. Estado, governo e políticas públicas. *In*: MICELI, Sérgio. (org.). **O** que ler na ciência social brasileira: 1970-1995. São Paulo: Anpocs, 1999.

MELO, Marcelo Paula de. Organismos internacionais e grandes eventos esportivos: novas dinâmicas da dominação burguesa para o século XXI. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 32-33, p. 28-48, jun./dez. 2009.

MELO, Marcelo Paula de. As sete vidas da agenda pública brasileira. *In*: RICO, Elizabeth Melo (org.). **Avaliação de políticas sociais**: uma questão em debate. São Paulo: Cortez, 1998.

MEURER, Simone T. Atletismo na escola: uma possibilidade de ensino. **Efdeportes**, Buenos Aires, ano 13, n. 120, maio 2008. Disponível em: http://www.efdeportes.com/efd120/atletismo-na-escola.htm. Acesso em: 20 set. 2021.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA DO BRASIL. **Bolsa-atleta.** Ministério da cidadania. Brasília, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-atleta. Acesso em: 2 ago. 2021.

MOKATE, Karen Marie. Convirtiendo el "monstruo" en aliado: la evaluación como herramienta de la gerencia social. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 53, n. 1, p. 89-131, jan./mar. 2002.

MONTEIRO, Regina Maria. Civilização e cultura: paradigmas da nacionalidade. **Cadernos Cedes**, Campinas, Ano 20, n.51, p. 50-65, nov. 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ccedes/a/D5bxZLYJHSZjzprLkM8nXzS/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 21 ago. 2020.

MONTSITE. **História de Campos dos Goytacazes**. Campos dos Goytacazes, 2018. Disponível em: http://montsite.com.br/campos/historia/. Acesso em: 27 abr. 2021.

MOTORYN, Paulo. Brasil teria mais medalhas não fossem Bolsonaro e Temer. **Brasil de fato**, Brasília, 7 ago. 2021. Esporte. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br. Acesso em: 10 ago. de 2022.

MORAES, Paulo Mateus *et al.* O Programa Segundo Tempo na região Centro-oeste: continuidade e estrutura burocrática do esporte nos municípios. **R. bras. Ci. e Mov.**, Brasília, v. 25, n. 1, p. 129-140, 2017.

MUSSA, Felipe de Sá. **A construção do ídolo na mídia.** 2010. Monografia (Graduação em Filosofia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2016.

NASCIMENTO, Fabiana Ortiz. Política de esportes durante a ditadura militar: educação física, moral e cívica. *In:* ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO: Histórias e Parcerias, 18., 2018, Niterói. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: [s. n.], 2018. p. 1-10. Disponível em: https://www.encontro2018.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1529339330\_ARQUIVO\_ArtigoAnpuh.pdf. Acesso em: 17 set. 2020.

NEGRÃO, João José de Oliveira. O governo FHC e o neoliberalismo. Lutas Sociais, São Paulo: **Revista do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais**, São Paulo, n. 1, p. 11-29, fev. 1996. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18809. Acesso em: 19 set. 2020.

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Avaliação e monitoramento de políticas e programas sociais – revendo conceitos básicos. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 5, n. 2, p.141-152, jul./dez. 2002.

NOSSO ESPORTE. Raphael Thuin, Super campeão de natação e uma vida dedicada ao esporte, ele é Ídolo do nosso esporte. **Nosso esporte-RJ**, Rio de Janeiro, 4 de abr. 2020. Esporte. Disponível em: https://nossoesporterj.com.br/raphael-thuin-super-campeao-denatacao-e-uma-vida-dedicada-ao-esporte-ele-e-idolo-do-nosso-esporte/. Acesso em: 2 ago. 2021.

NOTÍCIA URBANA. FME de Campos atinge a marca de 20 mil alunos. **Notícia urbana**, Campos dos Goytacazes, 3 jul. 2019. Disponível em: https://noticiaurbana.com.br/esporte/fundacao-municipal-de-esportes-de-campos-atinge-a-marca-de-20-mil-alunos. Acesso em: 2 set. 2021.

NÚCLEO DE PESQUISA EM GESTÃO AMBIENTAL (NPGA) CEFET CAMPOS. Foto do pavilhão de regatas durante a enchente de 1966 em Campos dos Goytacazes. CEFET, Campos, 1966.

OLÉIAS, José Valmir. Políticas esportivas no neoliberalismo. **Motrivivência**, Florianópolis, ano 11, n. 12, p. 65-76, 1999. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/issue/view/179. Acesso em: 25 set. 2020.

OLIVEIRA, José Carlo de. Didi, o homem da folha seca. **Memórias do esporte**. São Paulo: WordPress, 2020. Disponível em: http://memoriasdoesporte.com.br/2020/10/03/didi-o-homem-da-folha-seca/. Acesso em: 19 maio 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Esporte para o desenvolvimento e a paz:** em direção à realização das metas de desenvolvimento do milênio. ONU: Nova York, 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA (UNESCO). **Carta Internacional de Educação Física, atividade física e do esporte**. Paris: UNESCO, 1978. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000235409\_por. Acesso em: 13 jul. 2019.

ORO, Ubirajara. **Antologia do atletismo**: metodologia para iniciação em escolas e clubes. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1983.

OUDA, James Bill *et al*. An evaluation of stakeholder capacity in the implementation of millenium village primary school meal project. **Evaluation and program planning**, [s.l.], v. 72, p. 179-187, 2019.

PAGANI, Mario Mecenas; Shimoda, Eduardo; Da Matta, Ludmila Gonçalves. Política pública de esporte e lazer: uma análise bibliométrica a partir da base Scopus. **Boletim** 

**Petróleo, Royalties e Região,** Campos dos Goytacazes-RJ, Ano 18, n. 68, p. 35-47, jan.-abr., 2021. Disponível em: https://royaltiesdopetroleo.ucam-campos.br/boletins/boletim-abril-2021/. Acesso em: 22 jun. 2021.

PARAESPORTE é campeão estadual de Basquetebol da Liga Unificada da Olimpíadas Especiais Brasil. **URURAL**, Campos dos Goytacazes, 24 nov. 2018. Esporte. Disponível em: https://www.ururau.com.br/noticias/esportes/paraesporte-e-campeao-estadual-de-basquete-da-liga-unificada-da-oeb/21082/. Acesso em: 28 maio 2021.

PARDO, Aristides Léo. **Futebol de Campos dos Goytacazes**. Campos dos Goytacazes: Museu virtual do esporte, 2015. Disponível em: https://reliquiasdofutebol.blogspot.com/2014/06/futebol-de-campos-dos-goytacazes.html Acesso em: 20 maio 2021.

PAULANI, Leda Maria. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. *In*: NEVES, Lúcia; LIMA, Júlio Cesar. **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. p. 67-107. Disponível em: http://books.scielo.org/id/j5cv4/epub/lima-9788575416129.epub. Acesso em: 11 set. 2020.

PEIXOTO JÚNIOR, João. A importância do evento esportivo para a sociedade. **Duo Sports**, 2015. Disponível em: http://duosports.com.br/web/boteco/a-importancia-do-evento-esportivo-para-a-sociedade/. Acesso em: 8 jan. 2022.

PIERI, Anderson. A utilização do atletismo na Educação Física escolar como base para o desenvolvimento motor. **Efdeportes**, Buenos Aires, Ano 17, n. 178, p. 1, mar. 2013. Disponível em: http://www.efdeportes.com/efd178/atletismo-na-educacao-fisica-escolar.htm. Acesso em: 20 set. 2021.

PILATTI, Luiz. Alberto. Uma leitura figuracional da progênie dos esportes. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESO CIVILIZADOR, 11., 2008, Buenos Aires. **Anais** [...]. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2008. p. 459-473.

PINHEIRO, Humberto Lippo. As políticas públicas e as pessoas portadoras de deficiência. *In*: SILVA, Shirley; VIZIM, Marli (orgs). **Políticas públicas**: educação, tecnologias e pessoas com deficiências. Campinas: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil, 2003.

PINTEREST. **Foto do estádio do Arizão**, 2015. Disponível em: https://br.pinterest.com. Acesso em: 19 maio 2021.

PIQUET, Rosélia. Norte fluminense: mudanças e incertezas na era do petróleo. *In*: Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, 2., 2004, Santa Cruz do Sul. **Anais** [...]. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2004. p. 1-14. Disponível em: www.unisc.br/site/sidr/2004/planejamento/13.pdf. Acesso em: 27 abr. 2021.

PONTES, Camila. Aposentados e pensionistas de Campos dos Goytacazes sofrem com salários parcelados e atrasados. **Extra**, São Paulo, 22 ago. 2020. Economia. Disponível em: https://extra.globo.com/economia-e-financas/servidor-publico/aposentados-pensionistas-decampos-dos-goytacazes-sofrem-com-salarios-parcelados-atrasados-24600248.html. Acesso em: 3 fev. 2022.

PRAIA DO FAROL, em Campos, RJ, receberá shows de Diogo Nogueira, Pitty e Frejat. **G1**, Rio de Janeiro, 20 dez. 2018. Caderno de entretenimento. Disponível em: https://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/2018/12/20/praia-do-farol-em-campos-rj-recebera-shows-de-diogo-nogueira-pitty-e-biquini-cavadao.ghtml. Acesso em: 20 ago. 2021.

PRISCO, Magno. **Rumo ao Hexa!** Conheça a saga do penta do Brasil. Campos dos Goytacazes - RJ: Editora Funjol, 2014.

PRISCO, Magno. XI Jogos Olímpicos de Berlim – 1936. **Campos 24 horas Jornal Online**, Campos dos Goytacazes, 11 mar. 2021. Esporte. Disponível em: https://campos24horas.com.br/buscador/?s=arena%20ol%C3%ADmpica. Acesso em: 26 maio 2021.

QUEIRÓZ, Agnelo. Documento Final da Conferência Nacional do Esporte. Ministério do Esporte. Brasília, v. 1, p. 1-43, 2004

QUINAZ, Luiz. "Badminton: a criança e o jogo". **Revista Horizonte**, Belo Horizonte, v. 3, n. 13, p. 103-105, maio/jun. 1986.

RAMOS, Jefferson Evandro Machado. **História das Copas do Mundo de futebol**. 2021. Disponível em: https://www.suapesquisa.com/educacaoesportes/historiadacopa.htm. Acesso em: 18 maio 2021.

REIS, Francisco José Candido dos, NAVARRO, Anderson Marliere. Avaliação de programas educacionais no contexto da educação remota e Covid 19. **Revista Medicina**, Ribeirão Preto, supl. 54, v. 1, e-184770, 2021. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rmrp. Acesso em: 14 ago. 2022.

REIS, Leôncio José de Almeida, STAREPRAVO, Fernando Augusto. Políticas públicas para o lazer: pontos de vista de alguns teóricos do lazer no Brasil. **Licere**, Belo Horizonte, v. 11, p.1-20, 2008.

RESENDE, Ana Paula Crosara; Vital, Flavia Maria de Paiva. **Convenção sobre direitos das pessoas com deficiência**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Brasília, 2008. Disponível em: https://www.gov.br/governodigital/pt-br/acessibilidade-digital/convencao-direitos-pessoas-deficiencia-comentada.pdf. Acesso em: 22 mar. 2020.

REVERDITO, Riller Silva *et al.* O Programa Segundo Tempo (PST) em municípios brasileiros: indicadores de resultados no macrossistema. **J. Phys. Educ**, Maringá, v. 27, n. 1, e2754, 2016. Disponível em:

https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RevEducFis/article/view/31303/18006. Acesso em: 10 set. 2020.

RIBEIRO, Wadson. MP 841 de Temer é uma ameaça ao esporte. **Hoje em dia**, 26 jun. 2018. Política. Disponível em: https://www.hojeemdia.com.br/opini%C3%A3o/colunas/wadson-ribeiro-1.553588/mp-841-de-temer-%C3%A9-uma-amea%C3%A7a-ao-esporte-1.634606. Acesso em: 2 ago. 2021.

RODRIGUES, Marta Assumpção. **Políticas públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010.

ROMÃO NETTO, José Veríssimo. **Estado, o pedagogo da liberdade.** Reformas das instituições político-administrativas do estado e cultura política nacional no brasil império e república. 2010. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-02122010-150755/en.php. Acesso em: 23 set. 2020.

RUBIO, Katia *et al.* Iniciação esportiva e especialização precoce: as instâncias psicossociais presentes na formação esportiva de crianças e jovens. **Revista Metropolitana das Ciências do Movimento Humano**, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. 52-61, 2000.

SANTAFÉ, Hélvio Pessanha Guimarães. **Ídolos do esporte**: a história do esporte de Campos. 2. ed. Campos dos Goytacazes: Grafimar, 2006.

SANTIAGO, Renato. **Política e esporte: c**omo políticos usam o esporte? Hora do treino, São Paulo, 11 nov. 2018. Esporte. Disponível em: https://horadotreino.com.br/politica-e-o-esporte/. Acesso em: 29 ago. 2019.

SANTINI, Joarez; MINGOZZI, Alex. **Beach Tennis**: um esporte em ascensão. Porto Alegre: Gênese, 2017.

SANTOS, Edmilson Santos dos; STAREPRAVO, Fernando Augusto; SOUZA NETO, Marina da Silva. Programa "Segundo Tempo", o vazio assistencial na região Nordeste. **Movimento**, Porto Alegre, v. 2, n. 21, p.759-771, jul. 2015. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/Movimento. Acesso em: 2 maio, 2019.

SANTOS, Leonardo Soares dos. Os times de usina de Campos dos Goytacazes/RJ - (1917-1980). **Boletim Petróleo, Royalties e Região**, Campos dos Goytacazes, Ano 15, n. 58 – dez. 2017.

SANTOS NETO, José Moraes dos. **Visão do Jogo**. Primórdios do futebol no Brasil. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

SCRIVEN, Michael. Evaluation perspectives and procedures. *In.* POPHAN, Willian James. **Education research.** Berkeley: McCutchan, 1974.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SILVA, Romário Antunes da; SANTOS, Raimundo Nonato Macedo dos; RODRIGUES, Rosângela Schwarz. Estudo bibliométrico na base LISA: um enfoque nos artigos sobre os surdos. **Em Questão**, UFRGS, Porto Alegre, v. 17, p. 283-298, 2011.

SILVA, Dirceu Santos; BORGES, Carlos Nazareno Ferreira; AMARAL, Silvia Cristina Franco. Gestão das políticas públicas do Ministério do Esporte do Brasil. **Rev Bras Educ Fís Esporte**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 65-79, jan./mar., 2015.

SILVA, Daniel Neves. "Ditadura Militar no Brasil". Brasil Escola, 2017. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/historiab/ditadura-militar.htm. Acesso em: 5 dez. 2020.

- SILVA e SILVA, Maria Ozanira da. Construindo uma abordagem participativa para avaliação de políticas e programas sociais. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 222 233, ago./dez. 2012.
- SILVEIRA, Alcimar Abreu *et al.* Rendas petrolíferas, do auge à crise: os efeitos nos orçamentos públicos e na renda per capita dos municípios produtores do Estado do Rio de Janeiro. **Boletim Petróleo, Royalties e Região**, Campos dos Goytacazes, Ano 15, n 6, p. 15-22, ago., 2018. Disponível em: https://royaltiesdopetroleo.ucam-campos.br/boletins/boletim-agosto-2018/. Acesso em: 11 ago. 2020.
- SIQUEIRA, Jô. **Campos vai sediar a VII Olimpíadas Estaduais da Apae**. 2018. Disponível em: https://campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id\_noticia=43204. Acesso em: 20 maio 2021.
- SIQUEIRA, Jô. **CEDE Santa Clara reuniu atletas da FME em Festival de Esportes**. 2018. Disponível em: https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id\_noticia=46161. Acesso em: 1 dez. 2021.
- SIQUEIRA, Jô. **No dia da natação, fundação municipal de esportes comemora marca de 2 mil alunos**. 2018. Disponível em:

https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id\_noticia=43881. Acesso em: 22 out. 2021.

- SIQUEIRA, Jô. **Fundação Municipal de Esportes atinge a marca de 20 mil alunos**. 2019. Disponível em https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id\_noticia=53511. Acesso em: 1 dez. 2021.
- SIQUEIRA, Jô. Intercede de natação reúne cerca de 300 atletas na FME. 2019. Disponível em: https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id\_noticia=53496. Acesso em: 8 fev. 2021.
- SIQUEIRA, Jô. **Paraesporte de Campos tem 100 novos alunos.** 2019. Disponível em: https://campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id\_noticia=51679. Acesso em: 24 set.2021.
- SIQUEIRA, Jô. Sesc Verão Alô Farol 2020 terá Bernardinho e Anderson Águia. 2020. Disponível em: https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id\_noticia=56940. Acesso em: 20 maio 2021.
- SHADISH, Willian. Raymond *et al.* **Foundations of program evaluation**: theories of practice. Newbury Park: SAGE Publications, 1991.
- SOUZA, Carlos Eduardo de. **A política nacional de esporte no Brasil contemporâneo como estratégia para educar o consenso**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011. Disponível em: https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/3463. Acesso em: 1 out. 2020.
- SOUZA, Celina. "Estado do campo" da pesquisa em políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 15-20, fev. 2003.
- SOUZA, Lincoln Moraes. **Políticas públicas**: introdução às atividades e análise. Natal: EDUFRN, 2009.

SOUZA, Washington. **Responsabilidade social corporativa e Terceiro Setor**. Universidade Aberta do Brasil, Brasília, 2008.

STAREPRAVO, Fernando Augusto. Políticas públicas para o esporte e lazer: conselhos municipais de esporte e lazer e outras formas de participação direta. *In:* CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 15., 2007, Recife. **Anais** [...]. Recife: CBCE, 2007. Disponível em: http://www.cbce.org.br/docs/cd/listaresumos.htm. Acesso em: 27 abr. 2019.

STAREPRAVO, Fernando Augusto; MEZZADRI, Fernando Marinho. Algumas contribuições de Pierre Bourdieu e Norbert Elias à discussão das políticas públicas para o esporte e lazer. *In:* SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR, 10., 2007. **Anais** [...]. Campinas: Unicamp, 2007. p. 16-29. Disponível em: http://www.uel.br/grupostudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anais10/trabalhos\_g eral.htm#F. Acesso em: 27 abr. 2019.

STAREPRAVO, Fernando Augusto *et al*. E assim criou-se a Rede: aspectos técnicos, políticos e epistemológicos envolvidos na criação de desenvolvimento da Rede Cedes. **Movimento**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 33-58, 2014. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/Movimento. Acesso em: 26 abr. 2019.

STAREPRAVO, Fernando Augusto *et al.* Programa "esporte e lazer da cidade": onde o político/burocrático e o científico/ acadêmico se encontram? **Movimento**, Porto Alegre, v. 1, n. 23, p. 23-34, jan. 2018. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/Movimento. Acesso em: 29 abr. 2019.

STAREPRAVO, Fernando Augusto *et al.* Públicas de Esporte e Lazer no Brasil: uma Proposta Teórico-Metodológica de Análise. **Movimento**, Porto alegre, v. 17, n. 3, p. 233-251, jul./set. 2011.

STAREPRAVO, Fernando Augusto; MEZZADRI, Fernando Marinho; MARCHI JUNIOR, Wanderley. Criação e mudanças na estrutura do Ministério do Esporte do Brasil: tensões nas definições de espaços. **Rev. Bras. Educ. Fís. Esporte**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 217-228, jun. 2015. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S18075092015000200217&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 14 out. 2020.

STIGGER, Marco Paulo. **Educação Física, esporte e diversidade**. Campinas: Autores Associados, 2005.

STUFFLEBEAM, Daniel Leroy. **The CIPP model for evaluation**. *In:* STUFFLEBEAM, Daniel Leroy; MADAUS, George; KELLAGHAN, Thomas. Evaluation models: view points on educational and human services evaluation. 2. ed. Massachussets: KAP, 2000.

STUFFLEBEAM, Daniel Leroy. **The CIPP model for evaluation:** an update, a review of the model's development, a checklist to guide implementation. Portland: Taylor & Francis, 2003.

STUFFLEBEAM, Daniel Leroy. **Evaluation as enlightenment for decision making**. Columbus, Ohio State University Evaluation Center, 1968.

STUFFLEBEAM, Daniel Leroy *et al.* **Educational evaluation and decision making**. Itasca: Peacock, 1971.

STUFFLEBEAM, Daniel Leroy; SHINKFIELD, Anthony. **Evaluación sistemática**: guia teórica y práctica. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 1987.

STUFFLEBEAM, Daniel Leroy; SHINKFIELD, Anthony. **Evaluation theory, models, and application**. San Francisco: Jossey-Bass, 2007.

TUBINO, Manuel José Gomes. O esporte, a educação e os valores - por uma ética nas atividades físicas e esportivas. **FIEP Bulletin**, Foz do Iguaçu, v. 75, n. 1, p. 47-57, 2005. Disponível em: http://www.fiepbulletin.net/index.php/fiepbulletin/article/view/2579/5048. Acesso em: 29 ago. 2019.

TUBINO, Manuel José Gomes. Movimento esporte para todos: da contestação do esporte de alto nível a atual promoção da saúde. **FIEP Bulletin**, Foz do Iguaçu, v. 73, n. 3, p. 25-32, 2003.

TWEED, Steve; HOWE, David. Introduction to the Paralympic movement. **The Paralympic athlete**. Singapore: Wiley-Blackwell, 2011.

UNESCO. **Carta Internacional da Educação Física e do Esporte da UNESCO**. Paris: Unesco, 1978. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000216489\_por. Acesso em: 03 set. 2020.

UNESCO. **Educando para a liberdade**: trajetória, debates e proposições de um projeto para a educação nas prisões brasileiras. Ministério da Justiça, UNESCO, Governo Japonês, Ministério da Educação. Brasília, 2006.

UNESCO. A UNESCO e os desafios do novo século. Brasília: UNESCO, 2001. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000126820. Acesso em: 21 out. 2020.

UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. **A história do Futsal**. Unioeste, Cascavel, 2020. Disponível em: https://unioeste.br/portal/prolinguas-programa-de-ensino-de-linguas/845-proex/projetos-extensao/liga-metropolitana-futsal/noticias-futsal/53895-a-historia-do-futsal. Acesso em: 3 dez. 2021.

VALDEMARIN, Vera Teresa. Lições de coisas: concepção científica e projeto modernizador para a sociedade. **Cadernos Cedes**, Campinas, Ano 20, n. 52, p. 74-80, 2000.

VARGAS, Angelo (org.). **Aspectos Jurídicos da Intervenção Profissional de Educação Física**. CONFEF: Rio de Janeiro, 2014.

VIANNA, Heraldo Marelim. **Avaliação educacional**: teoria, planejamento, modelos. São Paulo: IBRASA, 2000.

VIANNA, Heraldo Marelim. Novos estudos em avaliação educacional. **Estudos em Avaliação Educacional**. Rio de Janeiro: Fundação Carlos Chagas. n. 19, p.77-169, jan./jun., 1999. Disponível em:

 $http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php?journal=eae\&page=article\&op=view\&path\%5B\%5D=2476. \ Acesso\ em:\ 10\ nov.\ 2019.$ 

## APÊNDICE 1

# QUESTIONÁRIO PARA GESTOR DE ESPORTE

1) Formação profissional:				
1.1 ( ) Graduação ( ) Pós-Graduação ( ) MBA ( ) Mestrado ( ) Doutorado				
1.1.1 Se, Pós-graduado, em que área:				
<ul> <li>2) Qual a sua relação (passada ou presente) com o esporte?</li> <li>( ) como lazer</li> <li>( ) Atleta Amador</li> <li>( ) Atleta Profissional</li> <li>( ) Nuca esteve envolvido com a prática esportiva</li> </ul>				
2.1 Se atleta, qual competição foi a mais relevante?				
3) Qual a estrutura organizacional do setor municipal de esporte da cidade em que trabalha? (Assinale quantas convier)  ( ) Assessoria ( ) Divisão ( ) Secretaria ( ) Outros Qual?				
4) O esporte está vinculado a alguma Secretaria?  ( ) Sim – qual?				
5) Quais aspectos foram determinantes para sua indicação para o cargo? R:				
6) Há quanto tempo você está na gestão na pasta de Esportes? R:				
7) Qual o seu grau de conhecimento a respeito da legislação esportiva Federal e Estadual de esporte e lazer?  ( ) Muito baixo ( ) Baixo ( ) Médio ( ) Alto ( ) Muito alto				
8) Você possui algum curso na área de política pública?  ( ) Sim. Qual(is)?				

9) A pasta de esportes realiza ou realizou cursos de capacitação para os profissionais envolvidos no esporte do município?
( ) Sim - Se sim, quantas vezes durante a gestão?( ) Não
<ul><li>10) Você já implementou algum projeto na cidade?</li><li>( ) Sim</li><li>( ) Não</li></ul>
Conte um pouco dele, caso sua resposta tenha sido positiva:
11) Você já conseguiu captar algum investimento do Estado ou do Governo Federal para o esporte da sua cidade?
( ) Sim
( ) Não Se sim, para quê?
12) Durante a execução do programa Viva o esporte foi realizada alguma avaliação do programa?  ( ) Sim ( ) Não
Se sim, qual o objetivo desta avaliação?
13) Como é formada a equipe que profissionais que atuam nas atividades esportivas e físicas da FME?
Profissional de Educação Física:
Profissionais com formação técnica em área específica (esportes, lutas, ginástica, musculação,
dança, etc.):
Estagiários de Educação Física:
Estagiários de outras áreas:

# APÊNDICE 2

## QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES

(Esportes coletivos, esportes individuais, lutas, dança ou ginástica)

Informações iniciais:
1) Formação profissional:
1.1 ( ) Graduação ( ) Pós-Graduação (Especialização) ( ) MBA ( ) Mestrado ( ) Doutorado
1.1.1 Se, Pós-graduado, em que área:
2) Há quanto tempo trabalha na Fundação Municipal de Esportes - FME? (meses e anos). R:
3) Qual foi o seu vínculo de trabalho com a FME? ( ) Contrato temporário ( ) Comissionado ( ) Efetivo ( ) Celetista
4) Quantas horas semanais você trabalhou com a FME durante a gestão 2017-2020? R:
5) Quantos alunos participaram da atividade que você ministrou/orientou? R:
6) Em qual(is) modalidade(s)/atividade(s) você trabalhou? (Apresente quantas convier) R:
7) Você participou de alguma capacitação promovida pela FME?  ( ) Sim ( ) Não Se sim, qual?
Associação de palavras:
8) A partir dos termos que forem ditos, e da sua experiência, fale três palavras pelo grau de importância que vêm à mente relacionadas aos termos:
8.1) - Esporte
1 <sup>a</sup> . –
2 <sup>a</sup> . –
3 <sup>a</sup> . –
8.2) - Políticas Públicas de Esporte
1 <sup>a</sup> . —
2ª. –

\* Justifique a escolha da primeira palavra como a mais importante de cada termo. Perguntas abertas - A partir da sua experiência na Fundação Municipal de Esportes: 9 - Qual é o papel da Fundação Municipal de Esportes de Campos dos Goytacazes? 10 - Quais são as ações desenvolvidas pela FME e qual o objetivo delas? 11 - Qual o efeito esperado nos participantes ou na sociedade? 12 – Você acha importante o aluno/atleta participar de competições esportivas? R: Se sim, justifique: